



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS,
GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR –
MESTRADO PROFISSIONAL

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA/CAMPUS
JOÃO PESSOA: contradições, limites e desafios para a atenção aos
estudantes do Ensino Superior**

Autor: Leonardo Monte Silva Monteiro de Farias

ORIENTADORA: Prof^a Dr^a Ana Paula Furtado Soares Pontes

JOÃO PESSOA

2018

Leonardo Monte Silva Monteiro de Farias

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA/*CAMPUS* JOÃO
PESSOA: contradições, limites e desafios para a atenção aos estudantes do
Ensino Superior

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Políticas Públicas, Gestão e
Avaliação da Educação Superior -
Mestrado Profissional do Centro de
Educação da Universidade Federal
da Paraíba. Linha de Pesquisa
Avaliação e Financiamento da
Educação Superior, como requisito
para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof^ª Dr^a Ana Paula Furtado Soares Pontes

JOÃO PESSOA, PB

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catálogo e Classificação

F224a Farias, Leonardo Monte Silva Monteiro de.
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA/CAMPUS JOÃO
PESSOA: contradições, limites e desafios para a atenção
aos estudantes do Ensino Superior / Leonardo Monte Silva
Monteiro de Farias. - João Pessoa, 2018.
104f.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/EDUCAÇÃO.

1. Política de Assistência Estudantil. 2. Educação
Profissional. 3. Financiamento. 4. Condição discente.
I. Título

UFPB/BC

Leonardo Monte Silva Monteiro de Farias

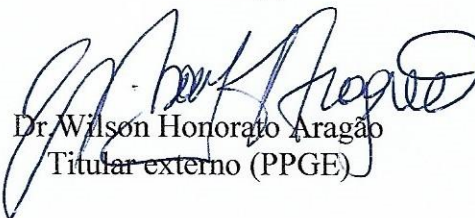
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, Linha de Pesquisa Avaliação e Financiamento da Educação Superior, como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Aprovada

Em 28 / 02 / 2018

BANCA EXAMINADORA


Dr^a Ana Paula Furtado Soares Pontes
Orientador(a)


Dr. Wilson Honorato Aragão
Titular externo (PPGE)


Dr. Damião de Lima
Titular (interno) MPPGAV

AGRADECIMENTOS

“Agradecer,

Ter o que agradecer.

Louvar e abraçar!”

(Maria Bethânia Viana Teles Veloso)

Agradeço primeiramente a Deus pela dádiva de conceder-me o adormecer e acordar disposto para os desafios cotidianos de minha trajetória terrena.

Agradecer aos meus pais, Severina e Joaquim, que plantaram essa semente que aqui está, incentivando e orientando no caminho a ser trilhado. Agradeço aos meus avós, Maria Rita e Ernande, mesmo diante de suas limitações de saúde física atualmente, foram os grandes incentivadores e protagonistas para a dedicação e amor pela formação em nível acadêmico, lutando com todas as suas forças para que os seus netos pudessem “ser gente”.

Agradeço aos meus irmãos, Leandro, Lindomar e Lícia que cada um em sua trajetória, acompanham a cada vitória e derrota os passos do irmão mais velho, ora espelhando-se nele, ora dando a mão para levantá-lo.

Agradecer a minha família recém-formada, o José Monteiro e Arthur, que acompanharam de perto os momentos de agonia e de alegrias com os passos dados na fase de construção desse trabalho, entendendo as limitações e ausências em muitos momentos de isolamento acadêmico.

Agradecer a sempre presente Cristina Matos, amiga que tem profundo esmero pelo que é culto e inteligente, os debates instigantes acerca da realidade da educação no país. A ela que muito me ensinou enquanto gestora da área educacional o meu muito obrigado pelo exemplo a ser seguido.

Agradecer à gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – *Campus* João Pessoa, na pessoa do Diretor Geral do *Campus*, Prof. Neilor Cesar dos Santos, que confiou a este profissional a condução de uma área desafiadora, depositando nas mãos de um aprendiz a gestão da Política de Assistência Estudantil. Agradecer também pela liberação parcial para participar desse percurso formativo.

Agradecer aos profissionais do Departamento de Assistência Estudantil, que durante os dois últimos anos tem me ensinado cotidianamente a ampliar o olhar e o horizonte de atuação em defesa do direito à educação dos mais vulneráveis da sociedade. A todos vocês, meu muito obrigado pela acolhida, entendimento das fragilidades na fase de conciliação da vida de estudante-trabalhador e ajuda mútua.

Agradecer à turma 2 do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior pela oportunidade de fazer amigos-irmãos na fase de curso das disciplinas, estabelecimento de relações que extrapolam os muros da Universidade e passam a compor o cotidiano de nossa existência, em muitos momentos, consolando, incentivando, apoiando e sendo fortaleza de momentos de incerteza na trajetória acadêmica.

Agradecer aos professores do MPPGAV que, nos (re) impulsionaram no universo da vida acadêmica em nível de mestrado, entendendo muitas das nossas lacunas na conciliação de estudo e trabalho.

Agradecer ao Prof. Gerson da Silva Ribeiro, pela valiosa colaboração na construção desse trabalho num momento em que as coisas pareciam não ter saída e sua mão sempre generosa pode apontar a luz no horizonte.

Agradecer de maneira especial a Coordenação e aos estudantes do Curso Superior em Tecnologia de Design de Interiores do Campus João Pessoa, pela acolhida e disponibilidade em participar dessa pesquisa na etapa da pesquisa de campo.

Agradecer aos Professores Damião de Lima e Wilson Aragão pelo aceite de compor a banca na fase de qualificação, nas contribuições trazidas para o enriquecimento deste trabalho.

Agradecer por fim, a minha orientadora, Prof^a Ana Paula Furtado Soares Pontes pela dedicação e seriedade com que conduziu as discussões para construção deste trabalho com zelo e seriedade que lhe é peculiar. Meu muito obrigado!

Apesar das ruínas e da morte,
Onde sempre acabou cada ilusão,
A força dos meus sonhos é tão forte,
Que de tudo renasce a exaltação
E nunca as minhas mãos ficam vazias.
(ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner)

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CAEST – Coordenação de Apoio ao Estudante

CANUTRE – Coordenação de Alimentação e Nutrição Escolar

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CF – Constituição Federal

CIEPS – Centros Integrados de Educação Pública

CNS – Conselho Nacional de Saúde

COAPNE – Coordenação de Assistência às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

CONSUPER – Conselho Superior

COE – Coordenação de Orientação Educacional

COPED – Coordenação Pedagógica

CPAS – Coordenação de Promoção, Prevenção e Atenção à Saúde

DAE – Departamento de Assistência Estudantil

DAE – Departamento de Apoio ao Ensino

DAEST – Departamento de Assistência Estudantil

DAP – Departamento de Articulação Pedagógica

DAPE – Diretoria de Articulação Pedagógica

DEPAP – Departamento de Articulação Pedagógica

EAA – Escola de Aprendizes e Artífices

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

ESAF – Escola Agrotécnica Federal

ETF – Escola Técnica Federal

FAE – Fundação de Assistência ao Estudante

FIES – Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

FNDE – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores para Assuntos Comunitários e Estudantis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFPB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
LOA – Lei Orçamentária Anual
MEC – Ministério da Educação
PAE – Política de Assistência Estudantil
PAETI – Programa de Assistência ao Estudante Técnico Integral
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PEBE – Programa Especial de Bolsas de Estudo
PIB – Produto Interno Bruto
PIBICT – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE – Plano Nacional de Educação
PPI – Projeto Pedagógico Institucional
PRAE – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROBEXT – Programa Institucional de Bolsas de Extensão
PROUNI – Programa Universidade para Todos
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSE – Processo Seletivo Especial
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SiSU – Sistema de Seleção Unificada
SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública
TCLE – Termo de Consentimento de Livre e Esclarecido
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba
UNE – União Nacional dos Estudantes

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Definição de Assistência Social e Assistência Estudantil na Constituição Federal de 1998	22
Quadro 02 – Conceituação de Assistência Estudantil na literatura acadêmica produzida nos anos 2000-2012.....	23
Quadro 03 – Programas elencados na Política de Assistência Estudantil do IFPB.....	47
Quadro 04 – Atribuições profissionais dos Recursos Humanos da Assistência Estudantil.....	48
Quadro 05 – Quantidade de profissionais lotados no DAEST/JP.....	53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Evolução da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica 1909-2016.....	41
Gráfico 02 – Organograma do Departamento de Assistência Estudantil – Campus João Pessoa.....	52
Gráfico 03 – Percentual de atendimentos realizados nos anos de 2012-2015 com Assistência Estudantil no Campus João Pessoa.....	55
Gráfico 04 – Recursos orçamentários destinados aos benefícios socioassistenciais dos estudantes do Campus João Pessoa nos anos 2013-2017.....	65
Gráfico 05 – Recursos orçamentários destinados a promover a participação em eventos de natureza acadêmica, científica, tecnológica, artístico-cultural e esportiva	67
Gráfico 06 – Recursos orçamentários destinados a promoção eventos de natureza acadêmica, científica, tecnológica, artístico cultural e esportiva.....	69
Gráfico 07 – Recursos orçamentários destinados a concessão de bolsas e benefícios de apoio a formação acadêmica e profissional.....	71
Gráfico 08 – Distribuição financeira dos recursos executados com Assistência Estudantil no período de 2010 a 2017.....	72
Gráfico 09 – Percentual de variação por período 2010-2017 da execução orçamentária da Assistência Estudantil no <i>Campus</i> João Pessoa.....	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Percentual de Estudantes segundo a variável Cor	57
Tabela 02 – Percentual de estudantes segundo o indicador renda familiar.....	58
Tabela 03 – Percentual de estudantes quanto ao indicador renda <i>per capita</i>	59
Tabela 04 – Percentual de estudantes segundo o indicador Origem Escolar.....	61
Tabela 05 – Percentual de estudantes segundo o indicador Escolaridade dos Pais.....	62
Tabela 06 – Opiniões dos estudantes em relação ao conceito de Assistência Estudantil.....	77
Tabela 07 – Opiniões dos estudantes em relação aos programas de Assistência Estudantil oferecidos pela Instituição.....	78
Tabela 08 – Opiniões dos estudantes em relação a forma de conhecimento da Assistência Estudantil.....	80
Tabela 09 – Opiniões dos estudantes em relação a importância da Assistência Estudantil.....	81
Tabela 10 – Opiniões dos estudantes em relação a que programa é atendido	82
Tabela 11 – Opiniões dos estudantes em relação a avaliação feita dos programas em que são atendidos.....	83
Tabela 12 – Opiniões dos estudantes em relação ao tempo em que é atendido pela Assistência Estudantil.....	85
Tabela 13 – Opiniões dos estudantes em relação as ações de Assistência Estudantil.....	86
Tabela 14 – Opiniões dos estudantes em relação a maior dificuldade para permanência e conclusão do curso.....	87
Tabela 15 – Opiniões dos estudantes em relação as dificuldades de permanência e conclusão do curso	89

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo analisar a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – *Campus* João Pessoa na percepção dos estudantes quanto ao cumprimento de seus objetivos institucionais. Para tal, desenvolvemos um estudo de natureza aplicada, utilizando o método de abordagem histórico, de natureza exploratória e com enfoque quantitativo e qualitativo. Trata-se de um estudo de caso desenvolvido junto a estudantes contemplados pelo Programa de Assistência Estudantil do curso de Design de Interiores, por ser o curso que mais apresentou interesse em se inscrever nos programas de Assistência Estudantil oferecidos pelo *Campus* João Pessoa, bem como o elevado percentual de estudantes oriundos de famílias com renda per capita de até 1 salário mínimo e meio. Os dados coletados foram tratados a partir da perspectiva de análise de conteúdo (BARDIN, 2002). Os resultados deste estudo apontam para um processo de desconhecimento por parte dos discentes dos objetivos da Política de Assistência Estudantil, reduzindo-a ao apoio financeiro de programas de alimentação, transporte e moradia, desconhecendo serviços institucionais que venham a viabilizar de maneira efetiva a sua permanência. A Política de Assistência Estudantil do IFPB é limitada ao repasse financeiro aos estudantes por meio de programas específicos que reforçam a lógica de repasse de recursos via transferência de renda, presente na maioria das Políticas Sociais Brasileiras. Tal sistemática contribui para a falta de clareza e distinção das peculiaridades existentes entre a Assistência Estudantil e a Política Pública de Assistência Social. Em nossos resultados, destacamos a mudança de perfil dos estudantes ao longo do processo de evolução institucional na história, tendo atualmente um *campus* de cor parda e negra, com um público oriundo de famílias com renda per capita de até 1 salário mínimo e meio, egressos de escolas públicas e que possuem pais com baixa escolarização. Destacamos a inexistência de ações que visem ao acompanhamento pedagógico destes estudantes e a falta de compreensão do papel da Assistência Estudantil em sua trajetória acadêmica. Ficou evidente a preocupação institucional por priorizar o atendimento das demandas materiais postas pelos estudantes, não aparecendo as estratégias para a atenção das suas demandas simbólicas, cujo foco está pautado na construção de espaços de sociabilidade. A limitação orçamentária para o desenvolvimento de ações mais efetivas diante do processo de expansão da Instituição e do número de estudantes que tem garantido o acesso se configurou num aspecto merecedor de destaque, dada a realidade socioeconômica e cultural dos estudantes na atualidade, demandando uma melhor atenção. Por fim, tecemos contribuições a partir dos relatos dos estudantes, apresentando estratégias que visam gerar um processo coletivo de avanço nas Políticas Institucionais, oportunizando voz aos estudantes na construção da Política Estudantil do IFPB no âmbito do *Campus* João Pessoa.

PALAVRAS CHAVES: Política de Assistência Estudantil, Educação Profissional, Financiamento, Condição Discente.

ABSTRACT

The present study had the objective of analyzing the Student Assistance Policy of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Paraíba – João Pessoa Campus in the students' perception regarding the fulfillment of their institutional objectives. For that, we developed a study of applied nature, using the method of historical approach, exploratory nature and with a quantitative and qualitative approach. This is a case study developed with students contemplated by the Student Assistance Program of the Interior Design major, because it is the major that most interested in enrolling in the Student Assistance programs offered by the João Pessoa Campus, as well as the high percentage of students from families with a per capita income of up to 1,5 minimum wage. The collected data were treated from the perspective of content analysis (BARDIN, 2002). The results of this study point to a process of ignorance on the part of the students of the objectives of the Student Assistance Policy, reducing it to the financial support of food, transportation and housing programs, ignoring institutional services that will effectively make it possible to stay there. The IFPB Student Assistance Policy is limited to the financial transfer to students through specific programs that reinforce the logic of transfer of resources through income transfer, present in most Brazilian Social Policies. Such systematics contributes to the lack of clarity and distinction between the peculiarities that exist between Student Assistance and Public Social Assistance Policy. In our results, we highlight the profile change of the students along the process of institutional evolution in history, currently having a campus of brownish and black color, with a population from families with per capita income of up to 1,5 minimum wage, graduates of public schools and that have parents with low schooling. We emphasize the inexistence of actions that aim at the pedagogical accompaniment of these students, and the lack of understanding of the role of the Student Assistance in its academic trajectory. The institutional concern for prioritizing the attendance of the material demands placed on by the students was evident, and the strategies for the attention of their symbolic demands, whose focus is based on the construction of spaces of sociability, were not evident. The budgetary limitation for the development of more effective actions in view of the expansion process of the Institution and the number of students who have guaranteed access, has become a worthy aspect, given the current socioeconomic and cultural reality of students, demanding a better attention. Finally, we make contributions based on the students' reports, presenting strategies capable of generating a collective process of advancement in Institutional Policies, giving a voice to the students in the construction of the IFPB Student Policy within the scope of the João Pessoa Campus.

KEYWORDS: Student Assistance Policy, Professional Education, Funding, Student Status.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 – Percurso Metodológico.....	17
1.2 – Da estrutura e organização do trabalho.....	19
2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL	21
2.1 O conceito de Assistência Estudantil.....	21
2.2 O PNAES no contexto do Ensino Superior	26
3 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA.....	36
3.1 Aspectos históricos e legais.....	44
3.2 Caracterização da área de Assistência Estudantil do IFPB/ <i>Campus</i> João Pessoa.....	49
3.3 Perfil socioeconômico dos estudantes do IFPB/Campus João Pessoa atendidos pelos Programas de Assistência Estudantil.....	56
3.4 Aspectos orçamentários e financeiros da implementação da Política de Assistência Estudantil no IFPB/ <i>Campus</i> João Pessoa.....	63
4. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA NA CONCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE DESIGN DE INTERIORES DO CAMPUS JOÃO PESSOA.....	75
4.1 Breve caracterização do Curso de Design de Interiores e dos participantes da pesquisa..	75
4.2 A percepção dos estudantes em relação a Política de Assistência Estudantil do IFPB/ <i>Campus</i> João Pessoa.....	76
3. CONCLUSÃO	91
4. REFERENCIAS	98
APENDICES	

1. INTRODUÇÃO

O cerne da discussão aqui trazida revela a luta e razão de existir aliado a nossa história de vida, que, oriundo de parcela socialmente desfavorecida da sociedade, buscou com incentivos pessoais, a colaboração de amigos e amigas a conclusão de um curso em nível de graduação, numa época em que as ações de Assistência Estudantil ainda se desvelavam de maneira incipiente na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, onde pudemos participar do movimento estudantil enquanto estudante de Serviço Social, contribuindo na busca por melhores condições de moradia, alimentação, transporte, apoio pedagógico e inclusão social e digital para muitos estudantes que não tinham como (e onde) ficar na cidade de Campina Grande-PB.

Nossa trajetória profissional enquanto Assistente Social inserido na área de Educação, se dá por ocasião de nossa nomeação para atuar no IFPB/*Campus* Patos, no ano de 2010, oportunidade de nossa primeira experiência profissional na área de educação. Surgem a partir dessa inserção as motivações em analisar com mais profundidade as estratégias desenvolvidas pelos estudantes para sua permanência e conclusão com êxito nos cursos recém-criados naquela unidade educacional sertaneja.

Em 2014, obtivemos aprovação em Edital de remoção interna da Instituição e, dessa forma, passamos a desenvolver nossa prática profissional no *Campus* João Pessoa, local de intensas realidades e vivências cotidianas. Nesse *Campus* fomos nomeados para assumir o setor responsável por identificar os estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica para direcioná-los ao atendimento de Programas de Assistência Estudantil.

Com a criação do Departamento de Assistência Estudantil do *Campus* João Pessoa, assumimos em 2015 o desafio de sua condução e com ele nosso horizonte se amplia para além dos atendimentos realizados na Coordenação de Apoio ao Estudante nos deparando com realidades mais complexas, envolvendo áreas médica e de enfermagem, nutrição, odontologia, bem como a complexidade de atendimento a pessoas com necessidades educacionais específicas, o que nos motivou a discutir teoricamente a partir da escuta dos estudantes a percepção acerca da Política de Assistência Estudantil do IFPB, no âmbito do *Campus* João Pessoa, buscando mais precisamente ouvir os estudantes dos Cursos Tecnológicos de Graduação.

Com o olhar acadêmico aprofundando a realidade social, nos propomos a discutir cientificamente a Política de atendimento aos estudantes, reelaborando a partir do saber científico tal realidade vivenciada pelos estudantes, contribuindo para melhorar as condições

de permanência na instituição e conclusão de seus cursos com êxito, identificando as lacunas e necessidades enfrentadas por este público e que não esteja sendo contemplada nas ações desenvolvidas em nível local.

Desta forma, o cenário posto na atualidade para a Educação Profissional nos leva a questionar: A Política de Assistência Estudantil (PAE) implementada pelo IFPB tem cumprido seus objetivos na visão dos estudantes atendidos pelos Programas institucionais de Assistência ao Estudante? A partir dessa indagação, definimos como nosso objetivo geral: analisar a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – *Campus* João Pessoa na percepção dos estudantes quanto ao cumprimento de seus objetivos institucionais.

Como objetivos específicos nos propomos a

- Apresentar os antecedentes históricos e marcos legais do IFPB com olhar sobre a evolução da Assistência Estudantil na Instituição;
- Caracterizar o perfil socioeconômico dos estudantes do IFPB atendidos pelos Programas de Assistência Estudantil;
- Analisar a dotação orçamentária prevista e executada para a Assistência Estudantil e as áreas priorizadas;
- Analisar a percepção dos estudantes sobre os Programas de Assistência Estudantil desenvolvidos pelo IFPB;
- Propor ações de melhoria e fortalecimento da Política de Assistência Estudantil do IFPB.

Ao nos debruçarmos sobre tal pesquisa, nos sintonizamos com a importância de discutir uma temática que envolve o cotidiano da prática profissional, na busca pela defesa do direito dos estudantes, enquanto cidadãos em processo de formação humanística e profissional, além da busca pela defesa do acesso a camadas socialmente desfavorecidas. A importância do tema para a academia consiste na contribuição em aprofundar a temática abordada em estudos posteriores que venham a elucidar ainda mais a problemática aqui iniciada, em consonância com estudos que nos antecederam, buscando a aproximação com o real pensado, em seus sucessivos retornos ao cotidiano.

No âmbito social, esta pesquisa pretende contribuir para uma melhor compreensão dos fenômenos inerentes ao processo educacional no tocante aos elementos da permanência e êxito na conclusão dos cursos ofertados na Instituição. Para a instituição, tal pesquisa se faz importante para que se possa reavaliar as práticas de gestão e os caminhos a serem trilhados

com os resultados do estudo, trazendo sugestões que visem o melhorando com vistas a qualidade dos serviços e ações.

1.1. Percurso Metodológico

Para o alcance dos objetivos definidos na nossa pesquisa, seguimos o percurso metodológico, entendendo que o método conforme Richardson (2009, p. 22) “é o caminho ou a maneira para chegar a determinado fim ou objetivo”. Nesse sentido, ao estabelecer o caminho a ser traçado para o alcance dos objetivos deste estudo, ele se deu quanto a sua natureza numa pesquisa aplicada, pois, neste trabalho não tivemos a preocupação direta em definir leis e na construção de teorias, haja vista que, os processos de construção deste trabalho buscam evidenciar realidades que possibilitem modificações no cotidiano prático de pessoas e instituições (GIL, 2010). Nos debruçamos sob as contribuições de análise do método histórico, entendendo que o contexto em histórico contido na trajetória das instituições poderão apresentar informações relevantes do seu cenário atual.

Quanto aos seus objetivos, utilizamos a pesquisa do tipo descritiva, de enfoque quantitativo e qualitativo, visando uma melhor apropriação da opinião dos sujeitos, que segundo Prodanov (2013, p. 52) “tal pesquisa observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador. Procura descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações com outros fatos”.

Dessa forma, para melhor alcançarmos os objetivos propostos neste estudo, recorreremos a amostra do tipo intencional, priorizando para este estudo os estudantes oriundos dos Cursos Superiores de Tecnologia oferecidos pela Instituição atendidos em Programas de Assistência Estudantil. Tomamos tais cursos como elemento de análise por estes serem de nível superior e trazerem a dimensão da tecnologia, justificando a sua vinculação com a Educação Profissional ofertada pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, como também a vinculação do estudo com as diretrizes do Programa de Pós-Graduação a que estamos vinculados.

Sendo o IFPB uma Instituição de Educação *multicampi*, nosso lócus de análise se deu no *Campus* João Pessoa, por reunir elementos que merecem destaque: o maior número de estudantes e servidores, a estrutura organizacional possuir características peculiares quanto a construção histórica e localização geográfica, bem como no atendimento aos estudantes pelas ações de Assistência Estudantil.

Quanto aos procedimentos nos servimos da pesquisa bibliográfica e documental, apoiando-nos, no que afirma Gil (2010, p.29), como sendo

[...] elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente essa modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como material disponibilizado pela Internet. Praticamente toda pesquisa acadêmica requer em algum momento a realização do trabalho que pode ser caracterizado como pesquisa bibliográfica

A pesquisa documental, ainda segundo Gil (2010), possui muita semelhança com a pesquisa bibliográfica, pois ambas se utilizam de dados já existentes. A principal diferença se dá na natureza das fontes coletadas: a pesquisa bibliográfica utiliza-se de material elaborado por autores e destina-se a públicos distintos, enquanto a pesquisa documental se utiliza de documentos elaborados internamente para uso de diversas finalidades e que, traduzem-se em documentos que resguardam a memória de um determinado ambiente ou instituição.

A pesquisa de campo foi desenvolvida através da aplicação de questionários semiestruturados, realizados no período de 06 a 12 de dezembro de 2017, oportunidade em que nos utilizamos do levantamento de opiniões dos sujeitos, compondo a etapa de coleta de dados, haja vista a especificidade do estudo em questão.

A pesquisa documental foi realizada durante o período de setembro a novembro de 2017, na Coordenação de Arquivos Geral da Instituição, como também por meio de publicações de domínio público disponíveis na página institucional na internet; documentos institucionais como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Estatuto Institucional, Regimento Geral e do *Campus*, Relatórios de Gestão do *Campus*.

Na coleta de dados com os estudantes, utilizamos questionários semiestruturados, que foram disponibilizados aos estudantes, através de formulário impresso, acompanhado do Termo de Compromisso de Livre e Esclarecido (TCLE) para consentimento dos sujeitos na participação da pesquisa. Cabe destacar que a pesquisa respeita rigorosamente o conteúdo das Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que dispõe sobre as normas éticas para pesquisa com seres humanos, resguardando o anonimato dos sujeitos envolvidos e o sigilo das informações prestadas para fins não-científicos.

Para tratamento dos dados coletados, utilizamos a técnica de análise de conteúdo dos dados quantitativos e qualitativos, com o intuito de apreender e estabelecer os nexos entre o que teoricamente foi formulado sobre o objeto e as informações explicitadas pelos sujeitos da

pesquisa. A análise de conteúdo referendada em Bardin (2011, p. 50), “visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica etc., por meio de mecanismos de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares.” Ao utilizarmos como técnica de análise de conteúdo, nos servimos da análise temática, entendendo que ao optar por essa técnica de análise, o tema se configura a centralidade do conteúdo e a recorrência que ele aparece na análise, nos leva a situar as categorias analíticas que darão suporte a análise do tema, sendo assim

[...] uma análise temática consiste em descobrir os “núcleos de sentido” que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido. [...] é geralmente utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências etc., (BARDIN, 2011, p.135)

Para tal, realizaremos as diferentes fases da análise do conteúdo, classificando-as como necessárias quais sejam: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Entendemos por pré-análise o momento de organização dos dados, com o intuito de construir um esquema de modo a sistematizar as ideias iniciais. A exploração do material consiste na fase de codificação, decomposição ou enumeração dos dados com vistas a sistematizar as decisões tomadas na fase de pré-análise e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação se constitui o momento de verificação dos resultados e se estes são significativos e fiéis, propondo inferências e adiantando interpretações dialogando com os objetivos previstos ou que não estavam previstos. (BARDIN, 2011)

Os dados quantitativos foram tabulados através de geração de gráficos e tabelas construídos a partir do Programa Microsoft Excel.

1.2 Da estrutura e organização do trabalho

O presente estudo está estruturado em quatro capítulos. O capítulo inicial é composto pela Introdução onde estaremos apresentando as motivações que nos impulsionaram a desvelar a temática, apresentando a problemática de estudo e as questões de pesquisa. Faz parte desse capítulo introdutório a apresentação do percurso metodológico adotado no presente estudo.

O segundo capítulo, é destinado a discussão conceitual da Política de Assistência Estudantil no Brasil, estabelecendo um diálogo com o conceito de Assistência Estudantil e as bases gestadas para a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), enquanto estratégia para a democratização das condições de permanência e êxito no Ensino Superior.

No terceiro capítulo abordaremos a Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, trazendo inicialmente a discussão sobre os aspectos históricos e legais que oportunizaram o desenvolvimento de tal Política na Instituição. Seguiremos discutindo sobre a caracterização atual da área de Assistência Estudantil e a construção do perfil socioeconômico dos estudantes atendidos pela PAE no âmbito do Campus João Pessoa, finalizando o capítulo com os aspectos orçamentários e financeiros priorizados para a sua implementação, apresentando o panorama dos recursos utilizados.

O quarto capítulo trará a abordagem da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba na concepção dos estudantes do Curso de Design de Interiores, iniciando pela caracterização do Curso e dos estudantes participantes da pesquisa, seguido da análise das percepções desses estudantes em relação a Política de Assistência Estudantil no âmbito do Campus João Pessoa. Por fim, teceremos considerações finais elencando as constatações resultantes da pesquisa, bem como apresentando sugestões para melhoramento da Política analisada.

2. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

Ao iniciar a discussão sobre o que denominamos aqui de Assistência Estudantil, faz-se necessário buscar os marcos legais que apontam para esse tipo de ação governamental. Partimos do princípio que esta discussão encontra bases no entendimento da igualdade de condições, direitos e deveres previstas na Constituição Federal, em que situa em seu art. 5º acerca dos direitos e garantias fundamentais. A mesma legislação afirma no que diz respeito aos direitos sociais que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988)

A Educação aparece no âmbito dos direitos sociais previstos na Constituição e inaugura como princípio a universalidade do acesso aos cidadãos. Regulada em capítulo próprio na Constituição Federal, a Educação é classificada em seu art. 205 como sendo “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Assim sendo, a busca pela garantia desse direito, enquanto um princípio posto, a igualdade de condições para acesso e permanência na Educação torna-se um desafio a ser operacionalizado num país de realidades em que são perceptíveis as desigualdades sociais, constituindo-se num desafio para esta Política Pública explícita na legislação nacional.

2.1 O Conceito de Assistência Estudantil

Em 1996, os discursos relativos a garantia de igualdade de condições de acesso e permanência volta a aparecer enquanto princípio da Educação Nacional (BRASIL, 1996). Tal princípio dá bases para a efetivação de um direito, que vem sendo materializado com o que entendemos por Assistência Estudantil. Cabe ressaltar nessa compreensão conceitual, que, mesmo ainda sendo apresentado um cenário vasto de autores que conceituam a Assistência Estudantil, cabe-nos destacar uma compreensão que se faz importante situar no debate do ponto de vista da legislação.

Situamos a discussão no âmbito da compreensão do que é a Política de Assistência Social e a Política de Assistência Estudantil. Compreendemos conforme Cavalheiro (2013) que a Assistência Estudantil é atualmente um programa implementado pela Política de Educação, com objetivos de garantir condições de acesso e permanência nas Instituições Educacionais,

sendo estes distintos da Política de Assistência Social. Conforme nos aponta Cislaghi; Silva (2011, p. 506)

Essa concepção transforma a assistência estudantil em uma política de “combate à pobreza” (na perspectiva do mito social apontado por Mota) no interior da universidade. Assistir ao estudante deixa de ser, assim, parte do direito à educação, uma política universal estendida a todos os estudantes, passando a reproduzir a lógica vigente da assistência social: focalização e bolsificação.

No quadro 01, destacamos a diferença dos objetivos de cada uma das políticas em discussão, tendo em vista que, até o momento a Assistência Estudantil não assume o status de uma Política Pública, salvo compreensões pontuais de instituições que assim a entendem e a executam no cotidiano de suas estruturas.

Quadro 01 - Definição de Assistência Social e Assistência Estudantil na Constituição Federal de 1998

Assistência Social	Assistência Estudantil
Política Pública integrante da Seguridade Social juntamente com Saúde e Previdência (Capítulo II da CF/88) Conforme descrito na seção IV: Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.	Programa situado no âmbito da Política de Educação, esta última regulada no Capítulo III, da CF/88; Visa implementar o princípio da Educação no que se refere a Igualdade de Condições de acesso e permanência na Escola.

Fonte: BRASIL, 1998. Elaborado pelo autor.

Feito esse destaque, podemos perceber que a Assistência Estudantil não deve ser interpretada como a presença da Política de Assistência Social nas Instituições de Educação, haja vista os limites e finalidades das ações de Assistência Estudantil, entendendo dessa forma, que a existência de interfaces entre as políticas se faz necessário, ampliando o diálogo com as demais Políticas Públicas de atendimento aos estudantes enquanto cidadãos.

Atualmente, não há consenso em relação ao conceito para a Assistência Estudantil, sendo este, construído a partir das experiências e vivências obtidas pelas Instituições que as operacionalizam. Tomamos como referência a construção realizada através de pesquisa bibliográfica realizada por Cavalheiro (2013), onde estão presentes definições que evidenciam as formas de compreender a área, sendo apresentada no quadro 02:

Quadro 02 – Conceituação de Assistência Estudantil na literatura acadêmica produzida nos anos 2000-2012

Autor	Definição
LIMA (2000)	Entendemos assistência como a possibilidade de proteção social através de subsídios, apoio, orientação, referência. Esta relação de proteção social ocorre tanto nas relações informais de famílias, de parentesco, entre outras, quanto através de uma legislação social que garanta direitos e exija que o Estado arque com um conjunto de serviços e benefícios. As garantias sociais asseguradas pelo Estado conformam o que se denomina de seguridade social ou a garantia da cidadania plena, com direitos de proteção social garantidos a todos (p. s/nº)
ARAÚJO E BEZERRA (2007)	A Política de Assistência Estudantil vem sendo redefinida e marcada por uma profunda deterioração em seus programas básicos (alimentação e moradia estudantil). Os esforços para que essa política seja implementada vêm se tornando cada vez mais intenso por parte das entidades engajadas na luta pela efetivação dos direitos na área de educação. (p.5)
FARO (2008)	A Política de Assistência Estudantil consiste em um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes e métodos que orientam a estratégia institucional de provimento de soluções às necessidades do estudante em situação de vulnerabilidade [...], materializando-se em um amplo programa de apoio, atuante em várias frentes e desenvolvendo-se de modo intersetorial, possibilitando o acesso, a permanência e a conclusão, proporcionando experiências teóricas e práticas que o preparem para a cidadania e para futuras inserções no mundo do trabalho. A essência dessa tarefa se materializa em um conjunto de atividades voltadas à emancipação e promoção dos seus estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com dificuldades de acesso, permanência e êxito em sua graduação. (p.s/nº)
VASCONCELOS (2010)	[...] Assistência Estudantil enquanto um direito social voltado para igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público (p.7)
AMARAL; NASCIMENTO (2010)	Entende-se que os programas e projetos de Assistência Estudantil devam ser desenvolvidos como instrumentos de acesso, permanência e conclusão de curso dos estudantes nas instituições públicas, tendo como pressuposto que a Assistência Estudantil é uma política essencial no contexto do ensino, da pesquisa e da extensão. (p.6)
ARAÚJO E SANTOS (2010)	[...] As abordagens atuais de compromisso social para o bem público interno restringiram-se à forma de acesso ao ensino superior, mostra-se insuficiente quanto à garantia de sua permanência. Torna-se necessária a busca de alternativas para que esses jovens, uma vez na universidade, tenham acesso a um apolítica pública de Assistência Estudantil com vistas à inclusão social (p.1)
NASCIMENTO (2010)	Trata da Assistência Estudantil como política operacionalizada no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior/IFES, que contribui para o cumprimento do compromisso social destas instituições de garantir a permanência do estudante no ensino superior, viabilizando as condições necessárias à sua formação acadêmica e profissional. A Assistência Estudantil é compreendida como sendo uma modalidade da Assistência Social, que envolve

	a discussão sobre o acesso e permanência do estudante no ensino superior, uma vez que é interpretada sob o olhar do direito à Educação Superior e à Assistência Social (p.1)
SOUZA (2011)	Como política social , a Assistência Estudantil tem, nos marcos do capitalismo, natureza contraditória: “pode assumir tanto um caráter de espaço de concretização de direitos, quanto ser funcional à acumulação do capital e à manutenção do <i>status vigente</i> ” (p. 3)
UNE (2011)	Parte do princípio de que as Políticas de Assistência Estudantil devem ser vistas como um direito social e como a garantia política de cidadania e dignidade humana. Para tanto, deve estar inserida na práxis acadêmica, com ações articuladas com o ensino, a pesquisa e a extensão. (p.snº)
SILVEIRA (2012)	Considerando que a política pública é formada por um conjunto de diretrizes afiançadas por lei que possibilita a promoção e garantia dos direitos do cidadão, a Assistência Estudantil que se concretiza por meio dos serviços sociais e se evidencia como uma política de direito. (p.2)

Fonte: Cavaleiro (2013, p. 28-29)

No quadro acima, podemos verificar a diversidade de compreensões que ora se aproximam, ora se distanciam da relação existente entre Assistência Estudantil e Assistência Social a qual levantamos neste trabalho.

Nessa direção, Lima (2010) e Nascimento (2010) apresentam a discussão de Assistência Estudantil enquanto Política de Proteção Social e como uma modalidade de Assistência Social. Na compreensão dos autores, a discussão no interior das unidades escolares a atuação profissional está pautada na condução de uma Política Pública garantidora de direitos de pessoas vulneráveis, tal qual se ocupa a Política de Assistência Social Brasileira. Analisamos, portanto, que tal posicionamento advém do momento em que as discussões iniciais de implementação do Decreto nº 7234/2010, associando as suas ações aquelas desenvolvidas pela Política de Assistência Social. Araújo e Santos (2010) assumem a mesma postura teórica ao entenderem que a Assistência Estudantil é uma Política de inclusão social de jovens no Ensino Superior.

Autores como Araújo e Bezerra (2007), Vasconcelos (2010), UNE (2011), Silveira (2012), em períodos sequenciais avançam nas reflexões apresentando uma novidade em relação aos demais autores citados, quando apontam para a Assistência Estudantil enquanto direito social capaz de oportunizar igualdade de condições de acesso ao ensino, permanência e conclusão. Chamamos a atenção a esse aspecto que os autores apontam da capacidade de oportunizar, sendo compreendido a partir de nossa análise enquanto uma política que articulada a outras garantem as condições de acesso, permanência e conclusão dos cursos com êxito. Faro (2008) compreende a Assistência Estudantil como estratégia institucional para superação de dificuldades de estudantes vulneráveis com vistas a sua emancipação. Apesar de sua contribuição, analisamos que tal postura deixa a Assistência Estudantil no campo da

estratégia institucional, podendo ser escolhida como prioridade ou não nos processos de gestão institucional.

O posicionamento adotado neste trabalho do em relação ao conceito de Assistência Estudantil encontra-se na direção apontada por Souza (2011), em que situa a Assistência Estudantil no campo das políticas sociais da educação, trazendo à tona o debate da natureza contraditória que tais políticas assumem na sociedade capitalista. Nessa linha de pensamento a natureza contraditória apontada, as ações desenvolvidas assumem uma dupla função: contribuir com a formação de jovens de camadas sociais desfavorecidas ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento capitalista sob diversas frentes. No caso atual das ações de Assistência Estudantil se dando em sua maioria pelo viés do auxílio financeiro, colabora também com a ampliação do consumo capitalista entre os jovens que não tem acesso a bens de consumo.

A lógica universalidade *versus* seletividade, traço das políticas sociais do país, é também a grande contradição da assistência estudantil. Embora ela se destine a promover uma igualdade nas condições de acesso e permanência ao/no ensino superior público, devendo ser destinada a todos que dela necessitassem, o que temos são programas e projetos seletivos e descontínuos, visto que, não atendem à demanda recebida. Essa precariedade no âmbito da assistência ao estudante se inscreve no processo mais amplo de desmonte dos direitos sociais vivenciado no Brasil, sob a orientação neoliberal, tendo seus rebatimentos vivenciados também na política de ensino superior.

A falta de recursos para a manutenção de uma política de assistência estudantil efetiva, que busque criar condições objetivas de permanência dos segmentos mais pauperizados da população na universidade contribui diretamente na fragilização dos processos de atendimento, diminuindo o cenário de importância do desenvolvimento de uma Política de Assistência Estudantil como estratégia de democratização da universidade.

Compreendemos que a assistência estudantil deve ser garantida como ação intrínseca ao direito à educação, sendo este um dever do Estado e um direito do estudante, no sentido de contribuir com a redução das desigualdades geradas pela estrutura econômica e social instaladas a partir do capitalismo. Portanto, através dessa política pode-se efetivar meios que possibilite a contribuição para o acesso e a permanência das classes subalternas no ensino superior.

No próximo tópico iremos discutir como se dá o processo de implantação do PNAES no Ensino Superior Brasileiro, entendendo o contexto em que foram gestadas as bases para a sua implementação e quais seus objetivos.

2.2 O PNAES no contexto do Ensino Superior

Neste tópico estaremos abordando o percurso discursivo das elaborações da proposta de Política de Assistência Estudantil, apresentando inicialmente as características da Universidade no Brasil, seguindo a discussão dos movimentos reivindicatórios existentes por parte dos estudantes até o a promulgação do decreto nº 7234/2010 e os documentos que o antecederam.

A educação formal no Brasil tem sua característica central o elitismo, presente desde os primórdios. O legado formativo das elites brasileiras no período imperial se dava a partir do envio dos filhos da aristocracia a Europa. O objetivo do domínio português para o Brasil, segundo Vasconcelos (2010) era o cuidado com a fiscalização e a defesa. Até então os altos funcionários da coroa portuguesa e do clero, além dos filhos dos latifundiários tinham a sua formação europeia. Com a instituição do bloqueio continental propiciado por Napoleão Bonaparte, uma das estratégias assumidas foi a transferência da corte real portuguesa para o Brasil, tendo em vista as relações comerciais entre Portugal e Inglaterra. Com esse bloqueio, a corte portuguesa não podia mais formar seus filhos na Europa, iniciando o processo de investimentos na construção de um ensino formal em terras brasileiras. Nesse contexto, ainda não podemos conceber o ensino brasileiro como Universidade, devido a construção isolada em forma de institutos de educação cuja marca da formação se dava pela via profissionalizante.

A Universidade desenvolve-se no Brasil de maneira tardia em relação aos países latino-americanos, cujo surgimento se deu ainda no período colonial. Surge em 1920 com a ênfase de um projeto de Universidade Modernizada, recebendo influências dos movimentos internacionais da Europa e Inglaterra. Constituiu-se enquanto espaço de disputas e lutas político-ideológicas entre as classes hegemônicas e populares pela condução do projeto de Universidade Brasileira.

A marca elitizada da Universidade no Brasil se fez muito forte, dada a realidade que o país vivenciava nesse momento com forte traço de práticas conservadoras, autoritária e burocrática no atendimento às demandas da sociedade. O cenário político, econômico e social vai determinar a trajetória de embates em busca de uma educação democrática, numa sociedade ancorada por desigualdades, onde o capitalismo acentuou ainda mais os tais processos desiguais, herdadas de processos históricos passados.

Com a crise de 1929, gerada pela queda de produção do café e das exportações, foram sendo tomadas medidas que vieram a favorecer a instauração de um modelo industrial no país.

Neste mesmo período, intensos processos de reforma foram impulsionados a área educacional, período em que foi vivenciado um movimento em busca da democratização do acesso ao Ensino.

O desenvolvimento da Universidade em terras brasileiras carrega consigo a marca do Ensino confessional e privado. Segundo Cunha (2007), até o ano de 1945, pouco se tinha de Universidades no Brasil, dada a existência de estabelecimentos isolados que somavam em maioria, oferecidos o Ensino Superior privado, sendo regulada a organização da Educação Superior pelo Estatuto das Universidades Brasileiras.

Foram criados nesse período o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), pois se vislumbrava a educação dos trabalhadores para a mão de obra industrial, enquanto se desenvolvia uma cultura dos bacharéis, filhos das elites que buscavam a manutenção da riqueza através da obtenção de diplomas acadêmicos.

Com a criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930, trouxe o debate através das conferências Nacionais de Educação a atenção para a Constituição de 1937, que absorveu parte dessa legislação e introduziu o ensino profissionalizante e tornou obrigatória para as indústrias e sindicatos a criação de escolas na esfera de sua especialidade para os filhos de seus operários ou associados. (PIANA, 2009, p. 65)

É nesse período que se origina também a discussão sobre Assistência Estudantil, juntamente com o Ministério da Educação e Saúde, os debates acerca de atendimentos aos estudantes se dão na perspectiva de atendimento das necessidades básicas. São criados os programas de Alimentação, Transporte e Moradia Universitária. Esse processo se dá pela contribuição e luta de atores envolvidos no processo de busca pela sua consolidação. No caso específico da Assistência Estudantil, teremos como agentes importantes a União Nacional dos Estudantes (UNE), enquanto instância representativa dos Estudantes. A UNE, criada na década de 1930, teve um papel central no processo de reivindicações, quando acompanhando o processo de instauração de reformas educacionais no país se coloca na dianteira dos movimentos estudantis.

Em sua trajetória de lutas desde a sua criação em prol das necessidades dos estudantes, realiza em 1961-1962, o I e II Seminário Nacional de Reforma Universitária nas cidades de Salvador e Curitiba. Nesses seminários a pauta de discussão trazida pela entidade em relação a Universidade, continham segundo Albuquerque (2005, p. 171-172) os seguintes destaques:

- a) que a instituição era ainda privilégio de poucos, e portando defendiam que fosse aberta ao povo; b) que falhava em sua missão cultural, pois se valia de

esquemas importados, não condizentes com a nossa realidade; c) que falhava em sua missão profissional; d) que seus profissionais formados eram mantenedores do *status quo*; e) que uma universidade tinha que estar coerente com um projeto de sociedade; f) pela extinção do sistema de cátedras (que segundo os estudantes, esterilizava o ensino e a pesquisa), participação dos docentes, discentes e funcionários nos órgãos técnicos e administrativos da universidade, a escolha dos membros da cúpula administrativa pela comunidade universitária e a representação estudantil nos conselhos e congregações da Universidade; g) uma política de assistência estudantil, tendo em vista os problemas socioeconômicos dos estudantes.

A luta da UNE por um processo de democratização da Universidade e por Assistência Estudantil se constituía um esforço importante na construção do modelo de Universidade Brasileira, discutida na Reforma da década de 1960, período este que vivenciou a crescente mobilização dos estudantes sob liderança da UNE.

O avanço nas lutas e conquistas populares iniciadas no período populista de Getúlio Vargas e acentuadas com a chegada de João Goulart à Presidência da República, desencadearam o estopim impulsionador do processo de Ditadura Militar, instaurado no Brasil no ano de 1964. Com o golpe de 1964, a UNE foi considerada espaço de subversão e foi considerada ilegal pelo decreto nº 57.634, de 14 de janeiro de 1964. As medidas adotadas neste período barraram o processo de construção da Universidade Brasileira numa perspectiva democrática sob a ótica das classes populares, mesmo tendo sido registrados no final desse período o crescimento da área de Educação Superior.

Ainda no período de Regime Militar Brasileiro, é criado junto ao Ministério da Educação, o Departamento de Assistência Estudantil (DAE), enquanto uma frente de atuação que tornava a aproximação da Assistência Estudantil a uma política, que até então era tratada com a concessão de programas pontuais para atendimento dos estudantes. O DAE, instância de aglutinação das demandas dos estudantes frente ao processo de expansão de matrículas na Educação Superior ocorrida na década de 1970, busca implementar programas que visem o enfrentamento das questões permeadas a época toda a comunidade discente. Tendo respaldo na Lei de Diretrizes e Bases de 1971, o DAE implantou programas de bolsas de trabalho, onde o foco era o exercício profissional dos estudantes em órgãos públicos e privados; programas de bolsas de estudos, onde o estudante recebia um valor financeiro sem necessidade de fornecer contrapartida do recurso recebido; continuou na implementação de programas de alimentação, moradia e assistência odontológica. No ano de 1972, o Departamento começa a desenvolver por meio do Decreto nº 69.927, o Programa “Bolsa

Trabalho”, de caráter assistencial, o Programa era destinado a estudantes de baixa condição financeira, sendo abrangido a todos os níveis de ensino cujo foco era o desenvolvimento de atividades profissionais. No fim dos anos 80, o DAE foi extinto e segundo Imperatori (2017, p. 288), “a assistência passou a ser composta por ações escassas e pulverizadas”.

A década de 1980 trouxe consigo uma realidade social e política para o país adverso: momento de ebulição dos movimentos sociais advindos do período de maior repressão ditatorial, em busca da redemocratização do país. No plano econômico, foram acentuados os cenários de empobrecimento, desemprego, informalidade no mercado de trabalho, serviços sociais precarizados. No campo social, a discussão sobre a Assistência Estudantil foi impulsionada pelos movimentos sociais da educação que se fortaleciam. No campo político, foram vistos ataques à Universidade Pública, principalmente no tocante as suas competências administrativa, didática e quanto a sua finalidade, sob forte tendência a privatização do Ensino Superior (FONAPRACE, 1993).

No final da década de 1980, os esforços oriundos dos movimentos em prol de práticas e modelos democráticos nas Universidades, iniciados no período de abertura política do país, foram mais uma vez barrados. A disputa por projetos de Universidade acompanha a construção da Universidade Pública Brasileira fazendo-a de um lado não se libertar das amarras do Estado imposto pela Ditadura, mas sendo requisitada pela sociedade por práticas democráticas de acesso ao conhecimento, além de outras bandeiras de lutas da sociedade, como saúde, habitação, trabalho, assistência social.

As lutas pelo processo de redemocratização do País se intensificam e culmina com a construção da nova Constituição Federal, no ano de 1988. Nesse documento, a educação é concebida como um direito universal, fundamental e inalienável, sendo um instrumento de ampla formação na luta pela efetivação de direitos e pela concretização de uma sociedade justa e igualitária.

É criado em 1987, o Fórum Nacional dos Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), órgão consultivo da Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Educação Superior (ANDIFES), enquanto instância que busca estabelecer políticas voltadas para a situação do estudante das Universidades Brasileiras, lacuna deixada pelo Departamento de Assistência ao Estudante. Esta instância assessora da ANDIFES e o Movimento Estudantil liderado pela UNE, retomam em contextos específicos, o debate em torno da consolidação de uma Política de Assistência Estudantil Brasileira. Nesta perspectiva, a educação tem um compromisso com a formação integral do ser humano,

fazendo interlocução com todas as dimensões de sua relação com a sociedade (ALVES, 2004).

É inaugurado através da Constituição de 1988 o princípio garantidor da igualdade de condições de acesso e permanência na escola, tendo a Educação Nacional a finalidade de pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). A partir dessa definição os processos de luta pelo cumprimento do que preconiza a Constituição, torna o cenário de disputas sociais ainda mais evidente, tendo como contexto o panorama de reformas advindas de orientações neoliberais, a partir do Consenso de Washington¹

Pela Reforma do Estado, a Constituição de 1988, tida como constituição cidadã, é fortemente criticada e tida como um dos instrumentos que não propicia o desenvolvimento do país. São, portanto, tomadas medidas para que essa situação seja modificada, criando um cenário catastrófico do ponto de vista da consolidação da democracia e dos direitos sociais da população. Salienta Behring (2003) a esse respeito:

As políticas sociais entram neste cenário caracterizado por meio de um discurso nitidamente ideológico. Elas são: paternalistas, geradoras de desequilíbrio, custo excessivo do trabalho, e devem ser acessadas via mercado. Evidentemente nessa perspectiva deixam de ser direito social (p. 64)

A ascensão do capitalismo ganhou forças para justificar a reorganização do papel do Estado, através do discurso de crise, necessitando tornar-se mais eficiente. Assim, se dá a partir do documento intitulado Plano Diretor da Reforma do Estado, do Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, o processo de implementação de mudanças no Estado Brasileiro, com implicações para as Políticas Públicas do país, haja vista, a brevidade da Constituição do Brasil de 1988, construída sob forte defesa da cidadania e democracia.

No documento, as ideias orientadas pelos Organismos Internacionais se traduzem a principal característica. O entendimento é de que o Estado deveria facilitar o desenvolvimento, regulamentando e fortalecendo o capital privado e reformando-o o

¹ O termo Consenso de Washington ficou conhecido como um conjunto de medidas de ajuste macroeconômico formulado por economistas de instituições financeiras como FMI e o Banco Mundial, elaborado em 1989. Entre essas “regras” que deveriam ser adotadas pelos países para promover o desenvolvimento econômico e social estavam: disciplina fiscal, redução de gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições, privatizações das estatais, desregulamentação e desburocratização, direito à propriedade intelectual. Fonte: <http://www.politicaeconomia.com/2011/10/os-efeitos-do-consenso-de-washington-na.html> Acesso em 30/07/2017

crescimento econômico aconteceria e as desigualdades sociais seriam corrigidas. A implementação de um “Estado Republicano” (PEREIRA, 2009) de mínimos papeis, visa diretamente retirá-lo de cena da condução das áreas mais importantes da sociedade, o que o documento designa de serviços não-exclusivos.

Segundo Pereira (2009, p. 165) a defesa do Estado Republicano parte do princípio que:

No último quarto do século XX, quando os direitos republicanos adquiriram importância histórica, enquanto organizações da sociedade civil ganhavam relevância nacional e internacional, tornou-se óbvio que o desafio político básico era construir um Estado capaz de se proteger de indivíduos ou corporações ambiciosos e poderosos, e capaz, ao mesmo tempo, de organizar a ação coletiva para garantir os direitos de cidadania. [...] tornou-se ainda mais óbvio que somente um Estado forte poderia garantir mercados fortes. Também está ficando evidente que os cidadãos que tem seus direitos sociais cuidadosamente protegidos comportam-se de forma mais livre e ativa nos mercados[...]

É, pois, o modelo defendido pelos defensores da reforma do Estado: oportunizar livre mercado, minimizar a ação do Estado no tocante a demandas da sociedade e fortalecer a sociedade através da lógica do consumo e da individualidade, atenuando o apelo para a solidariedade. O modelo de cidadão consumidor e não questionador prevalece no modelo então pretendido pelos organismos internacionais para o Brasil.

O modelo desenvolvido, remete ao Ensino Superior processos de Reforma, no sentido de garantir a manutenção do sistema capitalista em suas interfaces e necessidades de sobrevivência. A Reforma do Ensino Superior, apontada pelo discurso governamental, tem como foco a comercialização do bem público – conhecimento – construído no interior de Instituições Públicas, de acordo com as exigências colocadas nos compromissos assinados pelo governo brasileiro com os Organismos Internacionais.

As estratégias de ampliação de oferta e cursos visam atender a uma demanda do mercado, que necessita de mão de obra para aumentar a competitividade e o lucro. Dessa forma, discorreremos sobre alguns elementos que nos levam a refletir sobre o contexto de democratização do acesso à educação no contexto de políticas neoliberais. Entendemos que, como premissa o modelo neoliberal diminui a função protetiva do Estado, repassando para a sociedade a responsabilidade de garantias de sobrevivência e suprimento de suas necessidades básicas, onde a educação está inserida.

Nessa perspectiva, a educação é colocada como um serviço que se comercializa como qualquer outro produto no mercado consumidor e a noção de educação como um bem público

é escamoteada, difundindo-se a ideia de educação como mercadoria, sendo esse aspecto desenvolvido na década de 1990. Nessa direção, a Reforma do Estado Brasileiro, prevendo mudanças nos serviços tidos como não exclusivos, tende a inserir as Educação Pública nesse patamar de serviços comercializáveis, tornando o conhecimento como um produto que pode ser oferecido pelo setor privado. Um marco referencial que merece destaque para o entendimento dessa nova forma de ampliação é trazido da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) ao estabelecer o processo de diversificação de instituições de ensino superior pública e privada. Segundo Jazine e Prestes (2011, p. 25)

A legislação contribuiu para o aumento considerável de diferentes tipos de instituições no país, como Escolas, Institutos, Faculdades e os Centros Técnicos e Tecnológicos, que passam a responder mais prontamente e em menos tempo, às necessidades do mercado de trabalho e de consumo. Neste ínterim a questão que se coloca é acerca do alcance da diversificação institucional no sentido de atendimento às necessidades da população apta ao ingresso em cursos superiores.

Mesmo com o cenário de turbulências do ponto de vista econômico e social, os movimentos reivindicatórios de direitos estavam presentes. Com a adoção pelo Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 (Lei nº 10.172/2001) a meta de estimular as instituições de ensino superior para a adoção de programas de assistência estudantil e apoiar estudantes em carentes que demonstrassem bom desempenho acadêmico no intuito de redução das desigualdades sociais com vistas ao acesso, permanência e sucesso acadêmico fica evidente a perspectiva inclusiva do documento norteador das ações de educação no país.

Os desafios postos no período do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003- 2010) na área educacional tiveram impactos iniciados nas décadas que o antecederam, desafios estes pautados em compromissos com organismos internacionais. Com a sua posse no governo brasileiro, as expectativas geradas pela população com o novo governo para a condução da área numa perspectiva diferente da enfocada no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). O governo iniciado em 2003, difere dos mecanismos desenvolvidos anteriormente, trazendo à tona a compreensão do processo de democratização do ensino superior, abrangendo a dimensão da inclusão de pessoas historicamente excluídas dos processos de educação formal, ampliando o acesso e estabelecendo mecanismos para a permanência e conclusão dos processos formativos.

Podemos destacar enquanto estratégias de ampliação do acesso, a busca por implementar a igualdade de condições algumas políticas estruturantes desenvolvidas no

período citado: A criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Paralelo a esses dois movimentos, a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o crescimento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), a criação dos Institutos Federais de Educação, e o Programa Nacional de Assistência Estudantil. No rol das ações aqui citadas, nos deteremos a discutir o Programa Nacional de Assistência Estudantil, instituído pelo Decreto 7234/2010, o qual é objeto de interesse neste estudo.

As lutas no campo de definição de uma política pública para a Assistência Estudantil culminaram no estabelecimento de estratégias desenvolvidas pelo FONAPRACE, órgão assessor da ANDIFES, que por sua vez, após muitos debates, construção do perfil dos estudantes de graduação em nível nacional, culmina com a publicação da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, após 20 anos de debates iniciados pelo FONAPRACE. Tal Portaria, torna-se um marco referencial na área de Assistência Estudantil, pois, com ele é trazido um referencial para todas as instituições federais de educação brasileira.

O PNAES, portanto, é instituído como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal (BRASIL, 2007). Verifica-se, portanto, a dimensão que assume a Política de Assistência Estudantil no Brasil, sendo esta uma Política que se faz através de ações articuladas com ensino, pesquisa e extensão, reforçando a interconexão com o tripé da Universidade, sendo destinada aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial.

A estes estudantes são desenvolvidas ações, que, tendo sido identificadas as situações que mais impactam na permanência dos estudantes através das pesquisas realizadas pelo FONAPRACE, que foram consideradas na Portaria Normativa como sendo as contidas no parágrafo único do art. 2º:

Parágrafo único. Compreendem-se como ações de assistência estudantil iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas:

- I – moradia estudantil
- II – alimentação;
- III – transporte;
- IV – assistência à saúde;
- V – inclusão digital;
- VI – cultura
- VII – esporte
- VIII – creche; e
- IX – apoio pedagógico. (BRASIL, 2007)

Verificamos a partir das ações a serem desenvolvidas pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que as ações previstas pelo PNAES vêm contribuir de maneira direta em vários eixos que vão desde a assistência direta nas situações básicas da existência até a atenção à saúde, perpassando por aspectos que oportunizam a qualidade de vida e autonomia, como a inclusão digital, a cultura e os esportes, enquanto espaços de sociabilidade entre os jovens.

Essa portaria teve seu documento regulamentador através do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. Esse instrumento jurídico possibilita “mais força e permite maior estabilidade ao programa” (IMPERATORI, 2017, p. 296), pois, consolida as ações de Assistência Estudantil, tornando-a instrumento cuja finalidade é a partir “ampliar das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (BRASIL, 2010)

Para cumprimento dessa finalidade, o PNAES, em seu art. 2º traz como objetivos:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II – minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III – reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV – contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Esses objetivos demandam as instituições o desenvolvimento das ações previstas de modo a identificar as demandas de seu público-alvo, tendo em vista a mudança de perfil dos estudantes da Educação Superior das últimas décadas.

O decreto avança também na atenção aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, tidos como incapazes de serem incluídos no processo formativo, vindo ao centro do debate das ações a serem desenvolvidas enquanto estratégias que gerem acesso, participação e aprendizagem de um público mais específico.

No tocante a definição de Assistência Estudantil, o Decreto não aponta nenhuma informação, silenciando-se em relação a uma importante discussão que desfavorece a construção de uma referência nacional para as instituições de ensino impede a possibilidade de construção de uma referência comum a todas as Instituições de Ensino Superior. Um elemento que merece nossas considerações é a ampliação trazida pela legislação ao incluir os

Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia entre as instituições que serão executoras do PNAES, conforme nos informa o Art. 4º:

As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente. (BRASIL, 2010, p. 1)

Como podemos perceber, aos Institutos Federais é dada a condição de executor das ações de Assistência Estudantil, tendo observado que este modelo de Instituição compreende desde o atendimento a estudantes em Ensino Médio e Tecnológico, Ensino Superior e Pós-Graduação.

No próximo capítulo, discorreremos sobre a Criação dos Institutos Federais de Educação, seu processo embrionário e sua constituição enquanto rede federal de educação, dando destaque ao processo de desenvolvimento das ações de Assistência Estudantil em sua trajetória histórica.

3. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA A PARAÍBA

Para discorrer sobre a Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), optamos por discutir as bases que levaram o atendimento aos estudantes, elucidando o cenário de construção da Política em conjunto com a história da Instituição, desde o seu surgimento até os dias atuais.

Desde sua origem, ainda como Escola de Aprendizizes e Artífices (EAA), o IFPB desenvolveu formas de assistir aos estudantes que eram admitidos para a formação profissional (FERREIRA, 2002; ALVES, 2004). Entendemos que essa iniciativa se deu em meio a complexas relações sociais, econômicas, políticas e culturais, imbricadas no processo histórico de consolidação da sociedade paraibana e no modelo educacional que passou a vigorar em cada momento histórico de seu desenvolvimento.

Durante o percurso histórico da instituição, pudemos identificar uma série de mudanças em sua estrutura organizacional e pedagógica, como também em sua nomenclatura. O IFPB, até os dias atuais assumiu seis (06) identidades a saber: Escola de Aprendizizes e Artífices (1909-1937); Liceu Industrial de João Pessoa (1937-1961); Escola industrial “Coriolano de Medeiros e Escola Industrial Federal da Paraíba (1961-1967); Escola Técnica Federal da Paraíba (1967-1998); Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (1998-2008) e desde o ano de 2008, passou a condição de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB.

Feito esse preâmbulo, nos reportaremos ao início do século XX, momento em que o país passava por transformações em sua estrutura agrária para um padrão industrial nascente, demandando a criação de escolas que pudessem abrigar os desvalidos da sociedade, concedendo-lhes formação e acolhimento no sentido de realizar um controle social na sociedade que saía do processo de escravidão. A sociedade rural da época realizava o processo migratório para as cidades, devido ao fenômeno da urbanização, tal crescimento aumentou também o número de jovens de classe trabalhadora que não possuíam ocupação. Em 1909, o Presidente Nilo Peçanha criou em cada capital de Estado Brasileiro uma escola de Aprendizizes e Artífices.

Conforme aponta Cunha (2005), a Escola de Aprendizizes e Artífices possuía uma finalidade bem específica, centrada na formação de operários para a época, cuja atenção se voltava para a retirada do ócio de populações pobres, advindos de famílias desafortunadas,

como também órfãos, adequando às necessidades da indústria nascente. Para o internato de ensino Profissional, segundo Cunha (2005, p. 65), haveriam duas seções:

Na primeira seriam admitidos os menores desamparados, que não forem viciosos ou insubordinados. Na segunda seção, seriam recolhidos os menores expulsos das escolas ou quaisquer outros estabelecimentos de instrução pública; os que, por insubordinação ou maus costumes, fossem trazidos ao internato pelos pais ou tutores: os que andassem pelas ruas mendigando ou praticando vícios. Uma vez recolhidos ao internato, esses menores formariam famílias de trinta alunos, com aposentos e serviços separados.

Nesse sentido, para esse perfil de estudantes, prevaleceu uma perspectiva higienista, aliada a um outro público que quisesse se inserir na formação para o trabalho industrial, sem que necessariamente fossem órfãos ou insubordinados (CUNHA, 2005). Na Paraíba, as instalações da referida Escola se deram num prédio do Quartel da Polícia Militar da Paraíba, e devido a essa instalação, a mesma carregou inicialmente uma imagem que causou preconceito e falta de alunos, necessitando de intervenção através de medidas assistenciais para estimular o ingresso de novos estudantes e garantir a sua permanência. (ALVES, 2006, p. 71-72)

Assim, as práticas assistenciais desenvolvidas na Escola de Aprendizes e Artífices se deram de maneira a garantir a permanência dos alunos na Instituição, assumindo um formato assistencial, contribuindo com a ocupação dos desvalidos e a formação para o trabalho de maneira a manter a sua condição de classe. É bom destacar que o trabalho manual no início do século era reservado aos escravos e aos desocupados.

O formato de auxílios assistenciais, quer na perspectiva de assistência médica, alimentação e moradia nos moldes de orfanato, ou na perspectiva de concessão de auxílios financeiros, perdurou até o ano de 1966, com a criação da Caixa Escolar, que assume o repasse financeiro aos estudantes. A Caixa Escolar era uma entidade para consecução de recursos financeiros de apoio ao Ensino em que as famílias mais abastadas socialmente contribuíam para a formação profissional dos filhos das famílias mais pobres. Tinha como principais objetivos favorecer a distribuição de material escolar, bolsas de estudo e assistência alimentar e dentária (XAVIER, 2008)

No mesmo ano de 1966, o Governo Central criou programas assistenciais para os estudantes no âmbito nacional e incluiu como público-alvo desses programas os estudantes do ensino profissional. Os programas desenvolvidos eram no formato de concessão de Bolsas de Trabalho. O programa de Bolsa de Trabalho fora uma iniciativa do Governo Militar para auxiliar no projeto modernizador do país, tendo a educação profissional como parceira nesse

processo, haja vista o caráter de formação para o trabalho, baseado nas necessidades ditadas pelo modelo de desenvolvimento adotado pelo país sob regime militar, aliada às orientações internacionais

No campo da educação profissional de nível médio, a Lei nº 5.692/71, que fixa as bases para o Ensino de 1º e 2º graus, institui as bases para inserção de profissionais que desenvolveriam o projeto de modernização da escola, não atuando numa perspectiva assistencial, mas, pautada no conhecimento técnico-operacional de uma profissão no atendimento das demandas adotadas pela legislação.

O desenvolvimento da Política de Bolsas determinada pelo Governo Militar foi institucionalizado pelo Programa de Assistência ao Estudante Técnico Integral (PAETI/MEC), através da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), que era o órgão responsável pelos programas de Assistência ao Estudante de toda rede pública de ensino durante os anos de 1969 a 1972, cuja lógica de atendimento era pautada na obrigatoriedade de profissionalização no 2º grau (hoje Ensino Médio).

A lógica inerente aos programas governamentais implantados se dava na perspectiva de atendimento aos alunos carentes que se inseriam na Instituição de Educação Profissional, tendo como amparo legal a Lei nº 5.692/71, conforme sinalizamos anteriormente, que implanta o Programa Especial de Bolsas de Estudo (PEBE), enquanto medida assistencial para viabilizar a permanência de alunos na Instituição (ROCHA, 2009).

Para tal, era necessária a intervenção técnica de profissionais habilitados para essa finalidade, pois, já não se concebia do ponto de vista estatal, a realização de tais atividades de controle e organização de maneira assistemática ou benevolente, por mais que esta perspectiva não tenha sido abandonada definitivamente do contexto de atendimento aos estudantes.

Na área assistencial, a Lei nº 5.692/71, conforme sinalizado anteriormente define a política de atendimentos aos estudantes no formato de concessão de bolsas de estudos e sendo necessária a contratação de duas profissionais Assistentes Sociais, que, encarregadas do setor de serviço social, seriam encarregadas da administração das bolsas de estudos e demais serviços disponíveis aos estudantes da época.

As ações de Assistência Estudantil começam a ser sistematizadas mais precisamente neste período de inserção de profissionais de Serviço Social, inicialmente num processo de trabalho vinculado à Coordenação de Orientação Educacional – COE, atuando juntamente com profissionais responsáveis pela orientação profissional por um lado e o atendimento aos

estudantes através de concessão de bolsas, pelos Assistentes Sociais, conforme apresentado anteriormente.

Nesse período, segundo Alves (2006) eram desenvolvidos os seguintes programas:

1. Benefício para a manutenção a alunos residentes na Casa do Estudante;
2. Auxílio Transporte (direcionados para estudantes de municípios vizinhos);
3. Material didático e fardamento;
4. Assistência à Saúde;
5. Benefícios para tratamento e assistência a alunos acidentados na área técnica;
6. Distribuição de prêmios junto ao Centro Cívico;
7. Bolsa de Trabalho Especial – cuja atividade seria no desenvolvimento de atividades na coordenação de ensino de cada aluno;

A década de 1980 trouxe consigo uma realidade social e política para o país adverso: momento de ebulição dos movimentos sociais advindos do período de maior repressão ditatorial, em busca da redemocratização do país. No plano econômico, foram acentuados os cenários de empobrecimento, desemprego, informalidade no mercado de trabalho, serviços sociais precarizados. No campo social, a discussão sobre a Assistência Estudantil foi impulsionada pelos movimentos sociais da educação que se fortaleciam. No campo político, foram vistos ataques à Universidade Pública, principalmente no tocante as suas competências administrativa, didática e quanto a sua finalidade, sob forte tendência a privatização do Ensino Superior (FONAPRACE, 1993).

Com o desenvolvimento dos atendimentos realizados pelos profissionais à época, ocorre o redimensionamento de profissionais do setor, criando nesse período, a Coordenação de Apoio ao Estudante (CAEST), situando na nova estrutura os profissionais de Serviço Social e Psicologia, sendo lotados na Coordenação Pedagógica (COPED) os profissionais de pedagogia e técnicos em assuntos educacionais. O trabalho desenvolvido na Coordenação de Apoio ao Estudante se dava a partir da seleção de estudantes para a concessão de bolsas, bem como para a oferta de serviço de atendimento psicológico aos estudantes por demanda espontânea e encaminhada pelos docentes da Instituição.

Essa unidade organizacional, por sua vez, acompanha o contexto institucional em nível sistêmico, vinculando a Coordenação de Apoio ao Estudante ao Departamento de Apoio ao Ensino - DAE, este último composto pelas seguintes áreas vinculadas ao Desenvolvimento do Ensino: Estágio, Pedagogia, Biblioteca, Controle e Registro Acadêmico, Multimeios, Serviços de Saúde e Psicologia, além da área de Serviço Social.

Nas décadas que seguiram, o atendimento aos estudantes do Ensino profissional e tecnológico, foram sendo mantidos a partir da Política de Bolsas, diversificando-se na

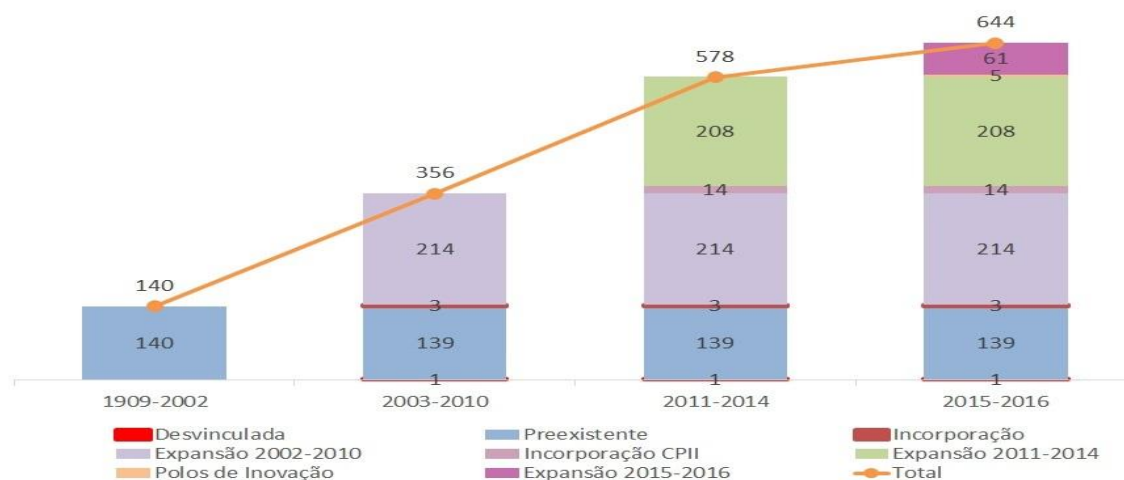
perspectiva de manter os estudantes nas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, até a publicação do Decreto Nº 7.234/2010.

Fazem parte do período que compreende a década de 1990: a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), que aproximou a política educacional à perspectiva do mercado, regulando a Educação Profissional em capítulo próprio e dando a ela novos contornos com a promulgação do Decreto nº 2.208/97, que regulamentou a Educação Profissional no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e tinha como objetivo o atendimento às exigências do Banco Mundial. Seu principal foco foi a separação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, percorrendo caminhos separados e não equivalentes (Kuenzer, 2006). Tal decreto foi revogado pelo Decreto nº 5.154/2004, durante o período governamental do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que reestabeleceu a possibilidade de oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, em que pese tenham mantido os demais formatos.²

A ênfase na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), decorreu da expectativa de que a formação profissional contribuísse para a integração social das parcelas menos favorecidas da sociedade. Tal crença foi alimentada no novo cenário de reestruturação produtiva, marcadamente excludente, remetendo à necessidade de definição de políticas públicas integradoras. No contexto dessa modalidade de educação, o movimento gerador do ordenamento culmina com a organização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e tecnologia, pela Lei nº 11.892/2008, incorporando as unidades já existentes e criando num processo de expansão novas unidades, privilegiando sua interiorização, conforme se apresenta no gráfico 01:

² De acordo com o novo decreto, a forma integrada é oferecida a quem já tenha concluído o ensino fundamental, conduzindo o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio ao passo que conclui no ensino médio, como projeto único; a concomitante é oferecida a alunos que já tenham concluído o ensino fundamental ou estejam cursando o ensino médio, fazendo ambos os cursos, com matrículas diversas, que podem ocorrer na mesma instituição de ensino ou em instituições de ensino distintas; ou ainda na forma subsequente, oferecida aos que já tenham concluído o ensino médio, que farão apenas a habilitação técnica.

Gráfico 01 - Evolução da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica 1909-2016



Fonte: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>

Conforme salientado anteriormente, a expansão das instituições no cenário brasileiro de evolução da Educação Profissional no Brasil ocorre no período 2003 a 2016, inicialmente na gestão do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), sendo o último período da expansão já no governo da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2016). Na Paraíba, o Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia é criado sendo incorporado a ele a Escola Agrotécnica Federal (ESAF) de Sousa e o próprio Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), com sede na capital do Estado. Este novo formato de Instituição passa a ser caracterizado como:

[...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas [...] (BRASIL, 2008).

No que concerne à perspectiva da expansão em questão, destacamos que a Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, insere o IFPB entre as Instituições que assumiram a missão de atender à população estudantil oriunda de segmentos populacionais excluídos historicamente do sistema educacional: negros, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, além de estudantes provenientes de famílias com renda per capita abaixo de 1,5 salários mínimos, conforme aponta em seu capítulo 2º que trata da composição da reserva de vagas:

Art. 4º As instituições federais que ofertam vagas de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de nível médio, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escolas públicas, observadas as seguintes condições: I - no mínimo 50% (cinquenta por cento) das vagas de que trata o caput serão reservadas aos estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita; e II - proporção de vagas no mínimo igual à da soma de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação do local de oferta de vagas da instituição, segundo o último Censo Demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, será reservada, por curso e turno, aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas. (BRASIL, 2012)

É com um desenho institucional permeado pela diversidade de um público ingressante, que novos desafios vão sendo postos cotidianamente, demandando respostas institucionais, cada vez mais complexas. Assim, não cabe somente fazer com que o estudante seja inserido no sistema educativo, mas que sejam favorecidas as condições para a permanência e conclusão do curso com êxito.

No contexto social delineado entre os anos 2003-2010, as Instituições de Ensino através do avanço de políticas de inclusão implantadas em nível de governo central, assumem o desafio de ampliar as formas de acesso dos estudantes excluídos do sistema formal de ensino, de modo a romper com a marca histórica de uma educação elitista, democratizando as condições de acesso acompanhadas das condições de permanência desses estudantes. Notadamente, no percurso histórico da Política de Educação Brasileira, parte da população – em sua maioria os oriundos da classe trabalhadora - foi excluída do processo educacional, sendo necessário, implantar políticas sociais capazes de garantir condições de igualdade previstas na Constituição Federal de 1988.

No âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), surgiram iniciativas, ainda enquanto Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET/PB), que foram redesenhando a mudança do perfil de seu alunado. Tal iniciativa se deu a partir da celebração do Convênio de Cooperação Pedagógica, no ano de 2003, entre o CEFET, a Secretaria de Educação Estadual e a Secretaria Municipal de Educação e Cultura do município de João Pessoa, garantindo o acesso à Instituição por parte dos estudantes oriundos da rede pública atendidos pela Educação de Jovens e Adultos (EJA). Tal convênio teve por objetivo:

[...] democratizar e ampliar as oportunidades educacionais, de acesso e permanência no ensino médio noturno, propiciando a inclusão social de alunos EJA egressos do Ensino Fundamental. Pelo processo seletivo

convencional do IFPB, feito através de prova, este público dificilmente teria acesso ao instituto pelo nível de conhecimento que certamente que não teria em relação aos demais candidatos oriundos do ensino regular, somando-se ao fato de que eles não poderiam frequentar o turno diurno por serem em sua maioria, trabalhadores. (ARRUDA, 2012, p. 81)

Prosseguindo com a reflexão realizada por Arruda (2012), percebe-se com a celebração do referido convênio, antes mesmo de qualquer iniciativa em nível federal, a abertura institucional para as demandas historicamente desfavorecidas da formação escolar formal. Seu público foi o estudante da EJA, em sua grande maioria, jovens trabalhadores que tiveram o direito de acesso à educação negado por algum tipo de condicionante social. Cabe destacar que a celebração do convênio traduz uma preocupação institucional com o perfil de estudantes do CEFET, trazendo para o interior da escola o debate da inclusão social, com políticas inclusivas, demandando um novo modelo institucional e novas práticas educativas.

A inclusão de estudantes oriundos de segmentos populacionais excluídos torna-se mais evidente em decorrência das políticas governamentais amparadas pelo Estado, fruto de lutas e experiências exitosas locais, a exemplo da ocorrida no IFPB, por ocasião do Convênio acima mencionado, podendo a partir dessas experiências locais, o reflexo do cenário de inclusão social em nível nacional. Com a publicação da Lei de Cotas, Lei nº 12.711/2012³, o Sistema Unificado de Ingresso no Ensino Superior, que passou a ser adotado pela instituição a partir do ano de 2012, aliado ao processo de Expansão e Interiorização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, se traduziram em elementos que possibilitaram a entrada de um público que traz consigo a marca de uma realidade socioeconômica, política e cultural não vivenciada em todas as suas expressões pela Instituição. Tal vivência tinha se dado até a publicação da Lei nº 12.711/2012, apenas no nível de EJA e de atenção a Pessoas com Deficiência.

Tais elementos geraram na Instituição o desafio de estabelecer formas de garantir a permanência dos estudantes no contexto de diversidade instalada, demandando atendimento educacional especializado e, para tanto, a busca por serviços de Assistência Estudantil de maneira efetiva tornou-se mais evidente.

Tomando como referência o contexto da criação do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Paraíba e a sua expansão no Estado, destacamos a necessidade de se favorecer a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes. Esse contexto nos suscita o interesse de

³ Dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de Ensino Técnico de Nível Médio e dá outras providências. Marco Legal também conhecido como “Lei de Cotas”

analisar a Política de Assistência Estudantil no IFPB quanto ao cumprimento de seus objetivos no Instituto Federal da Paraíba – *Campus João Pessoa*.

3.1 Aspectos históricos e legais

Como discutimos no capítulo 2, o Decreto nº 7.234/2010 se constitui um documento normativo para as Instituições Federais Brasileiras que regula a Política de atendimento aos estudantes matriculados em cursos de graduação presenciais no país, no sentido de ampliar as condições de permanência de estudantes na educação superior brasileira, estando em consonância com o desenvolvimento das políticas inclusivas implementadas para a área de educação. Tal decreto em seu artigo Art. 4º esclarece que

As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente. (BRASIL, 2010)

Diante desse destaque trazido pela legislação no tocante aos Institutos Federais e suas especificidades, o Programa Nacional de Assistência Estudantil passa a ser uma política assumida pelos Institutos Federais de Educação, sendo estes, a partir da Lei nº 11.892/2008 em seu art. 2º parágrafo 1º, instituições de ensino equiparadas as Universidades.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil, segundo o art. Art. 1º do referido decreto tem como finalidade “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.” As ações estratégicas previstas para materialização do Programa envolvem as áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, sendo reservado às Instituições Federais de Ensino Superior a definição de critérios e a metodologia para identificação dos estudantes a serem atendidos com tais ações. (BRASIL, 2010).

Com a passagem de CEFET à condição de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba se fez necessário a criação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), documento norteador para a instituição em seu processo de desenvolvimento, elegendo suas áreas estratégicas, missão, visão entre outros aspectos de gestão institucional. O PDI

aponta para exigência de processos formuladores de políticas públicas de educação, trazendo uma discussão quanto a sua finalidade no processo formativo dos estudantes:

Exige-se que os gestores do instituto, juntamente com os formuladores de políticas públicas da educação, dediquem atenção constante em busca de um equilíbrio entre formação profissional e acadêmica, entre formação básica e multidisciplinar e o desenvolvimento de atividades extracurriculares. O corpo discente deve ser preparado para possuir a visão de uma carreira e não apenas a de um emprego. A complexidade da discussão sobre os princípios filosóficos que devem balizar as atividades do Instituto é diretamente proporcional à complexidade de suas finalidades. (PDI 2010-2014, p. iv)

No documento, o apelo à formação equilibrada entre a formação profissional e acadêmica deve ser um aspecto de destaque para que a formação seja pautada não apenas no aspecto empregatício demandado para a mão de obra solicitada pelo mercado de trabalho. No tocante aos estudantes, tal documento regula as políticas para o atendimento aos discentes, as formas de acesso e os programas elencados para contribuir com a permanência destes no processo formativo. Do ponto de vista do cuidado quanto ao fenômeno da retenção e evasão, o PDI (2010-2014), aponta 04 (quatro) estratégias:

No intuito de minimizar o processo de evasão e retenção o IFPB desenvolve programas de natureza assistencial, estimulando a permanência do aluno no convívio escolar. Os principais são:

I – Programas de apoio a permanência na Instituição;

II – Programas de natureza pedagógica para minimizar o processo de evasão e reprovação escolar, e

III – Programa de Bolsas, atendendo a política de Ensino, Pesquisa e Extensão.

IV – Programa de educação inclusiva, e

V – Programa de atualização para o mundo do trabalho

Para tanto o Instituto conta com uma equipe multidisciplinar qualificada de pedagogos, técnicos educacionais, psicólogos e assistentes sociais, além de infraestrutura adequada com Gabinete Médico Odontológico, Restaurante Estudantil, Biblioteca, Núcleos de Aprendizagem e Laboratórios. Há que se destacar ainda, a formação dos Conselhos Escolares e o desenvolvimento de atividades esportivas e culturais. (IFPB, PDI 2010-2014, p.139)

Percebemos que no discurso oficial a partir de tal documento, a estratégia voltada para contribuir com a permanência dos estudantes, está pautada no apoio pedagógico e financeiro, sendo este último o que se tem configurado como auxílios estudantis na perspectiva de repasse financeiro ao estudante. Ao apoio pedagógico, segundo o documento está reservado os Núcleos de Aprendizagem, que se instalam na perspectiva de atendimento da demanda já instalada, não contendo nenhuma perspectiva preventiva.

No âmbito local, como desdobramento do processo de regulamentação do PNAES e das orientações trazidas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, foi implantada a “Política de Assistência Estudantil do IFPB”, em atendimento ao Decreto nº 7234/2010, assumindo a dimensão de Política, diferenciando-se da nomenclatura trazida em âmbito nacional cuja nomenclatura é trazida como Programa Nacional de Assistência Estudantil.

O documento a que institui a referida política, foi aprovado pelo Conselho Superior da Instituição (CONSUPER), inicialmente *ad referendum*, pela Resolução nº 12, de 25 de fevereiro de 2011, sendo convalidada com ressalvas através da Resolução nº 40/2011 da mesma instância colegiada. A Política de Assistência Estudantil do IFPB traz em seu interior uma estrutura composta de trinta e um (31) artigos, distribuídos em sete (07) capítulos, versando sobre os princípios, objetivos, programas, recursos humanos, recursos financeiros e disposições finais. Discorreremos de maneira preliminar acerca dos capítulos destacados no documento.

A Política de Assistência Estudantil do IFPB, está em consonância com o Estatuto e o Regimento Geral da Instituição, prevendo que seja materializada através de Programas que visem assegurar ao educando **o acesso, a permanência e a conclusão do curso**, na perspectiva de formar cidadãos éticos comprometidos com a defesa intransigente da liberdade, da equidade e da justiça social (CONSUPER, 2011, grifos nossos). Entendemos com o nosso destaque que a Política de Assistência Estudantil do IFPB por si só não consiga assegurar tais condições, mas, contribuir com as condições de permanência e conclusão com êxito dos estudantes oriundos de escolas públicas ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Em seu art. 2º, o documento aborda um conjunto de princípios que assumem enquanto política a defesa da Educação como um bem público, gratuito e de qualidade, assentado no reconhecimento da equidade e da justiça social, evidenciando o compromisso com a eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação, incentivando o respeito à diversidade e à discussão das diferenças.

Chama à atenção em seus princípios a necessidade de olhar com comprometimento para os trabalhadores jovens e adultos que tiveram seu processo formativo interrompido. Em seus objetivos, aponta para a garantia ao corpo discente a igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas, destacando ações nas áreas preconizadas pelo Decreto nº 7.234/2010.

O Capítulo IV da Política de Assistência Estudantil do IFPB, é destinado aos programas, os quais daremos destaque no quadro 05, com os respectivos objetivos:

Quadro 03 – Programas elencados na Política de Assistência Estudantil do IFPB

Programa	Objetivo
Programa de Benefícios Socioassistenciais	O Programa de Benefícios socioassistenciais é destinado ao estudante com hipossuficiência financeira, na perspectiva de garantir a estes, condições de acesso, permanência e conclusão do curso com qualidade. Objetiva concessão de óculos, medicamentos, realização de exames médicos, isenção de taxas e emolumentos previstos nas resoluções do IFPB, recursos financeiros para participação em eventos científicos, esportivos e culturais, além de acesso prioritário aos programas da Política por parte dos estudantes em vulnerabilidade social.
Programa de Alimentação	Oportunizar aos estudantes atendimento das necessidades básicas de alimentação, na perspectiva de assegurar a este, condições indispensáveis ao pleno desenvolvimento acadêmico, social e de convivência estudantil.
Programa de Atenção à Saúde do Estudante	Tem como foco central a promoção e a prevenção da saúde, na perspectiva do fortalecimento da autoestima e da ressignificação de valores e atitudes socioculturais e pessoais.
Programa de Moradia	Visa garantir ao estudante migrante, informações, orientações, apoio e recursos financeiros necessários a sua permanência na Instituição, com as condições plenas para o desenvolvimento de sua formação acadêmica e seus direitos de cidadania.
Programa de Iniciação ao Trabalho	Assegurar a permanência dos estudantes em condições de vulnerabilidade social, por meio de bolsa mensal, para custear despesas decorrentes de seu processo socioeducacional.
Programa de Integração dos Estudantes Ingressos	Tem como objetivo acolher, informar, apresentar e integrar os estudantes no contexto institucional de modo que estes venham a ter condições plenas de permanência no IFPB.
Programa de Material Didático	Garantir aos estudantes socialmente desfavorecidos, igualdade de condições no processo de aprendizagem.
Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência e/ou Necessidades Educacionais Especiais	Objetiva assegurar aos discente, qualidade de vida imprescindível ao pleno desenvolvimento de suas atividades acadêmicas
Programa de Atualização para o Mundo do Trabalho	Visa combater as desvantagens existentes no bojo da comunidade estudantil e complementar a formação acadêmica dos estudantes
Programa de Apoio Pedagógico	Tem como objetivo a orientação educacional, no sentido de preparar o estudante para enfrentar os desafios cotidianos da vida acadêmica com responsabilidade e atuar como protagonista do seu processo educativo.
Programa de Auxílio Transporte	Assegurar aos estudantes, condições de deslocamento para desenvolver suas atividades acadêmicas, na perspectiva de garantia do direito constitucional de acesso, permanência e conclusão com sucesso do curso iniciado.

Fonte: IFPB, 201.Elaborado pelo autor.

O quadro 03 apresenta onze (11) programas institucionais que dão materialidade ao que orienta o PNAES, em nível nacional, para as Instituições Federais de Ensino Superior. Ao implementar tal Política com os referidos programas, a Instituição amplia ações que não aparecem contempladas no Decreto que normatiza a Assistência Estudantil. Podemos destacar nesse contexto, na Política do IFPB os programas de Benefícios Socioassistenciais e o Programa de Iniciação ao Trabalho e a inexistência das ações voltadas para Creche, previstas no decreto presidencial. O Programa Iniciação ao Trabalho aparece enquanto ação já desenvolvida pela Instituição desde os primórdios da Instituição, sendo comparado as Bolsas

de Trabalho da década de 1960/1970, cuja finalidade era de oportunizar espaços de aprendizagem pelo trabalho aos estudantes em maior situação de vulnerabilidade social.

Dos onze programas listados na Política de Assistência Estudantil do IFPB, apenas três (03) possuem regulamentação: o Programa de Alimentação através da Resolução CONSUPER nº 156/2014; o Programa de Transporte, através da Resolução CONSUPER nº 151/2014 e o Programa de Moradia, através da Resolução CONSUPER nº 155/2014. Tais regulamentações só ocorreram após três (03) anos da Regulamentação da Política Institucional.

Outro capítulo de destaque no documento se refere aos profissionais responsáveis por implementar tal Política. Nesse contexto, estão inseridos o Serviço Social, a Psicologia, a Pedagogia, a Nutrição, a Medicina, a Enfermagem, a Odontologia, a Educação Física e a Educação Artística. Cada profissão no âmbito da Política Estudantil do IFPB possui determinadas atribuições, com o intuito de melhor operacionalizar as ações de maneira articulada. O quadro 04 aponta para a atribuição dos profissionais inseridos no cumprimento de tal Política.

Quadro 04 – Atribuições profissionais dos Recursos Humanos da Assistência Estudantil

Profissão	Atribuição
Serviço Social	O Serviço Social como profissão importante na definição das necessidades demandadas pelos estudantes, integrará o núcleo central da política de assistência estudantil do IFPB
Psicologia	A psicologia, como atividade específica no campo educacional, voltada para intervenções psicopedagógicas, contribuirá para o desenvolvimento integral do aluno
Pedagogia	A pedagogia atuará dando suporte às questões relacionadas ao processo ensino aprendizagem
Nutrição	A Nutrição, atividade específica no campo da saúde, compõe a equipe multiprofissional responsável pela operacionalização da política de assistência estudantil do IFPB
Medicina	À Medicina, enquanto atividade transversal da política de assistência estudantil caberá o atendimento médico aos estudantes do IFPB
Enfermagem	À atividade de Enfermagem como ação complementar no campo da saúde, integra a política de assistência estudantil do IFPB
Odontologia	A Odontologia constitui-se numa atividade profissional no campo da saúde, inserida no âmbito da política de Assistência Estudantil do IFPB
Educação Física	À Educação Física é uma atividade profissional inserida no contexto da Política de Assistência Estudantil do IFPB
Educação Artística	À Arte como atividade cultural específica compõe a Política de Assistência Estudantil do IFPB

Fonte: IFPB, 2011. Elaborado pelo autor.

É destacado, nas atribuições postas as profissões, a centralidade da condução da Política pelo Serviço Social, atuando como articulador dos programas. Porém, tal determinação não se trata de secundarizar as demais categorias profissionais, haja vista caber

ao Serviço Social a análise das condições que interferem no contexto educacional advindos dos rebatimentos das questões sociais no processo de permanência dos estudantes. Assim, a importância dos profissionais da área de Pedagogia nesse cenário se faz necessária, haja vista a especificidade do cuidado com as dimensões pedagógicas, cognitivas e de aprendizagem que os estudantes necessitam na etapa de desenvolvimento formativo.

Os capítulos que seguem (VI e VII) fazem alusão aos Recursos Financeiros e às Disposições Finais. Entretanto, destacamos que não ficam evidentes no documento a definição de Recursos Financeiros, nem a forma como será destinada o recurso para a implementação das ações, tampouco como se dará o acompanhamento e a avaliação da Política no âmbito do IFPB, questão que nos faz levantar questionamentos acerca da efetividade dessa Política, buscando elucidar pontos para a melhoria da atenção ao público atendido.

No tópico a seguir, apresentaremos a caracterização da área da Assistência Estudantil do IFPB e do *Campus* João Pessoa, como instâncias que conduzem a implementação de tal área alinhada ao que preconiza a legislação específica.

3.2 Caracterização da área de Assistência Estudantil do IFPB e no *Campus* João Pessoa

Com a aprovação no ano de 2010 do Estatuto do IFPB, a área de Assistência Estudantil em nível sistêmico ficou sob responsabilidade do Departamento de Assistência Estudantil - DAEST. Essa unidade organizacional ficou vinculada ao Departamento de Articulação pedagógica – DAPE, uma das diretorias vinculadas à Pró-Reitoria de Ensino.

Este Departamento trouxe consigo a missão de implantar e consolidar a Política de Assistência Estudantil no IFPB, além de outras atribuições vinculadas à execução de ações que com vistas a possibilitar aos estudantes condições para atenuar as dificuldades encontradas no cotidiano escolar. Nesse sentido, a criação do Departamento se dá a partir da necessidade de construção de uma Política Institucional de Assistência Estudantil, a qual fora aprovada em 2011.

O processo de construção do novo Estatuto do IFPB, no ano de 2015, representou um marco histórico para a área de Assistência Estudantil na instituição, pois as fortes pressões dos estudantes impulsionaram a criação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE, órgão sistêmico institucional que vai ampliar o debate acerca da Assistência Estudantil articulada ao Ensino, a Pesquisa e a Extensão.

Com a criação da PRAE, a Assistência Estudantil no IFPB ganha espaço no diálogo com as demais áreas, concedendo aos estudantes a participação mais direta no processo decisório de suas demandas no interior da Instituição. De acordo com a Resolução nº 246/2015, compete a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis:

I - elaborar, instruir e promover políticas e planos de desenvolvimento estudantil, em consonância com as diretrizes institucionais, ouvidos os estudantes e suas representações; II - prestar apoio e assessoria sobre assuntos estudantis aos campi; III - promover, coordenar e executar programas políticos para os estudantes com deficiências educativas, físicas, psíquicas ou motoras, visando à igualdade de acesso, permanência e conclusão do curso; IV - planejar, elaborar, discutir, fomentar, implementar, executar, acompanhar e avaliar a política de assistência estudantil do IFPB; V - coordenar as atividades de elaboração de editais relativos à assistência estudantil; VI - realizar, em articulação com as demais Pró-Reitorias, o estudo do perfil dos estudantes do IFPB para subsidiar ações e políticas educacionais e sociais de Assistência Estudantil; VII - elaborar, articular e promover ações que garantam a inclusão e a democratização de procedimentos por meio da participação dos estudantes em todos os seus processos seletivos; VIII - fomentar e realizar eventos relacionados a assuntos estudantis, no âmbito interno e externo do IFPB; IX - organizar e controlar as atividades dos órgãos a ela subordinados. (IFPB, 2015, p.26)

No *Campus* João Pessoa, as discussões geradas a partir do processo de Estatuinte, o qual cria a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) acompanhando do processo de revisão do Regimento Geral dos *campi*, constatou-se a diversidade de setores contidos no Departamento de Apoio ao Ensino inviabilizando o desenvolvimento das ações de Assistência Estudantil dado o seu extenso raio de atuação, foi realizada proposição ao Conselho Diretor do *Campus*, e através da Resolução nº 126/2015, sendo criados o Departamento de Articulação Pedagógica – DAPE e o Departamento de Assistência Estudantil - DAE, ficando a área de Assistência Estudantil com a seguinte composição:

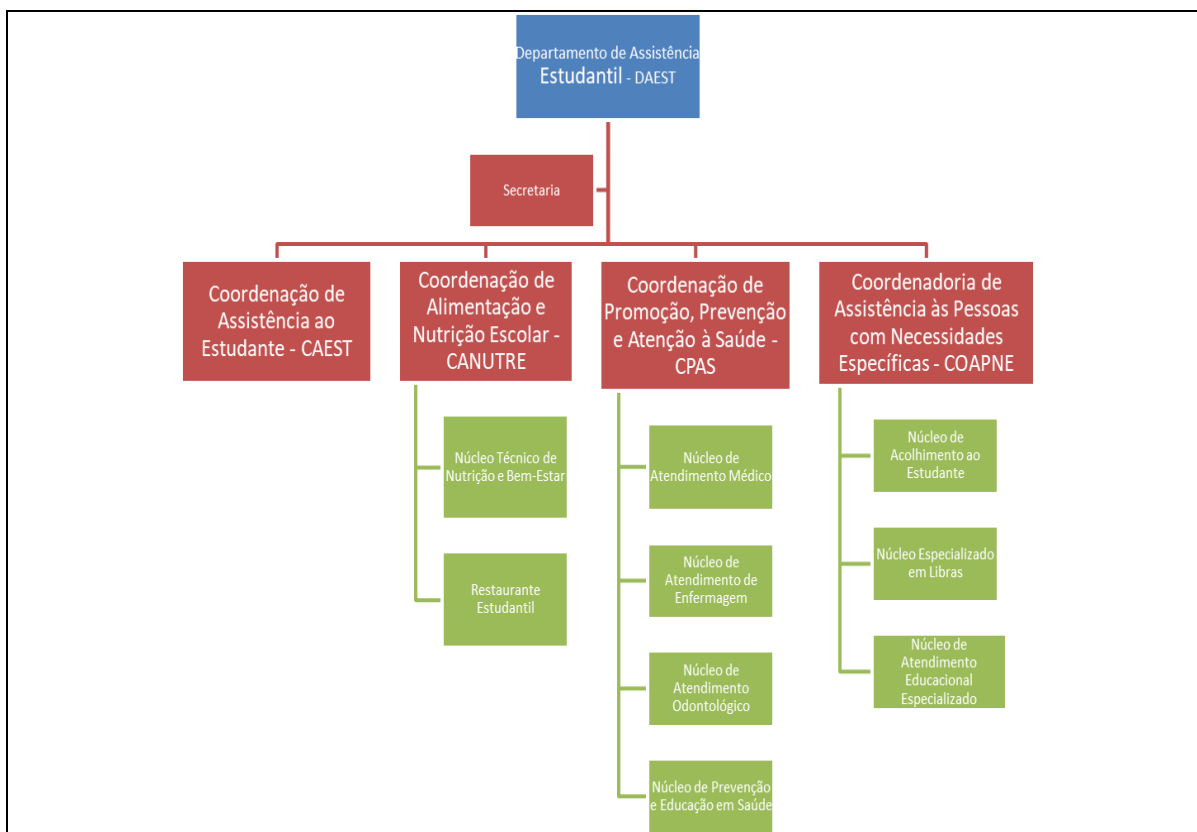
1. Coordenação de Assistência ao Estudantil - CAEST, composta por profissionais de Serviço Social, Psicologia e Técnicos em Assuntos Educacionais;
2. Coordenação de Alimentação e Nutrição Escolar - CANUTRE (antiga Coordenação de Restaurante Estudantil), composta por profissionais de Nutrição;
3. Coordenação de Promoção, Prevenção e Atenção à Saúde – CPAS (antiga Coordenação de Gabinete Médico-Odontológico), composta por profissionais de Medicina, Odontologia, Enfermagem;

4. Coordenação de Assistência às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – COAPNE (antigo NAPNE), composta por profissionais de Braille, Libras, Cuidador, Alfabetizador, Ledor, Psicopedagogos.

Com a implementação do processo de trabalho dos Departamentos recém criados, as nomenclaturas e suas siglas não ficaram bem compreendidas pela comunidade acadêmica, haja vista que uma das unidades criadas assumia a mesma sigla do extinto Departamento de Apoio ao Ensino – DAE, como também, do ponto de vista do Departamento de Articulação Pedagógica, houve conflito com a nomenclatura e sigla do Departamento de Administração e planejamento- DAP, sendo revisto o processo de construção de suas nomenclaturas e retificando as siglas, cabendo ao Departamento de Articulação Pedagógica a sigla: DEPAP e ao Departamento de Assistência Estudantil a sigla: DAEST.

A seguir apresentaremos a estrutura organizacional do Departamento de Assistência Estudantil do Campus João Pessoa, criado no contexto de revisão das estruturas administrativas do Campus João Pessoa dialogando com as necessidades apresentadas pela representação dos estudantes e profissionais da área de Assistência Estudantil, concedendo viabilidade técnica e operacional às ações de Assistência aos Estudantes no âmbito do Campus. Tal estrutura organizacional foi pensada de maneira a implementar o PNAES, dialogando com suas áreas estratégicas, definindo nas atribuições de cada setor as especificidades do cuidado aos estudantes.

Gráfico 02 – Organograma do Departamento de Assistência Estudantil – Campus João Pessoa



Fonte: IFPB, 2017 Elaborado pelo autor.

Com a finalidade inserir-se na lógica institucional de atendimento aos estudantes em suas demandas, na proposta de Regimento Interno do *Campus* João Pessoa, vem explicitado

[...] o órgão responsável pela coordenação e execução da Política de Assistência Estudantil (PAE) do IFPB no *Campus* João Pessoa, de modo a minimizar os efeitos das desigualdades sociais por meio da democratização das condições de permanência e da promoção da inclusão social pela educação, visando à conclusão com êxito nos cursos ofertados no referido *Campus*, e a consequente redução da taxa de evasão. (IFPB, 2014, p. 60)

Tal documento não chegou a ser aprovado em sua totalidade, haja vista a instalação do processo de Estatuinte em 2015, ficando a ser revisto após o processo de construção e aprovação do Estatuto do IFPB e o Regimento Geral. Entretanto, como forma de dar materialidade ao desenvolvimento das ações, foram sendo implementadas as mudanças trazidas no documento aprovado *ad referendum*.

O Departamento de Assistência Estudantil, atualmente, conta com a maior diversidade de profissionais do IFPB, atuando em várias frentes preconizadas pelo PNAES, e em acordo com a Política de Assistência Estudantil local, sendo distribuído conforme quadro 05:

Quadro 05 – Quantidade de profissionais lotados no DAEST/JP

Profissional	IFPB	DAEST/JP	Percentual
Assistente Social	32	07	21,8%
Médico	14	04	28,5%
Enfermeiro	08	05	62,5%
Nutricionista	04	02	50%
Psicólogo	17	03	17,6%
Pedagogo	37	01	2,7%
Odontólogo	09	04	44,4%
Tec. em Assuntos Educacionais	48	02	4,16%
Transcritor e Intérprete de Libras	25	05	20%
Transcritor do Sistema Braille	01	01	100%
Auxiliar de Enfermagem	06	01	16,6%

Fonte: IFPB, Portal do Servidor, 2017 – Elaborado pelo autor.

A partir do quadro, é possível verificar que prevalece profissionais da área de saúde, sendo 62% da área de Enfermagem (62%), seguido por Nutrição (50%), Odontologia (44,4%), Medicina (28,5%), Serviço Social (21,8%) e Psicologia (17,6%). Tal constatação mostra o afinamento da Política Estudantil no *Campus* João Pessoa com a perspectiva de assistência preventiva e curativa de profissionais de saúde, responsáveis pela condução de estratégias de atenção à saúde dos estudantes. Verificamos também a partir do quadro 05 que áreas de atuação como serviço social e psicologia, responsáveis pela identificação das situações socioeconômicas e emocionais que exigem conhecimento e acompanhamento por parte das equipes multiprofissionais, apresentam menor proporção no desenvolvimento de ações que visem à construção de estratégias capazes de contribuir para a melhoria das condições objetivas dos estudantes para a sua permanência e evolução nos cursos.

Por outro lado, percebemos no âmbito sistêmico (IFPB como um todo) uma forte presença de Técnicos em Assuntos Educacionais, Pedagogos e Assistentes Sociais, refletindo o inverso do vivenciado em nível local. Esses dados nos revelam que se faz necessário o IFPB rever a atenção aos recursos humanos destinados à implementação da Política de Assistência Estudantil, como estratégia de permanência dos estudantes no sistema formal de ensino.

No âmbito do *Campus* João Pessoa, o dado nos faz refletir a necessidade de equalização das áreas estratégicas e a quantidade de profissionais para sua execução, afinada

com os resultados alcançados, pois estas categorias profissionais são responsáveis pela Política de Assistência Estudantil do IFPB, conforme podemos verificar a seguir:

Art. 18 A operacionalização dos programas previstos nesta política de assistência estudantil do IFPB é de responsabilidade de uma equipe interdisciplinar envolvendo profissionais de diferentes áreas do conhecimento:

I – Serviço Social

II – Psicologia

III – Pedagogia

IV – Nutrição

V – Medicina

VI – Enfermagem

VII – Odontologia

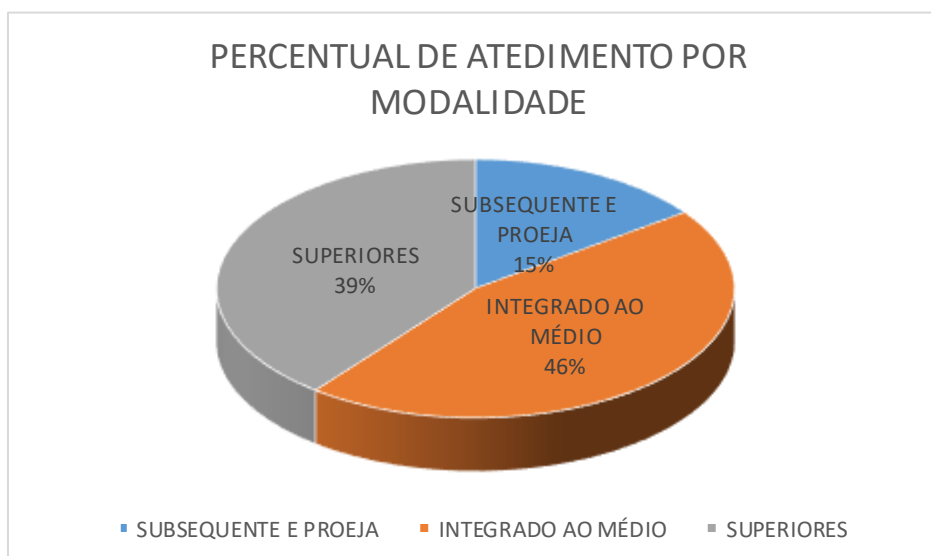
VIII – Educação Física

IX – Educação Artística (IFPB, 2011)

O *Campus* João Pessoa, na área de Assistência Estudantil, possui a estrutura de Gabinete Médico, Odontológico e de Enfermagem e contou, até o ano de 2012, com Restaurante Estudantil, com capacidade para 500 atendimentos diários de alimentação. Tal obra foi reativada e encontra-se em fase de conclusão com vistas a atender diariamente a capacidade de 1.500 refeições diárias, sendo oferecidos atendimentos a 1000 estudantes com a refeição no almoço e 500 estudantes com refeição no jantar. Atende anualmente a um total de 1617 estudantes (SUAP/IFPB, 2017).

Apesar da luta estudantil do PNAES privilegiar o atendimento de estudantes de Ensino Superior, na realidade, no IFPB/*Campus* João Pessoa, os dados obtidos nos últimos anos, apontam para um percentual de atendimento mais voltado para o Ensino Médio e Profissional, conforme gráfico 03:

Gráfico 03 – Percentual de atendimentos realizados nos anos de 2012-2015 com Assistência Estudantil no Campus João Pessoa



Fonte: Sistema CAEST, 2015 – Elaborado pelo autor.

No gráfico 03, no qual representamos uma série histórica de 2012-2015, período de sistematização dos dados por um sistema próprio do *Campus*, fica evidente que os atendimentos, em sua maioria, privilegiavam o nível médio: o Ensino Médio Integrado (46%) e o Ensino Subsequente ao Médio (15%), perfazendo um total de atendimentos neste período de 61%.

Alguns fatores merecem destaque nesse período: 1. A ausência do Restaurante Estudantil e a consequente oferta de repasse financeiro aos Estudantes, recaindo sob o Ensino Médio a falta da alimentação e dos recursos advindos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); 2. O aumento gradativo de recursos financeiros que se tornavam ascendentes neste período, acompanhando sobremaneira o número de estudantes ingressantes, conforme veremos mais adiante; 3. A proposta institucional do *Campus* de universalizar o atendimento de Assistência Estudantil sob bases de repasse financeiro aos estudantes, a qual encontrou mais força nos anos de 2013-2014;

Para melhor situarmos o debate em relação à Política de atendimento aos estudantes no IFPB/*Campus* João Pessoa, no próximo tópico apresentaremos o Perfil dos Estudantes atendidos pelos Programas de Assistência Estudantil, como parte importante na definição das Políticas de inclusão desenvolvidas pela Instituição.

3.3 Perfil socioeconômico dos estudantes do IFPB/*Campus* João Pessoa atendidos pelos Programas de Assistência Estudantil

O perfil dos estudantes de Graduação no país tem apresentado uma significativa modificação ao longo dos últimos anos, consequência de políticas inclusivas implementadas a partir do ano de 2003 (RISTOFF, 2014). Diante desse cenário, apresentaremos neste tópico o perfil dos estudantes do IFPB/*Campus* João Pessoa, atendidos por Programas de Assistência Estudantil, dialogando com o cenário nacional de representação da sociedade no processo de formação acadêmica.

Para tanto, tomamos como referência, os dados extraídos pelo Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP, em seu módulo Assistência Estudantil. O processo de alimentação dos dados no Sistema se dá através de questionário socioeconômico e cultural, em que os estudantes respondem às questões elencadas no ato do primeiro acesso ao Sistema. Tomamos por referência os dados relativos ao ano letivo de 2017, por ter sido o ano destinado à coleta de dados desta pesquisa, além de ser o primeiro ano que se torna obrigatório na Instituição o preenchimento por parte do estudante do questionário.

Optamos, nesta análise, por elencar indicadores de cor, renda, origem escolar do discente e formação dos pais, seguindo o modelo adotado por Ristoff (2014), sendo mais representativos do perfil socioeconômico dos estudantes. No universo dos estudantes do *Campus* João Pessoa, optamos por estabelecer um recorte nesta análise, a saber: total de alunos atendidos por programas de Assistência Estudantil no *Campus*, total de alunos atendidos nos cursos de Tecnologia e total de alunos atendidos no curso de Design de Interiores, foco de atenção nessa pesquisa, que se encontram inseridos na base de dados do SUAP.

3.3.1 – A cor do estudante

Segundo os dados do IBGE (2010), a população brasileira é composta por 48% de brancos, 8% de pretos e 43% de pardos. No IFPB, a partir da análise do questionário socioeconômico e cultural, percebemos uma forte ocorrência de estudantes autodeclarados pardos com 54,92% no *Campus* João Pessoa; 54,69% nos cursos superiores de Tecnologia e 55,36% no curso de Designer de Interiores, apresentando, pois, percentuais bem próximos. Isto nos leva a considerar que diferentemente da população brasileira, cujo percentual maior é de brancos com 48%, a maior representação do *Campus* João Pessoa é de estudantes pardos

(54,92%). Em relação a população branca, há uma menor representação no *Campus* João Pessoa de estudantes autodeclarados de cor branca (29,97%), que na sociedade brasileira em relação ao percentual de população brasileira autodeclaradas por cor branca (48%). Nesse contexto, o percentual de estudantes negros no *Campus* (11,14%), seguido de percentual similar nos cursos superiores de tecnologia (12,65%) e no curso superior de Design de Interiores (19,64%), entretanto, mantendo-se acima do percentual da população brasileira de pretos (8%), conforme observamos na Tabela 01:

Tabela 01 – Percentual de Estudantes segundo a variável Cor

Indicador: COR	Campus	Percentual	Tecnologia	Percentual	Design de Interiores	Percentual
Preta	222	11,14%	62	12,65%	11	19,64%
Parda	1094	54,92%	268	54,69%	31	55,36%
Branca	597	29,97%	136	27,76%	14	25,00%
Amarela	41	2,06%	8	1,63%	0	0,00%
Indígena	31	1,56%	1	0,20%	0	0,00%
Não declarada	31	1,56%	15	3,06%	0	0,00%

Fonte: SUAP, 2017. Elaborado pelo autor.

A tabela 01 nos permite compreender o perfil dos estudantes do Campus João Pessoa do IFPB quanto à cor, sendo composta por estudantes de segmentos pretos e pardos com maior representatividade. Diante dos dados apresentados, podemos inferir que tal panorama sugere ser resultado de políticas inclusivas de acesso e permanência adotadas pela Instituição no tocante à entrada de um perfil de estudantes que historicamente estiveram distantes da educação formal. Podemos afirmar concordando com Ristoff (2014, p. 731) que

Não é, portanto, verdadeira a tese amplamente difundida e por vezes defendida mesmo por acadêmicos e pesquisadores de que o campus reflete a sociedade. Os dados mostram que, ao contrário, o campus é um espelho que distorce a imagem da sociedade ou, dito de outra forma, o campus, como um agente social ativo, aguçava as distorções existentes na sociedade.

A adoção da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), tem possibilitado a mudança do perfil dos estudantes e uma das mais importantes mudanças tem sido o ingresso de população preta e parda na educação formal brasileira, demonstrando um avanço importante nas lutas históricas pelos direitos dessa população à educação.

3.3.2 – A renda familiar do Estudante

Ao observarmos o indicador componente renda familiar no perfil dos estudantes, nos deparamos com uma situação interessante. Dados do IBGE (2010), apontam que apenas 7% das famílias brasileiras tem renda familiar de 10 salários mínimos. No tocante a esse aspecto, o Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP não categoriza a renda familiar em salários mínimos, mas em valor em reais. O sistema nos permite situar a renda familiar dos estudantes do Campus João Pessoa, segundo dois indicadores: a renda familiar e a renda per capita.

Tabela 02 – Percentual de estudantes segundo o indicador renda familiar

Indicador: RENDA (Bruta)	Campus	Percentual	Tecnologia	Percentual	Design de Interiores	Percentual
Até R\$ 500	133	6,68%	23	4,69%	6	10,71%
Entre R\$ 500 e R\$ 1000	503	25,25%	106	21,63%	9	16,07%
Entre R\$ 1000 e R\$ 2000	651	32,68%	159	32,45%	15	26,79%
Maior que R\$ 2000	705	35,39%	202	41,22%	26	46,43%

Fonte: SUAP, 2017. Elaborado pelo autor.

No tocante à renda familiar, o maior número de estudantes do Campus João Pessoa (35,395) compõe o grupo de renda maior que R\$ 2.000,00 (dois mil reais), sendo acompanhado em maior representatividade entre os cursos superiores de Tecnologia (41,22%) e no Curso de Design de Interiores (46,43%). Os dados apontam pequena diferença da renda no Campus João Pessoa, para os que estão situados entre a faixa de renda de R\$ 1.000,00 (um mil reais) a R\$ 2.000,00 (dois mil reais), sendo expresso em percentual de 32,68%. Nos leva a refletir o perfil de renda familiar dos estudantes enquanto aspecto importante na definição das Políticas Públicas, pois ao apresentar a informação de um quadro de renda aparentemente elevada, tal dado quando relacionado com a renda per capita, acaba por ser perceptível a vulnerabilidade dessas famílias. Dessa forma, não podemos desconsiderar o indicador renda, de sua associação com a renda per capita, apresentado na tabela 03.

3.3.2.1 – A renda per capita

Como dito anteriormente, para melhor entendimento da situação de renda das famílias brasileiras e no nosso caso específico das famílias dos estudantes do Campus João Pessoa, faz-se necessário analisar o elemento renda em consonância com a composição familiar dos

dependentes da renda bruta. Assim, para que tomemos por base a renda per capita. Entendemos por renda per capita a soma total dos rendimentos brutos, divididos pelo número de pessoas que dependem de tal renda. Dessa forma, podemos perceber o perfil familiar de renda das famílias dos estudantes expressa na tabela 03:

Tabela 03 – Percentual de estudantes quanto ao indicador renda *per capita*

Indicador: RENDA (per capita)	Campus	Percentual	Tecnologia	Percentual	Design de Interiores	Percentual
Até meio salário mínimo	993	49,85%	202	41,22%	21	37,50%
Entre meio e 1 salário mínimo	551	27,66%	156	31,84%	17	30,36%
Entre 1 e 1 e meio salário mínimo	217	10,89%	66	13,47%	4	7,14%
Entre 1 e meio e 2 salários mínimos	86	4,32%	27	5,51%	7	12,50%
Entre 2 e 2 e meio salários mínimos	40	2,01%	10	2,04%	3	5,36%
Entre 2 e meio e 3 salários mínimos	33	1,66%	14	2,86%	2	3,57%
Entre 3 e 3 e meio salários mínimos	26	1,31%	8	1,63%	1	1,79%
Entre 3 e meio e 4 salários mínimos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Entre 4 e 4 e meio salários mínimos	4	0,20%	1	0,20%	0	0,00%
Entre 4 e meio e 5 salários mínimos	7	0,04%	1	0,20%	0	0,00%
Maior que 5 salários mínimos	18	0,90%	4	0,82%	1	1,79%
Não informou	11	0,55%	0	0,00%	0	0,00%

Fonte: SUAP, 2017. Elaborado pelo autor.

Como observamos na tabela 02 a renda familiar bruta dos estudantes do *Campus João Pessoa* em sua maioria (46,43%) é maior que R\$ 2.000,00 (dois mil reais), porém, quando cruzamos essa informação com os dados de renda per capita⁴, apresentados na tabela 0 veremos que esse dado é relativizado, pois, a maior incidência de perfil de renda concentra-se entre a família de estudantes na faixa de até meio salário mínimo no *Campus João Pessoa*, apresentando um percentual de 49,85%, seguido de 41,22% nos cursos superiores de tecnologia e 37,50% no curso superior de tecnologia em Design de Interiores.

Dessa forma, verificamos que prevalece no IFPB/*Campus João Pessoa* estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, cuja renda per capita é correspondente à medida

⁴ A renda per capita se constitui um cálculo extraído da renda familiar bruta, dividida pelo número de pessoas que dependem dessa renda.

oficial adotada para participação em programas de Assistência Estudantil, trazido em seu art. 5º a saber:

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior” (BRASIL, 2010)

Assim, no *Campus* João Pessoa, o percentual de estudantes com renda per capita até 1 e meio salários mínimos, corresponde ao montante de 88,4%, do total, sendo acompanhado também por um expressivo percentual nos cursos superiores de Tecnologia (86,53%) e no curso de Design de Interiores (75%). Tais dados nos ajudam a refletir sobre os impactos em programas de Assistência Estudantil cuja condição de acesso é a renda, bem como a limitação de recursos financeiros estando em desacordo com o disposto na legislação de cotas, onde é definido o acesso pelo critério renda per capita abaixo de 1 e meio salários mínimos a apenas 25% dos estudantes ingressantes na Instituição.

Tais dados refletem ainda o esforço das Políticas de Inclusão, que, mesmo não conseguindo atender a toda demanda da população, se constitui um esforço para parcelas da população social e economicamente vulneráveis, ao mesmo tempo em que se precisa ampliar o acesso desse público a educação formal, oferecendo-lhes condições de acesso, mas, principalmente através de ações estruturantes de permanência.

3.3.4 – A origem escolar do estudante

Ao analisar a origem escolar dos estudantes, optaremos por discutir os dados apresentados que relacionam essa origem escolar dos estudantes advindos da Escola Pública e da Escola Privada.

Ristoff (2014) nos ajuda a refletir que 87% das matrículas do Ensino Médio no Brasil são essencialmente de Escolas Públicas, enquanto na Rede Privada esse percentual fica em 13%. Na tabela 04, apresentaremos como essa realidade aparece no âmbito do *Campus* João Pessoa, bem como no conjunto de cursos superiores de tecnologia e no curso superior de Design de Interiores.

Tabela 04 – Percentual de estudantes segundo o indicador Origem Escolar

Indicador: ORIGEM ESCOLA - Ens. Médio	Campus	Percentual	Tecnologia	Percentual	Design de Interiores	Percentual
Somente escola pública	1115	55,97%	279	56,94%	25	44,64%
Somente em escola particular	345	17,32%	132	26,94%	24	42,86%
Somente em escola filantrópica	6	0,30%	2	0,41%	0	0,00%
Outro tipo de escola	11	0,55%	4	0,82%	1	1,79%
Maior parte em escola pública	69	3,46%	28	5,71%	2	3,57%
Maior parte em escola particular	50	2,51%	20	4,08%	3	5,36%
Maior parte em escola filantrópica	5	0,25%	2	0,41%	0	0,00%
Não informou	391	19,63%	23	4,69%	1	1,79%

Fonte: SUAP, 2017. Elaborado pelo autor.

Iniciamos a discussão apresentando que a maioria dos estudantes do Campus João Pessoa são oriundos de Escola Pública (55,97%), seguido de 17,32% de estudantes oriundos de Escola Privada.

Nesse sentido, podemos verificar que do ponto de vista da legislação de cotas, o percentual previsto para a oferta de vagas para ingresso desse público-alvo (50%) está sendo implementado, apresentando variações para maior (6,94%) nos cursos superiores de Tecnologia (56,94%). Podemos refletir a partir desse dado que se faz necessário reavaliar o percentual destinado para o acesso aos estudantes economicamente desfavorecidos às Instituições de Ensino Superior. Nos chama a atenção o curso de Design que apresenta percentual abaixo do estabelecido na legislação para atendimento dos egressos de escola pública (44,64%)

Dessa forma, podemos verificar que o Curso de Design de Interiores apresenta características distintas nesse aspecto considerado, pois, apesar dos indicadores de renda e cor do estudante, este curso traz em sua maioria um número considerável de estudantes oriundos de instituição de ensino privada.

3.3.5 – Escolaridade dos pais/ responsáveis pela renda

No indicador escolaridade dos pais, tomamos como base a escolaridade do responsável pela renda familiar, que em sua maioria apresentou-se como sendo a mãe. Dessa forma, percorreremos nossa análise a partir dos dados mais expressivos em termos percentuais

apresentados nas respostas dos estudantes a partir dos dados contidos no questionário socioeconômico, conforme aponta a tabela 05:

Tabela 05 – Percentual de estudantes segundo o indicador Escolaridade dos Pais

Indicador: Escolaridade Mãe	Campus	Percentual	Tecnologia	Percentual	Design de Interiores	Percentual
Ensino Fundamental incompleto	404	20,78%	78	15,92%	1	1,79%
Ensino Fundamental completo	171	8,58%	143	29,18%	3	5,36%
Ensino Médio completo	557	27,96%	83	16,94%	24	42,86%
Ensino Médio incompleto	134	6,73%	32	6,53%	1	1,79%
Ensino Superior completo	256	12,85%	83	16,94%	13	23,21%
Ensino Superior incompleto	78	3,92%	27	5,51%	5	8,93%
Pós graduação completo	92	4,62%	24	4,90%	3	5,36%
Pós graduação incompleto	10	0,50%	5	1,02%	0	0,00%
Alfabetizado	164	8,23%	32	6,53%	2	3,57%
Não estudou	104	5,22%	19	3,88%	4	7,14%
Não conhece	12	0,60%	1	0,20%	0	0,00%

Fonte: SUAP, 2017. Elaborado pelo autor.

Verificamos que nos dados apresentados a escolaridade dos pais dos estudantes do Campus João Pessoa são em sua grande maioria com ensino médio completo (27,96%), seguido de ensino fundamental incompleto (20,78%) e com ensino superior completo (12,85%) tendência que se mantém nos cursos superiores de tecnologia e se altera no Curso de Design, onde temos a maior incidência de escolarização dos pais no Ensino Médio completo (42,86%) e no Ensino Superior (23,21%), estabelecendo relação com o indicador origem escolar do estudante

Podemos verificar na tabela 05 que ao estabelecermos a relação entre os pais que nunca estudaram e não chegaram a concluir o ensino fundamental, teremos um percentual de 34,23% de pais com pouca ou sem nenhuma escolarização ao mesmo tempo que no Curso de Design temos um percentual de pais escolarizados, que podemos relacionar com a origem escolar dos estudantes desse curso que se apresentou em sua maioria de escola privada.

Em relação a esse tema, nos afirma Ristoff (2014)

Em todos os cursos, sejam eles mais ou menos competitivos, há uma diminuição gradativa de filhos de pais com escolaridade superior, indicando que as classes populares, historicamente excluídas deste nível educacional, começam a ter oportunidade de acesso.

Isso nos mostra a relação existente entre situação de renda das famílias com o acesso a escolarização formal dos pais dos estudantes, significando também que os dados estão relacionados a um perfil de estudante que tem se modificado no interior das instituições públicas, necessitando, portanto, de um olhar mais específico para essa nova realidade que tem chegado a Escola.

Como salientamos, não se concebe apenas as estratégias de acesso, mas o cuidado com a permanência dos estudantes no interior das Instituições para que possam concluir seus cursos com êxito. No próximo tópico, iremos apresentar a discussão orçamentária da Política de Assistência Estudantil do IFPB/*Campus* João Pessoa e as ações priorizadas para atendimento das demandas do público que chega ao Campus.

3.4 Aspectos orçamentários e financeiros da implementação da Política de Assistência Estudantil no IFPB/*Campus* João Pessoa

Conforme anunciamos no capítulo 03 deste trabalho, o modelo de Políticas Públicas implementadas no Brasil tem sofrido influência dos organismos internacionais. Nesse sentido, a educação como Política Pública inserida no contexto social e político brasileiro, tem sido impactada por tais orientações. Um aspecto a considerar é a dimensão do financiamento, a qual se faz importante instrumento na implementação das ações voltadas à população usuária. As lutas constantes dos movimentos sociais e de representantes da sociedade civil brasileira para a construção de um Plano Nacional de Educação que viesse a consolidar um aumento percentual do Produto Interno Bruto – PIB para a educação, tem encontrado resistências na consolidação desse desafio. O Plano Nacional de Educação (PNE) aponta na direção da construção desse debate:

O projeto original previa que o investimento público em educação fosse ampliado progressivamente até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do produto interno bruto do país, ao final do decênio. A redação ampla remetia ao investimento total. Em 2010, segundo dados do Inep, o investimento total era de 5,8% e o investimento direto, de 5,1% do PIB. Isto é, o esforço proposto seria de pouco mais de 1% do PIB, em dez anos. Em 17 de agosto de 2011, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação lançou a nota técnica “Por que 7% do PIB para a educação é pouco?”. Plano Nacional de Educação 2014-2024. Em 5 de dezembro de 2011, um primeiro substitutivo do relator propunha o mínimo de 8% do PIB, ao final do decênio. Após a análise das emendas ao substitutivo, em 24 de abril de 2012, a redação foi alterada de forma a prever 7,5% do PIB, considerando o investimento direto, e 8%, considerando o investimento total. (BRASIL, 2014, p. 20-21)

O desenvolvimento de qualquer política pública ou social tem como um dos instrumentos importantes no processo de implementação a definição de orçamento para sua execução, acompanhamento e viabilidade de avaliação ao longo e final do processo. No caso da Política de Assistência Estudantil, suas fontes de financiamento estão ancoradas no processo de arrecadação dos impostos pagos convertidos em serviços sociais para a própria população, sendo no caso da educação, a comunidade acadêmica.

Apresentaremos nesse tópico o planejamento orçamentário destinado à área de Assistência Estudantil no Campus João Pessoa, no período compreendido entre os anos 2013 a 2017. Optamos, diante das dificuldades de consecução de dados mais abrangentes e completos, em situar nessa análise os valores destinados aos Programas da Política de Assistência Estudantil do IFPB que possuem regulamentação institucional a saber: Programas de Alimentação, Transporte e Moradia. Seguindo nossa discussão, apresentaremos o montante de recurso utilizado no âmbito do Campus com a Política de Assistência Estudantil no período de 2010-2017.

Para melhor situarmos, nos servimos para essa análise os dados extraídos do Sistema Unificado de Administração Pública- SUAP, destacando sua implementação no IFPB a partir do ano de 2015. Salientamos que os dados aqui expostos referentes aos anos de 2013 a 2015, foram inseridos a posteriori pela área de Planejamento Institucional no sentido de viabilizar informações referente ao desenvolvimento institucional e fornecer estratégia de acompanhamento das ações planejadas no âmbito dos *campi*.

O Planejamento institucional do IFPB adotou uma sistemática de atuação em 8 dimensões de planejamento: Administração, Desenvolvimento Institucional, Ensino, Extensão, Pesquisa, Tecnologia da Informação, Gestão de Pessoas e Política Estudantil. O conjunto de dimensões foi construído a partir dos documentos normativos institucionais, a saber: PDI, Projeto Político Pedagógico Institucional - PPI, Termo de Acordos em Metas do MEC. Concentraremos nossa análise na dimensão Política Estudantil.

Dito isto, caracterizaremos a dimensão Política Estudantil. Esta dimensão possui como objetivo estratégico: “Democratizar o acesso e assegurar a permanência dos estudantes no Instituto”, com duas metas: promover a inclusão social pela educação e reduzir as taxas de evasão e reprovação. Cada meta está subdividida em ações, sendo a primeira com 3 ações, seguidas de 13 atividades. A segunda meta é composta de 01 ação, seguida de 07 atividades.

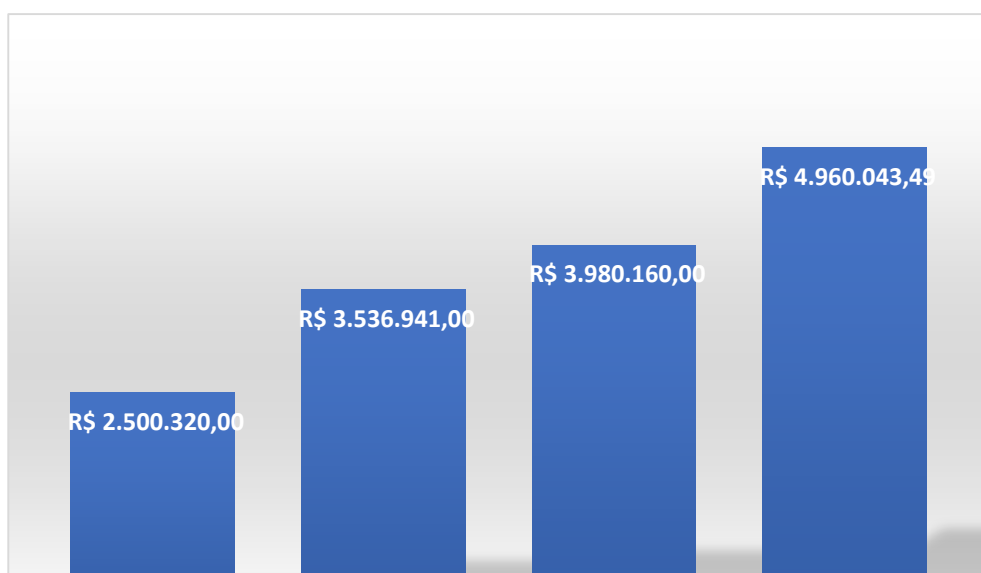
Seguiremos nosso percurso analítico, dialogando com a dimensão apresentando os dados com a seguinte estrutura: Apresentaremos a ocorrência de planejamento das metas 01 e 02 referentes aos anos de 2013 a 2017, seguindo das ações previstas para o cumprimento de

cada meta. Tal recorte se deu, pela insuficiência de dados do ciclo compreendido entre os anos 2010-2017.

A Meta 01 da Dimensão Política Estudantil se traduz na Promoção da inclusão social pela educação que por sua vez se desdobra em 03 ações a saber: Concessão de bolsas e benefícios de caráter social aos estudantes de comprovada carência; Promoção da participação de estudantes em eventos de natureza acadêmica, científica, tecnológica e artístico-cultural; Promoção de Eventos de natureza acadêmica, científica, tecnológica, artístico-cultural e esportiva.

Na primeira ação, a qual será exposta no gráfico 04 estão contidas as atividades pertinentes a concessão de auxílios de natureza socioassistencial, cujo critério de seleção é através da situação socioeconômica dos estudantes inscritos. O processo de seleção é realizado através de publicação de edital anual, cabendo ao estudante requerer formalmente o benefício a ser atendido. Foram oferecidos para esse processo, durante o período analisado neste trabalho os auxílios de alimentação, moradia e transporte, além de benefícios assistenciais para aquisição de óculos.

Gráfico 04 – Recursos orçamentários destinados aos benefícios socioassistenciais dos estudantes do Campus João Pessoa nos anos 2013-2017.



Fonte: SUAP/IFPB, 2017. Elaborado pelo autor.

O gráfico 04 aponta uma atenção especial dada nas condições de permanência material, no sentido de viabilização de recursos financeiros para atendimento de uma demanda posta historicamente pelos estudantes cuja necessidade é a atenção aos mais

vulneráveis quanto a alimentação, transporte e moradia enquanto condições objetivas para a permanência nos cursos ofertados institucionalmente.

Nesse sentido, pudemos identificar no planejamento das atividades, a preocupação com a permanência material⁵ dos estudantes, pois, conforme Lima (2016, p.100)

Ao serem disponibilizadas políticas públicas de acesso à universidade, como é o caso das políticas afirmativas de cotas, deve-se priorizar também, que sejam garantidas as condições necessárias de subsistência desse novo alunado que adentra a Academia. Levando-se ainda em consideração a política federal de sistema de seleção unificada (SISU), tem-se um universo de alunos que podem sair de suas regiões e migrar para outras regiões, onde lhes foi garantida a vaga. Nessa perspectiva, tem-se, então, um cenário de universitários que estão na academia, longe dos familiares, e tendo que arcar com despesas que não podem ser assumidas pela família, que por vezes tem dificuldades de subsidiar as despesas do próprio núcleo.

É de extrema importância a atenção e o cuidado com os aspectos relacionados a permanência material, pois, as condições objetivas são determinantes nos processos migratórios de estados diferentes ou dentro do próprio Estado de origem do estudante. Porém, é necessário ter igual atenção as condições de permanência simbólica, que não apresenta natureza pecuniária, mas se faz determinante nos processos de sucesso na trajetória acadêmica dos estudantes. Sobre essa outra forma de perceber e entender os fenômenos de permanência, “o simbólico, transcende, pois trata de viabilizar a superação do racismo e a solidificação de identidades diferentes das normalmente encontradas em ambientes de privilégio.” (LIMA, 2016, p. 64)

Assim, apesar de estarem em diversos contextos de vida dos estudantes a permanência material e a permanência simbólica⁶ devem ser concebidas de forma imbricada, dando ênfase as duas formas de perceber o processo formativo dos estudantes.

A partir dos dados no gráfico 04, observa-se no período 2013-2017 um crescimento substancial de recursos destinados ao planejamento de ações da assistência estudantil, podendo ser evidenciado no período 2013-2016 um crescimento acumulado de 98,38% dos

⁵ Entendemos por permanência material, as ações relacionadas a atenção com as necessidades básicas dos estudantes cujo processo viabilize a permanência objetiva na forma de alimentação, transporte, moradia, creche, saúde, esporte, lazer, inclusão digital.

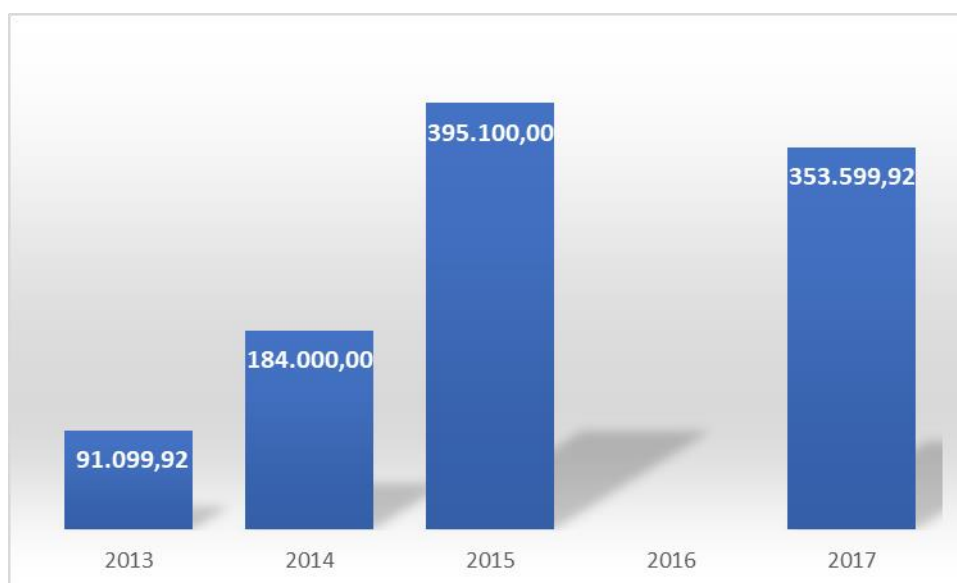
⁶ Entendemos por permanência simbólica, as ações relacionadas com apoio e acompanhamento social, pedagógico e psicológico, ações de combate às discriminações, acesso à cultura, que não necessariamente dependam de repasse pecuniário aos estudantes para sanar condições objetivas de existência.

recursos destinados a essa utilidade, entretanto, no em 2017 houve uma redução dos valores acumulados para 52,58% dessa unidade gestora.

Ao analisar o crescimento de cada exercício financeiro foi constatado um crescimento de 41,46 % em 2014, no exercício seguinte foi obtido uma evolução moderada, mas ainda assim significativa de 12,53%. Já em 2016, o crescimento observado quase que duplica comparado ao do ano anterior, chegando a 24,62%. Entretanto, o aporte financeiro destinado para assistência estudantil em 2017 tem uma redução de 23,09% em relação ao exercício anterior.

A segunda ação prevista no planejamento institucional para cumprimento da meta inclusão social pela educação refere-se ao apoio financeiro para a participação em eventos de natureza acadêmica, científica, tecnológica, artístico-cultural e esportiva. Vale salientar a importância de tal ação no cumprimento da Política de Assistência Estudantil, uma vez que esta ação é justificada através do Programa de Benefícios Socioassistenciais, quando, em seu inciso IV do art. 7º, traz a seguinte competência: “Prover recursos financeiros para a participação em eventos científicos, esportivos e artístico cultural”, como também encontra respaldo no Programa de Atualização para o Mundo do Trabalho quando em seu inciso I do art. 14º afirma: “viabilizar a participação dos estudantes em cursos, eventos, congressos e outras atividades extracurriculares”.

Gráfico 05 – Recursos orçamentários destinados a promover a participação em eventos de natureza acadêmica, científica, tecnológica, artístico-cultural e esportiva



Fonte: SUAP/IFPB, 2017. Elaborado pelo autor.

No gráfico 05, podemos perceber um cenário de evolução e decréscimo apontado no ano de 2017. Podemos perceber também a inexistência de dotação orçamentária prevista para o ano de 2016, ano em que a dotação orçamentária prevista para os benefícios socioassistenciais tiveram sua maior elevação, não significando, porém, que o recurso deixou de existir, mas, simplesmente ter sido alocado para uma ação identificada como de maior necessidade.

Vale salientar que apesar da proposta dos Programas previstos na Política de Assistência Estudantil justificadores da alocação de recurso nessa ação orçamentária, não aprofundamos a nossa análise na existência do critério socioeconômico para o atendimento dos estudantes nessa atividade, elemento que nos chama a atenção e merece um estudo posterior no tocante ao impacto de tal ação na permanência dos estudantes em situação socioeconômica desfavorável.

A terceira ação prevista contempla a dimensão de Promoção de Eventos de Natureza acadêmica, científica, tecnológica, artístico-cultural e esportiva, compondo enquanto atividades previstas a confecção de material impressos (folders, banners, panfletos), no sentido de distribuição gratuita aos estudantes com orientações sobre a instituição; Premiação de estudantes; Serviços par apoio a promoção de eventos por pessoa física, bem como por pessoa jurídica. Essa ação encontra respaldo no Programa de Atualização para o mundo do Trabalho, no tocante ao que preconiza os incisos II e IV do Art. 14º, quando tratam respectivamente: “II – promover e/ou elevar o nível d e inclusão digital dos estudantes” e IV - instrumentalizar os estudantes na busca por sua formação integral”.

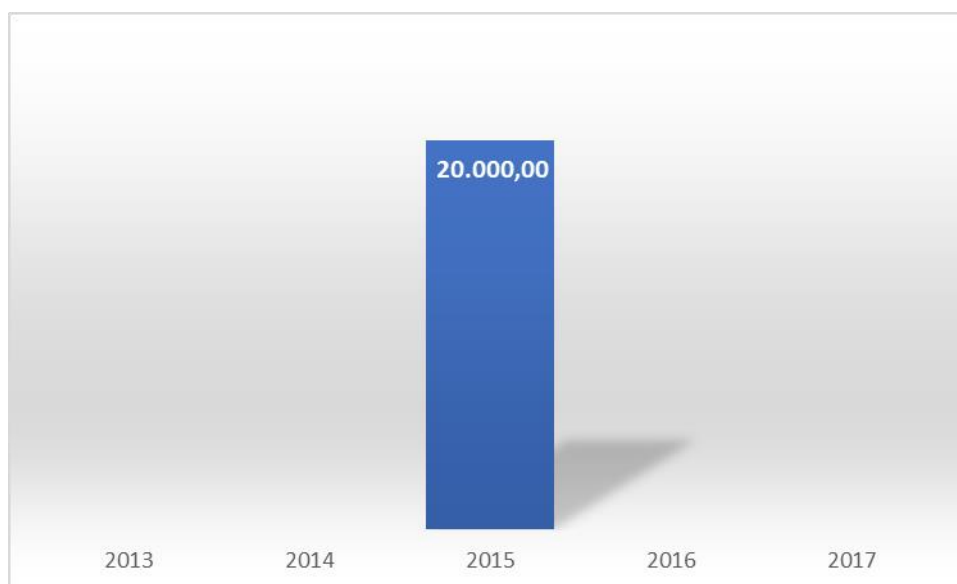
Entendemos por formação integral o atendimento de todas as necessidades que o estudante venha a demandar a instituição no sentido de bem-estar físico, cognitivo, emocional e afetivo, visando plenas condições de buscar o desenvolvimento acadêmico satisfatório e sua formação. No tocante a preocupação com a formação integral dos estudantes, trazida no bojo de criação dos Institutos Federais de Educação, merece destaque o que aponta Freire (1999, p.134)

Não importa em que sociedade estejamos, em que mundo nos encontremos, não é possível formar engenheiros, pedreiros, físicos ou enfermeiras, dentistas ou torneiros, educadores ou mecânicos, agricultores ou filósofos, pecuaristas ou biólogos sem uma compreensão de nós mesmos enquanto seres históricos, políticos, sociais e culturais; sem uma compreensão de como a sociedade funciona.

Torna-se relevante destacar que a iniciativa de estimular a participação em eventos de natureza científica, tecnológica, artística e cultural pode contribuir com a ampliação da formação dos estudantes, influenciando positivamente a construção de espaços de socialização de conhecimento e na consolidação de um universo formativo mais amplo, rebatendo em sala de aula no sucesso acadêmico.

O gráfico 06, apontará para a previsão orçamentária para a promoção de eventos de natureza acadêmica, científica, tecnológica, artístico cultural e esportiva ao longo do período estudado.

Gráfico 06 – Recursos orçamentários destinados a promoção eventos de natureza acadêmica, científica, tecnológica, artístico cultural e esportiva



Fonte: SUAP/IFPB, 2017. Elaborado pelo autor.

Verificamos no gráfico 06, a alocação de dotação orçamentária para esta ação apenas no ano de 2015. Com isso, podemos perceber que a falta de constância no investimento nessa área se faz em detrimento de outras áreas consideradas mais importantes para o desenvolvimento da Política Estudantil, diante dos recursos financeiros existentes.

Chamamos à atenção para a importância da promoção de eventos pontuais ou permanentes que visam a construção da formação integral dos estudantes, como também a possibilidade de desenvolvimento das potencialidades através da arte, da cultura e do esporte e lazer, enquanto elementos fundamentais para o desenvolvimento pessoal dos estudantes.

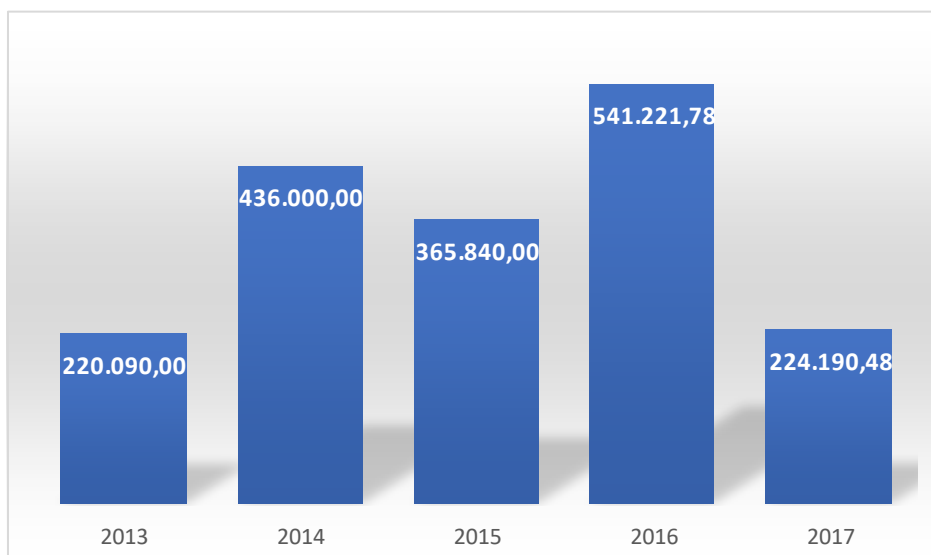
Para tal, é fundamental um planejamento sistemático de eventos, o que demanda investimentos capazes de oportunizar o atendimento dessa ação orçamentária.

Faz-se necessário pontuar a preocupação com a atenção a formação de pessoas não apenas para o exercício de uma profissão, mas também para o exercício da cidadania. A contribuição da dotação orçamentária para essa atividade, possibilita a consolidação da construção de material informativo, ainda importante nos dias atuais de muitos recursos tecnológicos, por ser uma forma de aproximar a comunicação junto àqueles que ainda não tem acesso aos meios de comunicação virtuais.

Diante do desconhecimento dos estudantes das Políticas Institucionais, faz-se necessária a preocupação com essa demanda. Dessa maneira precisa-se pensar no público que chega a instituição de camadas socialmente desfavorecidas e que não possuem acesso a computador e internet que possa estar se alimentando da informação trazida na página institucional e demais canais na internet.

A segunda meta de planejamento institucional para a dimensão Política Estudantil se propõe a reduzir as taxas de evasão e reprovação, elemento que se constitui um dos objetivos do Decreto nº 7234/2010, em seu art. 2º, inciso III. Nesse sentido, o planejamento orçamentário destinado para essa meta estratégica está concentrado na ação de concessão de bolsas e benefícios de apoio à formação acadêmica e profissional. Dessa forma, as atividades propostas para contribuir com a ação se constitui nos seguintes itens: oferta de bolsas para Atualização para o Mundo do Trabalho; Bolsa de Iniciação ao Trabalho; Bolsa de Monitoria; Bolsa de Extensão para Estudantes (PROBEXT); Bolsas de Pesquisa para Estudantes (PIBICT) e Distribuição de Material Didático-Pedagógico. Tais ações foram implementadas com o orçamento apresentado no gráfico 07:

Gráfico 07 – Recursos orçamentários destinados a concessão de bolsas e benefícios de apoio a formação acadêmica e profissional



Fonte: SUAP/IFPB, 2017. Elaborado pelo autor.

O gráfico 07 aponta para o desenvolvimento de ações que sejam capazes de atenuar as taxas de reprovação e evasão nos cursos da Instituição. Estão contidos nessa ação de planejamento a concessão de bolsas para atividades de monitoria, a concessão de bolsas de pesquisa, extensão e iniciação ao trabalho.

Assim, apesar de reconhecer a relevância da pesquisa e da extensão para o desempenho acadêmico dos estudantes, precisamos ficar atentos aos critérios estabelecidos para cada atividade proposta e seu diálogo com o que preconiza a Política de Assistência Estudantil em âmbito nacional e local, pois, nosso entendimento advém dos critérios para acesso a pesquisa, extensão e monitoria estarem pautados em aspectos meritocráticos. Sendo assim, os critérios para acesso aos Programas de Assistência Estudantil estão situados em outro contexto, que é o da situação socioeconômica.

Dessa maneira, cabe um aprofundamento posterior nessa questão, no sentido de perceber o impacto dos recursos alocados nesta ação para atendimento dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, justificando assim, o acesso dos que possuem maiores dificuldades econômicas estarem ascendendo do ponto de vista de superação das dificuldades acadêmicas. A reflexão do orçamento acompanha as demais, pois, o orçamento

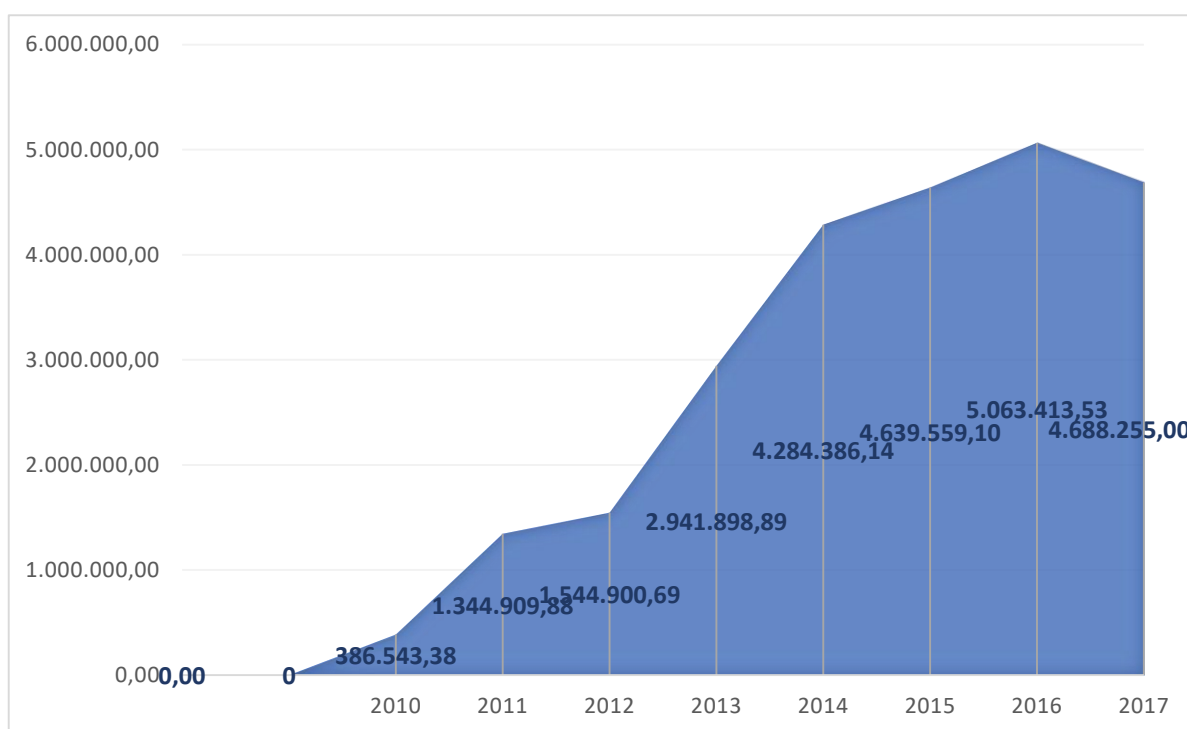
teve o cenário evolutivo até o ano de 2016, apresentando um decréscimo a partir do ano de 2017.

A seguir, daremos continuidade a reflexão orçamentária, apontando o aporte financeiro executado entre os anos de 2010 até o ano de 2017, destacando o percentual de investimento feito na área no decorrer desse período.

3.4.1 – Evolução da Execução Financeira dos Recursos de Assistência Estudantil no âmbito do *Campus João Pessoa* – 2010-2017

Entre os anos de 2010-2017, a instituição vivenciou um investimento do ponto de vista do financiamento da Política Estudantil de R\$ 24.893.866,81 (vinte e quatro milhões, oitocentos e noventa e três mil e oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta e um centavos). Tal investimento, desenvolvido nas ações propostas tiveram como ação prioritária o pagamento de auxílios estudantis de alimentação, transporte e moradia, cujo princípio aponta para a priorização da permanência material dos estudantes, não estando repercutido nas nossas análises o investimento feito com as ações de permanência simbólica, conforme pudemos verificar nos dados apresentados até o momento.

Gráfico 08 – Distribuição financeira dos recursos executados com Assistência Estudantil no período de 2010 a 2017



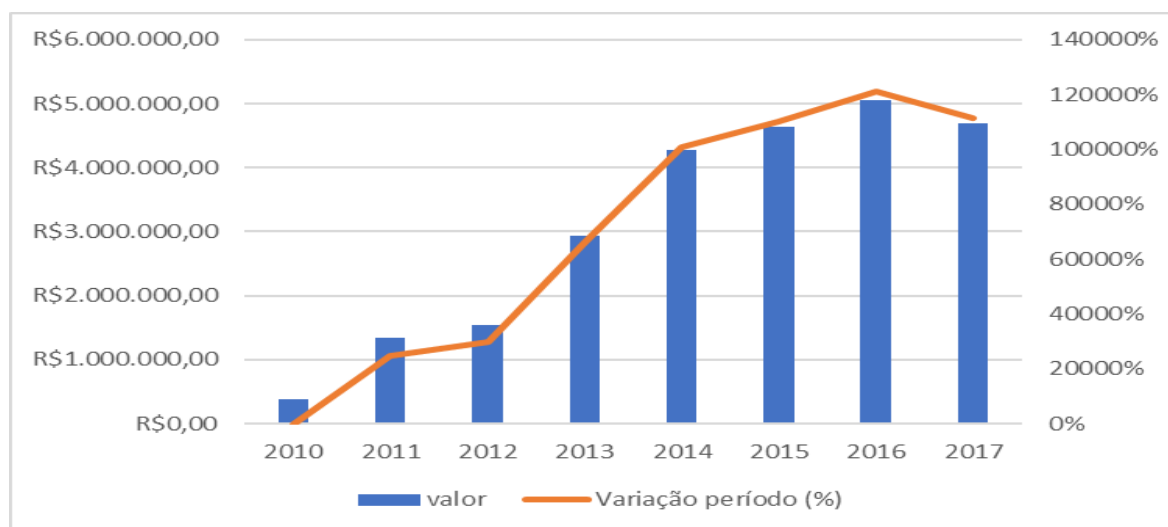
Fonte: IFPB, Departamento de Orçamento e Finanças, 2017. Elaborado pelo autor.

Assim, podemos refletir que a marca orçamentária da Política de Assistência Estudantil do Campus João Pessoa tem sido o fornecimento de repasse financeiro aos estudantes, assemelhando-se à lógica da Política de Assistência Social desenvolvida através do repasse de auxílio financeiro às famílias em formato de Bolsas a saber: Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros. Fica o desafio institucional de pensar alternativas de atendimento para além do repasse financeiro aos estudantes, pois, o desenvolvimento de tais ações numa perspectiva de serviços disponíveis aos estudantes poderá aproximar o foco da Política Estudantil aos objetivos propostos para a comunidade acadêmica.

Até o momento de fechamento deste trabalho, o orçamento previsto para o ano de 2018 nesta área, continua apresentando decréscimo sendo apresentado o montante de R\$ 4.501,639,00 subdividido em Assistência ao Educando na modalidade Presencial e na modalidade à Distância. Cabe a reflexão acerca da dificuldade de dados no sentido de cruzar os dados do avanço de matrículas e as causas de percentual de evasão e retenção na Instituição, não sendo feita no desenvolvimento deste trabalho por falta de acesso a dados que pudessem favorecer essa reflexão.

A seguir será apresentado o percentual de despesas executadas com a área de Assistência Estudantil no Campus João Pessoa, no período de 2010-2017, para melhor compreendermos o processo de desenvolvimento da Política de Assistência Estudantil no Campus.

Gráfico 09 – Percentual de variação por período 2010-2017 da execução orçamentária da Assistência Estudantil no *Campus* João Pessoa



Fonte: IFPB, Departamento de Orçamento e Finanças, 2017. Elaborado pelo autor

Partindo desse dado, podemos perceber que o incentivo financeiro à Instituição no período de expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica foi crescente na área de Assistência Estudantil, iniciando um período de decréscimo a partir do ano de 2017. Tal evolução, teve seu maior crescimento entre os anos de 2010-2014 de chegando a um percentual de 247,93% em 2011, acompanhando de 299,67% em 2012; 661,08% em 2013, 1008,38% em 2014; 1100,27% em 2015 e 1209,92% em 2016 atingindo sua maior elevação percentual, seguido de um período de decréscimo de 97,05% no ano de 2017 em relação ao ano anterior, totalizando nesse ano um percentual de 112,87%.

Um fenômeno importante e merecedor de destaque que pode passar despercebido é que para além da elevação orçamentária presente no explicitada no gráfico 09, as Instituições Federais de Educação vivenciaram nesse período o momento de forte expansão, com criação de novos cursos e o aumento do número de estudantes, não desconsiderando aspectos como retenção nos cursos. Assim, do ponto de vista do presente trabalho não tivemos acesso a informações em tempo hábil para o desenvolvimento dessas análises, cabendo um aprofundamento em estudos que venham a ser desenvolvidos posteriormente.

4. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA NA CONCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE DESIGN DE INTERIORES

Nesse capítulo, abordaremos a percepção dos estudantes em relação à Política de Assistência Estudantil desenvolvida pelo IFPB/*Campus* João Pessoa. A estrutura do capítulo está dividida em dois subitens: no primeiro, abordaremos a caracterização do curso de Design de Interiores e dos estudantes da pesquisa; no segundo, apresentamos a partir dos resultados obtidos na aplicação dos questionários a percepção dos estudantes em relação a Política de Assistência Estudantil desenvolvida no âmbito do *Campus* João Pessoa.

4.1 Breve caracterização do Curso de Design de Interiores e dos participantes da Pesquisa

O curso de Design de Interiores é um curso fornecido pelo IFPB/*Campus* João Pessoa, tendo sua aprovação para funcionamento no ano de 1999, sendo ofertado no período matutino, na modalidade tecnológica e segundo o Projeto Pedagógico do Curso

tem se apresentado como uma alternativa importante às pessoas que buscam oportunidade de formação tecnológica e qualificação profissional condizentes com as exigências do mercado de trabalho, cada vez mais seletivo. Amplia-se a importância dessa formação na medida em que dota os egressos de senso de responsabilidade social e ética, para atuarem como agentes de desenvolvimento sustentável, transformadores da realidade local/regional, contribuindo para diminuir as desigualdades sociais. (IFPB, 1999)

Para materializar a proposta pedagógica do curso, conta com a estrutura de 2.399 horas na instituição, somado a mais 120 horas de atividades complementares e 159 horas de Trabalho de Conclusão de Curso, totalizando 2.678 horas de integralização curricular, sendo realizado em no mínimo 06 e no máximo 09 semestres. Possui uma oferta de 60 vagas anuais e tem como formas de ingresso o Sistema Seleção Unificado - SiSU e o PSE Processo Seletivo Especial – PSE. Conta em sua estrutura com um quadro de docentes em sua maioria composto por mestres e com regime de trabalho de Dedicação Exclusiva.

Em relação aos estudantes participantes da pesquisa, foram entregues 60 questionários (Apêndice A) dos quais, obtivemos 25 retornos o que corresponde a 41,6% de estudantes que aceitaram participar da nossa pesquisa, tendo aceitado a sua participação através da assinatura do Termo de Consentimento de Livre e Esclarecido (Apêndice B). Dos questionários, extraímos as reflexões que estaremos tecendo em seguida.

4.2 A percepção dos estudantes em relação à Política de Assistência Estudantil do IFPB/Campus João Pessoa

Nesse tópico, estaremos abordando a percepção dos estudantes em relação à Política de Assistência Estudantil, contido nos relatos apresentados por ocasião da coleta de dados da pesquisa, realizada a partir da aplicação do questionário aos estudantes. O referido questionário foi composto por questões que trataram do perfil dos estudantes apresentados no capítulo 3, seguido de questões abertas que versam sobre a compreensão do público-alvo das ações de Assistência Estudantil, além do apontamento de sugestões para melhor entender a condição discente no contexto do IFPB/Campus João Pessoa.

A questão que abre o questionário versa sobre o conceito de Assistência Estudantil trazida pelos estudantes, a qual pode nos revelar compreensões sintonizadas com os documentos normativos da área na atualidade ou apresentar distorções entre o que compreendem os profissionais, gestores e estudantes.

4.2.1 Conceito de Assistência Estudantil

O entendimento sobre o que vem a ser a Assistência Estudantil para os estudantes está relacionado à perspectiva da ajuda aos estudantes com dificuldades financeiras (64%). Apesar de a maioria destacar a ajuda financeira propriamente dita, verificamos a presença de concepções que remetem à perspectiva do auxílio ou apoio para as necessidades (4 – 12%).

Destacamos que tais discursos se aproximam de um conceito de Assistência Estudantil na perspectiva de repasse financeiro através de bolsas de auxílios, presente historicamente no processo de desenvolvimento da Instituição. Ao mesmo tempo reforça a lógica de transferência de renda ou concessão de benefícios sociais, aproximando-se às estratégias da Política de Assistência Social que tem assumido a perspectiva de transferência de renda, no

atendimento das necessidades dos usuários das Políticas Sociais, conforme demonstrado na tabela a 06:

Tabela 06 – Opiniões dos estudantes em relação ao conceito de Assistência Estudantil

Definição	Número de Respondentes	Percentual
Forma de ajudar os alunos com dificuldade financeira	16	64,0%
Auxílio para necessidades básicas	03	12,0%
Forma de apoio e incentivo (ao curso)	01	4,0%
Setor que desenvolve políticas e programas de apoio ao discente, visando a permanência	01	4,0%
Não respondeu	04	16,0%
Total	25	100,0%

Fonte: Elaboração do autor, 2017

Para boa parte dos estudantes, a Assistência Estudantil deve assumir uma perspectiva de ajuda nas dificuldades financeiras, deslocando o sentido da contribuição para a permanência e conclusão do curso com êxito apenas pelo viés financeiro.

Estudante 1: É a forma que o instituto encontrou de ajudar os alunos que não tem uma condição financeira boa a se manter no regime integral.

Estudante 4: Um programa cuja finalidade é auxiliar nos gastos na alimentação e transporte a aqueles que não tem condições financeiras de custeio

Estudante 20: É um mecanismo de suporte financeiro para assessorar o estudante e ajudá-lo a manter-se estudando, viabilizando o uso diário de passagens, garantindo um valor diário a ser destinado para alimentação e auxiliando nos gastos com moradia, se for o caso.

A partir dos depoimentos citados, podemos refletir sobre a presença do fenômeno ajuda e renda nos discursos dos estudantes, relacionando ao que já é apontado nos documentos oficiais do Instituto. Nos Planos de Desenvolvimento Institucional 2010-2014 e 2015-2017, as ações de Assistência Estudantil são tratadas como “Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro” tendo como preocupação institucional o

[...] estabelecimento de uma política que assegure a permanência dos alunos na instituição, principalmente aqueles com dificuldades de aprendizagem e/ou com problemas financeiros, o instituto mantém um programa de Bolsas de Trabalho, com natureza assistencial, que contempla os mais carentes e um outro programa de Monitoria que contempla alunos que possuam habilidades

específicas. Mantém ainda um programa de Bolsas de Extensão e de Pesquisa. (IFPB, 2014, p. 166)

Para os estudantes, os Programas de Assistência Estudantil oferecidos pelo IFPB não são de todo conhecidos. A maioria dos respondentes (56%) afirmam conhecer os Programas de Alimentação, Transporte e Moradia. Aparecem ainda outras expressões em menor percentual, ampliando ainda mais os programas existentes na Política de Assistência Estudantil, mas que não possuem repasse financeiro direto ao Estudante, como é o caso dos Programas de Empréstimo de Material (8%), Serviço de Odontologia (4%), conforme tabela 07:

Tabela 07 – Opiniões dos estudantes em relação aos programas de Assistência Estudantil oferecidos pela Instituição

Identificação de Programas de Assistência Estudantil	Número de Respondentes	Percentual
Alimentação, Transporte Moradia	14	56,0%
Transporte e Alimentação	01	4,0%
Moradia, Alimentação, Transporte, Pessoal de apoio ao Estudante com Deficiência, Academia, Dentista	01	4,0%
Moradia, Transporte, Alimentação, Material de Empréstimo	02	8,0%
CAEST	02	8,0%
Auxílio Estudantil	01	4,0%
CAEST, Bolsas de Pesquisa, Bolsas de Empresas Juniores	01	4,0%
Sem resposta	03	12,0%
Total	25	100,0%

Fonte: Elaboração do autor, 2017

Um elemento que nos chama a atenção nas respostas dos estudantes refere-se a não distinção dos Programas de Assistência dos setores que desenvolvem o processo de identificação e seleção dos alunos a serem atendidos, como podemos verificar a presença do item CAEST em 12% das respostas. Há ainda estudantes que não responderam à questão, totalizando 12% do público respondente, demonstrando o desconhecimento de tais Programas.

A Política de Assistência Estudantil vigente no IFPB possui 11 programas, dos quais os relatados com maior destaque percentual pelos estudantes são os Programas executados através de repasses financeiros, cujo critério de acesso é a renda. Nesse sentido, podemos dialogar com o conceito trazido pelos estudantes respondentes, ao afirmar que tal política se

situa no aspecto da ajuda aos que possuem dificuldade financeira, mas também podemos inferir que institucionalmente esses programas são colocados na vitrine, não dando visibilidade outros que também integram a Política de Assistência Estudantil, conforme podemos verificar o fragmento constante nos PDI da Instituição:

Objetivando alcançar as metas estabelecidas no tocante ao combate da evasão e retenção escolar, o instituto implantou os seguintes programas:

I – Programa de Alimentação;

II – Programa de Transporte;

III – Programa de Moradia;

IV – Programa de material didático-pedagógico e

V – Programa de Apoio Pedagógico (IFPB, 2014, p. 167)

Chamamos a atenção para o Programa de Apoio Pedagógico, que, constando na Política de Assistência Estudantil do IFPB no PDI 2015-2019 aparece com uma função resguardada do processo de ensino-aprendizagem apenas direcionado a atuação nos Conselhos de Classe e Núcleos de Recuperação da Aprendizagem.

No aspecto pedagógico o Instituto trabalha com os Conselhos de Classe e os Núcleos de Recuperação da Aprendizagem, que tem como objetivo acompanhar o processo educativo atendendo principalmente os alunos com dificuldades de defasagem na aprendizagem. (IFPB, 2014, p. 166)

Verifica-se um distanciamento do que preconiza o Programa de Apoio Pedagógico constante na Política de Assistência Estudantil que atua na perspectiva da Orientação Educacional, buscando alternativas para os desafios apresentados pelos estudantes na vida acadêmica, estando preservado no PDI a atuação pedagógica limitada a estratégias desenvolvidas para as necessidades educacionais do Ensino Médio Integrado ao Técnico, deixando lacunas evidentes para o atendimento aos estudantes do Ensino Superior.

4.2.3 Como o discente conheceu a Assistência Estudantil

Relacionando com o conhecimento dos Programas ofertados, a forma como o discente conheceu a Política de Assistência Estudantil do IFPB poderá colaborar nas reflexões iniciadas no subitem anterior. Aqui verificamos que a maioria dos respondentes afirmando que conheceram a Assistência Estudantil através dos colegas (52%) seguido de relatos que apontam o conhecimento da área a partir de Editais no site (24%) e um percentual entre 4 a 16% apontam que conheceram a partir de setores institucionais, como a CAEST (16%) e a

Coordenação do Curso (4%), mesmo percentual que não respondeu a essa questão (4%), conforme verifica-se na tabela 08:

Tabela 08 – Opiniões dos estudantes em relação a forma de conhecimento da Assistência Estudantil

Definição	Número de Respondentes	Percentual
Através da CAEST	04	16%
Através dos alunos/colegas de curso	13	52%
Através de Editais/site	06	24%
Através da Coordenação do Curso	01	4%
Sem resposta	01	4%
Total	25	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2017

A informação apresentada na tabela 08 reforça a lógica do desconhecimento e deturpação do sentido da Política de Assistência Estudantil do IFPB, pois, se não há um movimento formal e prioritário para desmistificar esse fenômeno financeiro entre os estudantes e esclarecendo o real sentido da Política de atendimento a esses estudantes, a equiparação com a Assistência Social, muitas vezes relacionada até pela semelhança no nome, poderá ocasionar uma lacuna no desenvolvimento e importância para os próprios estudantes enquanto principais beneficiários das ações desta Política.

Trazemos a reflexão da linguagem jurídica que o Edital dos auxílios possui e a falta de leitura ou compreensão dos alunos dessa linguagem para atendimento das exigências e, além disso, o Edital constante no site se dá apenas para os programas de recorte de renda.

4.2.4 Qual a importância da Assistência Estudantil

Em relação a importância da Assistência Estudantil na permanência a maioria dos respondentes afirmam que esta Política viabiliza a permanência dos estudantes sem condições financeiras (40%), seguindo de um grupo expressivo de estudantes que apontam a importância da ajuda para custear alimentação e vinda ao IFPB (16%) e um grupo que apenas sinaliza ser de máxima importância (12%) sem dar maiores detalhes do que seria o conceito de máximo apontado no discurso. Outras respostas com menor expressividade aparecem no sentido de propiciar frequência (8%), propiciar foco do estudante nos estudos (4%), dar apoio ao estudante (8%), propiciar a oportunidade de manter gastos do curso (8%), e ainda estudantes que afirmam não ver importância (4%), conforme podemos verificar na tabela 09:

Tabela 09 – Opiniões dos estudantes em relação a importância da Assistência Estudantil

Definição	Número de Respondentes	Percentual
Máxima importância	03	12%
É de grande ajuda para custear alimentação e vinda ao IFPB	04	16%
Propiciar a frequência na Instituição	02	8%
Propiciar foco do estudante nos estudos	01	4%
Viabilizar a permanência dos estudantes sem condições financeiras	10	40%
Dar apoio ao estudante	02	8%
Propiciar a oportunidade de manter os gastos do curso	02	8%
Não vê importância	01	4%
Total	25	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2017

Verificamos nos dados apresentados na tabela 09 que em todos os discursos a importância dada a Política no tocante a permanência dos estudantes na Instituição, referem-se ao aspecto financeiro que esse formato de atendimento vem direcionando na possibilidade de o estudante se manter no curso. Com isso, utilizando o recurso financeiro a ele disponibilizado para as diversas despesas, inclusive as despesas com o curso, podemos inferir que este recurso sirva também para obtenção de material técnico, que sendo especializado, possui um alto custo para aquisição ao mesmo tempo que recai sobre o estudante a necessidade de adquirir, pois não é disponibilizado pela Instituição.

Soma-se a esse fator, o registro que mais aparece, no sentido de apoiar estudantes sem condições financeiras, que possuem necessidades para além da alimentação e do transporte, que, merece a sua importância, mas, apenas isso não poderá garantir condições de permanência isolado de um conjunto de ações que vislumbrem um atendimento integral as demandas dos estudantes no cotidiano educacional e formativo. Nas falas dos estudantes essas questões tornam-se mais evidentes.

Estudante 04: É de grande ajuda com o custo da passagem, para podermos assistir aula. Na alimentação, pois nós passamos o dia no if, fazendo trabalhos, estudos etc.

Estudante 07: Toda. É o que me mantém no curso. Se não houvesse, não conseguiria ter chegado até aqui. Teria desistido no p1

Estudante 13: A importância é justamente no sentido de viabilizar a permanência de alunos com condições financeiras limitadas, tentando dar o suporte financeiro e de materiais para eles

Estudante 18: De grande importância, pois, conciliar estudo e trabalho é complicado e prejudica o desempenho do aluno. Por isso, a assistência

estudantil é imprescindível para a continuidade do aluno no curso, nos turnos que ele precisar ficar na instituição para fazer os trabalhos ou participar de projetos.

Estudante 24: Como eu não tenho trabalho e a renda do meu pai não é suficiente para manter a casa e o meu curso, dependo dos auxílios para arcar com as despesas que o curso me traz.

Destacamos que, a importância da Assistência Estudantil na permanência dos estudantes em cursos de Ensino Superior se traduz em uma luta histórica do Movimento Estudantil Brasileiro, desde sua criação através da UNE, em 1930 quanto a implementação de uma Política Estudantil que pudesse prever as necessidades dos estudantes, atendendo-os nos aspectos contributivos para sua trajetória acadêmica com vistas a conclusão dos cursos com sucesso.

4.2.5 Em que programas o discente é atendido e qual a avaliação feita a partir do programa ao qual faz parte

Conforme registrado anteriormente, os Programas que os estudantes são atendidos são majoritariamente alimentação e transporte (68%), seguido de só transporte (16%) e Moradia, Alimentação e Transporte (16%), situação que se confirma com os percentuais aqui trazidos na tabela 10:

Tabela 10 – Opiniões dos estudantes em relação a que programa é atendido

Definição	Número de Respondentes	Percentual
Transporte e Alimentação	17	68%
Transporte	04	16%
Moradia, Alimentação e Transporte	04	16%
Total	25	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2017

A partir das leituras dos dados apresentados, podemos verificar que tal realidade se dá por ser os programas com maior disponibilidade de vagas e dadas as características geográficas do *campus* e a falta de serviços de alimentação universitária internamente (restaurante estudantil), os cursos diurnos demandam uma necessidade maior de alimentação, tendo em vista a organização curricular. Uma pequena parcela de estudantes recebe o auxílio

moradia, por estes serem estudantes em mobilidade estudantil ⁷, o qual entre os respondentes também são atendidos pelos programas de alimentação e transporte, dada a especificidade da situação apresentada no processo seletivo.

4.2.5.1 Em relação a avaliação feita dos programas em que são atendidos

Um dos temas que merecem destaque nesse estudo, diz respeito a avaliação feita pelos estudantes em relação aos Programas de Assistência Estudantil em que são atendidos, pois, os canais de comunicação entre Instituição e estudantes precisam ser cada vez mais estreitados no sentido da participação dos envolvidos no processo decisório e de melhoramento das formas de implementação das ações. Assim, a avaliação feita pelos discentes dos programas que são atendidos, estes afirmam em sua maioria (40%) que os avalia como bom pois, dá possibilidade de manter-se no curso, seguido de um percentual de 28% que avalia os atendimentos recebidos via programas como bons, porém o atraso no repasse dos auxílios prejudica a organização mensal. Verificamos ainda um percentual de 20% dos respondentes que avaliam o valor repassado como insuficiente, mesmo avaliando como bom. Aparece ainda as questões de melhoramento do processo de seleção e a importância de abrir mais vagas, conforme apontam na tabela 11:

Tabela 11 – Opiniões dos estudantes em relação a avaliação feita dos programas em que são atendidos

Definição	Número de Respondentes	Percentual
Possibilita a manutenção no curso	10	40%
Regular	01	4%
Bom, mas atrasa	07	28%
Bom, mas deveria melhorar o processo de seleção	01	4%
Bom, mas o valor é insuficiente	05	20%
Poderia ser melhor e abrir mais vagas	01	4%
Total	25	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2017

Diante dos dados apresentados, podemos realizar considerações diante de questões importantes: os estudantes apontarem a manutenção no curso, haja vista que, oriundos de

⁷ Sobre a mobilidade estudantil entende-se o fenômeno de o estudante não residir na região onde é executado o curso, não possuindo condições de estar no convívio familiar. A estes estudantes, geralmente oriundos de outros estados ou de outras regiões do Estado da Paraíba são concedidos o auxílio moradia, geralmente acompanhado dos auxílios alimentação e transporte.

camadas mais vulneráveis socialmente, o pagamento dos auxílios alivia os gastos do orçamento familiar com a formação, mas, o atraso nesses pagamentos dependendo da liberação de recursos no âmbito federal acaba muitas vezes gerando um problema de endividamento, pois, precisam repor os gastos, confiantes no valor a receber. Podemos verificar essas inquietações nos discursos a seguir:

Estudante 05: Sou atendido no auxílio transporte. Avalio como bom, mas a forma de seleção poderia melhorar devido a quantidade de pessoas que não necessitam do auxílio e mesmo assim conseguem recebê-lo. Eu preciso bastante do auxílio alimentação (junto com o de transporte), mas nunca consegui porque provavelmente existem pessoas que burlam as regras para se beneficiarem.

Estudante 07: Transporte e alimentação. Já utilizei empréstimo de material da coordenação. São maravilhosos. Salva. É o que me mantém no curso. O problema é os atrasos e pagamentos pela metade. Já deixei de estudar por isso.

Estudante 13: Sou atendida pelos auxílios moradia, alimentação e transporte municipal. Eles têm sido de fundamental importância para mim e para a minha família, pois tem aliviado as nossas despesas mensais em relação a minha estadia na capital.

O processo de seleção adotado pela instituição é pautado na autodeclaração de informações: renda, núcleo familiar, entre outras informações pessoais e em nenhum momento é feito o confronto de tais informações em sistemas de dados oficiais e, nesse aspecto os estudantes apontam como uma falha no processo de seleção. Percebemos portando, as lacunas no tocante a fiel declaração pro parte dos estudantes e a dificuldade de se confrontar tais informações com sistemas de dados oficiais mais amplos, oportunizando uma análise ancorada em documentos cujo resultado seja também validados em dados já produzidos por instâncias governamentais que possam contribuir com a veracidade do que é apresentado.

4.2.6 Tempo em que o discente é atendido

No sentido de perceber se existe descontinuidade de atendimento junto ao público-alvo dessa pesquisa, questionamos quanto ao tempo de atendimento que o estudante tem tido no desenvolvimento de sua trajetória acadêmica. Nosso entendimento nesse quesito é que não deveria acontecer nenhum tipo de descontinuidade sem o descumprimento das

condicionalidades exigidas pelos regulamentos que são pautados na frequência e rendimento acadêmico. A tabela 12 vai nos apontar que apesar de estar previsto nos regulamentos, os estudantes atendidos no curso em análise estão tendo continuidade dos atendimentos recebidos.

Tabela 12 – Opiniões dos estudantes em relação ao tempo em que é atendido pela Assistência Estudantil

Definição	Número de Respondentes	Percentual
Menos de 01 ano	05	20%
Um ano	05	20%
Mais de um ano	15	60%
Total	25	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2017

Conforme apresentado na tabela 12, os estudantes respondentes são em sua maioria atendidos a mais de 01 ano pelos programas de Assistência Estudantil com recorte de renda (60%) seguidos de 20% atendidos a menos de 01 ano e 20% atendidos há 01 ano.

Significa dizer que, apesar do processo seletivo selecionar a todos os estudantes a cada ano, a maioria se mantém sendo atendido pelos programas de auxílios. A manutenção nos auxílios apesar dos Regulamentos afirmarem os critérios para não recepção do atendimento, também aponta que o discente deverá concorrer igualmente com seus pares a cada ano.

Esse fenômeno ocorre devido ao recurso financeiro existente não garantir a manutenção dos estudantes que cumprem as condicionalidades de manutenção para permanecerem recebendo os auxílios até o fim do seu curso.

4.2.7 Contribuição das ações de Assistência Estudantil para a permanência do discente no Curso

Em relação as contribuições das ações de Assistência para a permanência do discente no Curso, a maioria dos respondentes apontam para a contribuição na permanência no Campus para as atividades extra-sala (52%), pois, o curso apesar de ser matutino, necessita de maior aprofundamento e execução de atividades em horário diferente ao da aula.

Foram apontados pelos estudantes a contribuição das ações de Assistência Estudantil como contributivos para sua permanência na capital para fazer o curso (20%), retirando a demanda institucional de infraestrutura capaz de atendê-los na Instituição e deslocando a

difficuldade para o aspecto financeiro de não ter condições de permanecer na cidade com condições objetivas satisfatórias, conforme podemos perceber na tabela 13:

Tabela 13 – Opiniões dos estudantes em relação as ações de Assistência Estudantil

Definição	Número de Respondentes	Percentual
Sim. Permanência no campus para as atividades extra-sala	13	52%
Sim. Permanência na capital para fazer o curso	05	20%
Sim. Sem eles não seria possível arcar com os custos	01	4%
Sim. Proporciona dedicação ao curso	01	4%
Não. Preciso de dois auxílios e não consigo	01	4%
No momento não contribui	01	4%
Nenhuma	01	4%
Não, pois os pagamentos atrasam	02	8%
	25	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2017

Na mesma tabela, ainda podemos observar respostas apontando para a falta de contribuição das ações na sua permanência pelo fato de atrasarem ou de não cobertura das necessidades de atendimento por parte da Política de Assistência Estudantil.

Verificamos nos discursos apresentados pelos estudantes evidenciando a contribuição, como também apresentando aspectos que não venham a contribuir com a permanência no curso:

Estudante 5: Não. Porque preciso dos dois auxílios e não consigo. Pelo fato também de não ser feito uma melhor seleção dos alunos. Conheço pessoas que não necessitam do auxílio, e mesmo assim recebem.

Estudante 7: Em tudo. São graças a isso que cheguei até aqui. Se não teria deixado no p1 por não conseguir adquirir os materiais necessários

Estudante 13: Sim, porque sou do interior e o custo de vida da capital é bem mais elevado, então a Assistência Estudantil tem me dado suporte nas despesas junto aos rendimentos do meu pai para que eu consiga me manter no curso e na cidade.

Sobre esse ponto, apesar da grande maioria dos estudantes apresentarem contribuições, a existência de situações que não contribui para a permanência se dá pelo alcance parcial dos Programas e, também como pela atuação apenas nos aspectos de assistência material sob a forma de repasse financeiro, ocasionando a cada ano demanda reprimida por tais auxílios, deixando excluindo boa parte dos estudantes que teriam perfil para tais atendimentos. O

crescimento orçamentário não acompanha, portanto, as situações adversas vividas pelos estudantes inseridos nos cursos superiores, merecendo também refletir a utilização do recurso destinado a Assistência Estudantil para todas as modalidades de ensino oferecidas pela Instituição.

4.2.8 Maior dificuldade apresentada pelo discente para permanência e conclusão do curso no IFPB

Quando questionados pelas dificuldades para permanência e conclusão do curso no IFPB, aparecem elementos que dialogam com o perfil dos estudantes do *Campus*, em que a situação socioeconômica da família tem preponderância, impactando na estadia na cidade para realização do curso, como também a manutenção do estudante no curso, arcando com as despesas que surgem sem o apoio financeiro da família, conforme aponta a tabela 14:

Tabela 14 – Opiniões dos estudantes em relação a maior dificuldade para permanência e conclusão do curso

Definição	Número de Respondentes	Percentual
Situação financeira da família	08	32%
Distância campus/residência	04	16%
Transporte Público insuficiente e precário	02	8%
Custos com material	03	12%
Ausência dos auxílios	01	4%
Local para aprofundar os estudos	01	4%
Tempo para dedicação	02	8%
Atraso nos auxílios	02	8%
Disciplinas do curso/aprendizagem	02	8%
Total	25	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2017

Em relação à dificuldade para a permanência e conclusão do curso no IFPB, a maioria dos respondentes afirma ser a situação financeira da família (32%), seguido de distância campus/residência do aluno (16%), aliando aos custos com o material (12%). Houveram alguns outros elementos que apareceram nos discursos com menor expressividade, mas com relevância. Nesse sentido, a dificuldade com as disciplinas do curso e o processo de aprendizagem dos alunos (8%), o atraso nos auxílios (8%), o transporte público precário (8%) e o tempo disponível para se dedicar as atividades do curso (8%); a ausência dos auxílios em períodos de mudanças de semestre/ano letivo aguardando outro processo de seleção (4%), falta de local para aprofundamento dos estudos (4%) são fenômenos que apresentam no *rol* de

dificuldades e que impactam a vida acadêmica dos estudantes, de acordo com os discursos seguintes:

Estudante 01: Na minha casa só quem tinha renda era minha mãe que era o auxílio doença do INSS, morávamos eu e ela, com o falecimento da minha mãe eu fui morar com a minha avó e só quem tem renda é ela, que é a aposentadoria, o curso toma muito meu tempo e não me deixa trabalhar pra ajudar em casa, esse talvez é o maior empecilho, pois as vezes falta grana e a situação de casa apertada e me dá vontade de largar pra ajudar em casa.

Estudante 09: ter um local para estudar, visto que na casa em que moro não há estrutura e fica difícil permanecer no IF fora do horário de aula (devido a distância do IF para minha residência)

Estudante 12: É a restrição de dinheiro para a compra de materiais do curso. A falta de computadores suficientes e salas equipadas com disponibilidade de horários livres.

Estudante 18: A questão financeira é minha maior dificuldade, porque moro sozinha, sempre me mantive e ainda ajudava a minha família. Mas, hoje em dia que optei por estudar, as coisas estão mais difíceis e não posso contar com a minha mãe por ela não tem renda suficiente para me "banciar" como estudante.

Estudante 21: O transporte. Dependo de transporte público, as linhas que passam próximo a minha casa são sucateadas, lentas e demoram a passar.

Estudante 23: As cadeiras, mas como falta só um período pra o término, as dificuldades já foram superadas.

Podemos verificar nas falas trazidas pelos estudantes a preocupação com situações que são externas à Instituição, mas que demandam enfrentamento, pois o desenvolvimento pleno e a garantia de permanência e conclusão com êxito dependem de fatores internos e externos à Instituição, os quais merecem ser levados em consideração no processo global de formação.

4.2.9 Sugestões para superação das dificuldades de permanência e conclusão do curso

A última questão do nosso questionário aplicado junto aos estudantes refere-se às sugestões que poderiam ser dadas no sentido de superação das dificuldades que comprometem a permanência e conclusão do curso no IFPB. No tocante às sugestões para superação de tais dificuldades, a presença do aspecto financeiro se sobrepôs às demais respostas, elencadas de formas diversas. A tabela 15 servirá de referência para essa reflexão:

Tabela 15 – Opiniões dos estudantes em relação as dificuldades de permanência e conclusão do curso

Definição	Número de Respondentes	Percentual
Transporte exclusivo do Campus	02	8%
Aumento dos valores dos auxílios com pagamento em data prevista	07	28%
Melhor seleção dos alunos para os auxílios	04	16%
Oferta do curso no período noturno	01	4%
Disponibilizar salas de aula para atividades de projetos	04	16%
Melhorar a frota de transporte público municipal	02	8%
Melhorar a metodologia utilizada pelos professores	04	16%
Inclusão de quem paga aluguel no auxílio moradia	01	4%
	25	100%

Fonte: Elaboração do autor, 2017

A partir dos dados apresentados na tabela 15, três aspectos se destacam nas respostas dos estudantes: o primeiro para a perspectiva financeira dos atendimentos realizados através de auxílios em forma de repasse financeiro, não oportunizando a ampliação de um debate que se coloque a garantia do direito à alimentação, ao transporte e à moradia estudantil para além do aspecto financeiro. Nesse ponto, 28% dos respondentes apontam como sugestão o aumento dos valores dos auxílios numa data fixa, reduzindo a Política Estudantil a uma prestação mensal de valor monetário.

O segundo aspecto diz respeito às condições de infraestrutura, 16% dos respondentes requerem mais espaços de sala de aula para as atividades de projetos desenvolvidos pelos alunos enquanto prática de atividade extra-sala.

O terceiro aspecto é o da metodologia utilizada pelos professores, pois 16% dos respondentes afirmam ser algo a ser melhorado para que possam ser superadas as dificuldades de permanência e conclusão do curso. Os discursos apresentados ilustram as sugestões a partir das falas dos estudantes:

Estudante 05: Uma melhor seleção dos alunos contemplados com esses auxílios. Existem pessoas que tem os dois pais e irmão trabalhando, mas só leva o contracheque de um deles. Isso prejudica bastante os alunos que necessitam do auxílio! Tem pessoas conseguindo os auxílios para fazerem viagens e para irem a festas, acho isso um absurdo.

Estudante 13: Aceleração do processo de seleção, não interromper o pagamento dos auxílios exceto quando o aluno não é selecionado novamente

Estudante 17: maior abertura do curso para atender os alunos que não disponibilizam de computador ou pranchetas para projetar os trabalhos.

Estudante 19: Mais disponibilidade das salas de aula no horário oposto (tarde e noite)

Estudante 23: É mais em relação a metodologia utilizada pelos professores.

Chamamos a atenção para o processo de seleção dos alunos beneficiários, pois desde o processo de esclarecimento até as formas de formação e ampliação do debate acerca do processo deve ser construído conjuntamente com os estudantes para que estes compreendam o cenário em que a Assistência Estudantil está imersa, sendo construído coletivamente. Merece destaque a necessidade de o movimento estudantil participar nesse processo, haja vista que o desenvolvimento de tal Política se faz com a presença do público-alvo de sua atenção, bem como as lutas históricas de tal movimento no melhoramento das ações voltadas para todos os estudantes e suas necessidades no contexto escolar.

Entendemos que o processo de seleção dos alunos está inserido num processo mais amplo de assistência ao estudante, onde as necessidades de espaço físico, atendimento e acolhimento por parte de professores e demais profissionais se faz necessário para melhor percorrer os índices de permanência e sucesso acadêmico dos estudantes que fazem escolha pela Instituição. Tal compreensão nos remete à dimensão do apoio pedagógico, que não tem a devida atenção no IFPB, não havendo investimento em formação de equipe pedagógica com um plano de trabalho sistemático voltado para o acompanhamento e apoio dos estudantes atendidos pelo Programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa visou analisar a Política de Assistência Estudantil do IFPB no *Campus* João Pessoa, quanto ao cumprimento dos objetivos institucionais a partir da percepção dos estudantes do curso de Design de Interiores. Dessa forma, buscamos para melhor percorrer os objetivos realizar a pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

A pesquisa de campo se deu no *Campus* João Pessoa, por reunir as melhores condições para seu desenvolvimento a saber: maior número de cursos, de estudantes, professores e técnicos-administrativos, ter sido a unidade que historicamente conheceu as identidades pelas quais passou a Instituição até ser concebida como IFPB, como também ser o local de nossa atuação profissional. A escolha pelo curso de Design de Interiores se deu, a partir da coleta de dados, por ocasião do levantamento dos cursos superiores existentes, visto que esse curso se destacou em termos de número de estudantes inscritos em Programas de Assistência Estudantil no ano de 2017, nos levando a identificar um elevado número de estudantes com perfil socioeconômico de até 1 salário mínimo e meio.

Nesse sentido, também consideramos o fato de se lançar o olhar sobre um curso, cujo instrumental para sua formação é de custo elevado e a instituição não fornece tais materiais, aliado a isso, o curso é oferecido no turno matutino, o que dificulta a conciliação de trabalho e estudo para ajudar na manutenção pessoal no curso.

A pesquisa documental se deu a partir dos documentos institucionais disponíveis em formato impresso e no site institucional no período de setembro a dezembro de 2017, como também com a legislação, que se somaram ao referencial teórico adotado neste estudo.

Reportamo-nos à pesquisa bibliográfica realizada durante a trajetória do cumprimento das disciplinas, tendo mais ênfase a partir das contribuições elencadas no período posterior ao exame de qualificação. Partimos desse referencial teórico, dos estudos realizados por pesquisadores que se debruçaram sobre o tema da Assistência Estudantil na última década, momento em que as mudanças ocorridas nas Instituições de Ensino, demandaram uma mudança no atendimento aos estudantes pela Política de Assistência Estudantil. Nessa etapa da pesquisa, percebemos que não há consenso acerca do conceito de Assistência Estudantil, ocasionando por muitas vezes a falta de clareza entre a Política de Assistência Estudantil, vinculada à Política de Educação e a Política de Assistência Social. Esta última entendida como Política Pública que, juntamente com a Saúde e a Previdência Social, constituem-se o tripé da Seguridade Social Brasileira. Verificamos que essa falta de clareza tem impacto no

desenvolvimento das ações de Assistência Estudantil no interior das Instituições Federais de Ensino, por terem focos distintos, apesar de suas semelhanças quanto à forma de atendimento.

Ainda nessa etapa da pesquisa, nós nos alinhamos ao conceito de Assistência Estudantil que a distingue de uma política de combate à pobreza, mas, dando a ela a atuação na preocupação com as estratégias de contribuir para o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos escolhidos pelos estudantes, atuando mais diretamente nas condições que impactam na negação do direito ao pleno desenvolvimento educacional dos estudantes oriundos de situações de vulnerabilidade social.

Nesse aspecto, a vulnerabilidade social é aqui entendida a partir do conceito trazido da Política Nacional de Assistência Social, cujo debate passa pelos processos de exclusão, fragilização de vínculos e estigmatização a partir de identidades de gênero, etnia e renda (BRASIL, 2004). Dada essa semelhança com o público que tem chegado às Instituições de Ensino Superior, as demandas postas para a Assistência Estudantil foram se modificando, requerendo intervenções que visem ao enfrentamento dessas situações expostas. A partir dessa concepção, a nossa compreensão é que, dada a sua natureza contraditória, a Política de Assistência Estudantil visa oportunizar a promoção da igualdade de condições de permanência e conclusão do curso com êxito ao mesmo tempo em que se materializa no cotidiano em programas e processos seletivos descontínuos, por não atender a toda demanda recebida (SOUZA, 2011), resvalando apenas em ações que possuem alcance na dimensão da permanência material dos estudantes, sendo secundarizada o desenvolvimento de ações que visem à permanência simbólica.

Situando os dados obtidos na pesquisa de campo, inicialmente identificamos a falta de conhecimento dos estudantes respondentes sobre a Política Estudantil como um todo. A percepção presente entre a maioria dos estudantes consultados limita-se ao conhecimento dos programas de alimentação, transporte e moradia, vinculando estes à dimensão de ajuda na perspectiva financeira. O Plano de Desenvolvimento Institucional, documento balizador da política pedagógica institucional, aponta que a Política Estudantil é realizada na perspectiva de concessão de auxílios financeiros e de acompanhamento pedagógico. Chama-nos a atenção a pouca atenção dada ao acompanhamento pedagógico, restrito apenas à indicação da existência de núcleos de aprendizagem, estratégia que não encontra eco no contexto do Ensino Superior da Instituição.

O processo evolutivo das ações de Assistência Estudantil no IFPB apresentou, desde sua origem, como Liceu de Artes e Ofícios, uma perspectiva de atendimento voltada às demandas para atender a um perfil de estudantes oriundos de parcelas sociais desfavorecidas,

sendo inicialmente os desvalidos, permanecendo com o público com tal perfil até a transformação em Escola Técnica momento em que ingressa na instituição um novo perfil dos estudantes - os oriundos das famílias mais abastadas da sociedade.

Com o avanço das Políticas de Inclusão, adotadas pelo governo federal a partir dos anos 2000, com o incremento dos cursos em novos níveis e modalidades, acontece a mudança no perfil dos estudantes tornando-se mais evidente o retorno de estudantes mais vulneráveis, exigindo respostas mais efetivas e concretas em termos de assistência estudantil que oportunize condições de permanência e conclusão dos cursos escolhidos e não apenas de erradicação da pobreza.

O perfil dos estudantes do IFPB/*Campus* João Pessoa, na atualidade, é composto em sua maioria por estudantes autodeclarados pardos e pretos, oriundos de famílias com renda per capita de até 1 e meio salários mínimos, que tiveram seu percurso acadêmico advindos de escolas públicas em sua grande maioria e que são filhos de pais com pouca ou quase nenhuma escolarização formal. Esse retrato nos ajuda a refletir de que maneira a percepção dessas singularidades expostas no perfil desse público tem a revelar à Instituição, remetendo a um esforço por entender as trajetórias vivenciadas por seu público-alvo, em que pese suas demandas não serem resolvidas apenas com assistência financeira. As lacunas acadêmicas percorridas e historicamente construídas passam à margem da sua necessidade financeira. Temos ciência da importância do aspecto financeiro no desenvolvimento de cada população, mas, este não é sozinho o aspecto determinante nas trajetórias trazidas pelo novo perfil dos estudantes das Instituições de Ensino Superior.

Ao analisarmos a dotação orçamentária prevista para a Assistência Estudantil, percebemos um crescente orçamento para o cumprimento de tais ações dos anos de 2010 a 2016, iniciando um processo de decréscimo a partir do ano de 2017. Porém, chamamos a atenção que, mesmo havendo o crescimento, o número de estudantes que acessaram aos cursos e que não tiveram condições de “passar a diante” na sua trajetória formativa, acaba por demandar a esse orçamento uma elevação diferente, pois, à medida que é secundarizada o acompanhamento das necessidades pedagógicas dos estudantes, as demais ações permanecem desconectadas das dificuldades de aprendizagem.

Quando nos deparamos com as percepções trazidas pelos estudantes em relação à Política de Assistência Estudantil, detectamos o desconhecimento dos programas a que tem direito para além dos que oferecem ajuda financeira em forma de pecúnia, tendo esses programas os auxílios como carro chefe os quais, na percepção dos estudantes, são, em suma, a Política de Assistência Estudantil que a eles cabe. Reconhecem que, mesmo assim, tais

auxílios contribuem para sua permanência na instituição, nos levando a considerar que ocorre a confusão com o que preconiza a Política de Assistência Social, que, atuando nas condições básicas de sobrevivência das famílias mais vulneráveis brasileiras, acaba demandando à área de Assistência Estudantil o suprimento das necessidades básicas dos estudantes que não possuem esse apoio familiar.

Um aspecto que merece destaque é o processo de seleção dos estudantes para recebimento dos auxílios estudantis. Como o orçamento destinado não cobre a quantidade de estudantes com vulnerabilidade socioeconômica que solicitam tais auxílios, o processo que deveria ser inclusivo, torna-se excluyente, pois não consegue atender a todos os estudantes que necessitam. Essa realidade gera um sentimento de insegurança na manutenção do auxílio já recebido, pois o estudante precisa proceder com a inscrição anualmente na expectativa de continuar recebendo atendimento pelos Programas de Assistência Estudantil, não sendo garantido assim, a sua continuidade e portanto, a permanência e conclusão do curso com êxito.

Diante dos elementos elencados, o documento normativo que regula a área em nível nacional é o Decreto nº 7.234/2010 que apresenta como objetivos a democratização das condições de permanência na educação superior, além de levantar a preocupação com a redução das taxas de retenção e evasão, buscando minimizar os efeitos das desigualdades sociais apresentadas pelos estudantes, contribuindo pela inclusão social pela educação.

Constata-se claramente que a preocupação da Política Estudantil não é de erradicar pobreza, nem tampouco servir como Política de Assistência Social, mas sim, diante do quadro apresentado por tal política pública instalada nos Estados e Municípios, identificar ações que venham a atenuar tais situações de vida para o melhor processo de formação dos estudantes, contribuindo para sua permanência e conclusão de curso com sucesso.

Dessa maneira, a partir das análises feitas no decorrer deste estudo, podemos afirmar que no âmbito do IFPB/*Campus* João Pessoa, as ações desenvolvidas de Assistência Estudantil estão ainda incipientes diante do que preconiza o PNAES. Tal constatação pode ser associada ao processo de gestação da Política de Assistência Estudantil local associada a uma compreensão mais voltada para a Assistência Social, pois, possuem semelhanças no seu processo de implementação: o fator repasse financeiro e a atenção mais voltada para as questões sociais em detrimento das questões educacionais. O foco de atenção está centrado na garantia ao corpo discente de igualdade de oportunidades, trazendo como destaques à atenção aos estudantes com deficiência, jovens e adultos, a ampliação dos programas de

bolsa, realização de acompanhamento psicossocial para melhoria do desempenho acadêmico além de reduzir os efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais.

Assim, verificamos o desenvolvimento da Política Estudantil do IFPB na perspectiva do financiamento, sendo materializada em um objetivo estratégico que vislumbra democratizar o acesso e assegurar a permanência dos estudantes no Instituto, sendo subdividido em duas grandes metas, destacando a promoção da inclusão social pela educação e a redução das taxas de retenção e evasão. Em relação ao financiamento destinado à Política Estudantil no IFPB/*Campus* João Pessoa, foi constatado o aumento gradativo do orçamento previsto para o ciclo compreendido entre os anos de 2010 a 2017 para o desenvolvimento das ações de Assistência aos Estudantes. Tivemos dificuldade no momento da coleta aos dados planejados para os anos de 2010 a 2012, seguindo nossas considerações para o planejamento dos anos 2013 a 2017.

No período mencionado, foram priorizadas ações no sentido de garantir a concessão de auxílios de alimentação, transporte e moradia estudantil, seguido por custeio de participação dos estudantes em eventos de natureza científica, tecnológica e artístico-cultural, como também a concessão de bolsas de apoio a formação profissional e acadêmica. Vemos, mais uma vez a presença no financiamento a prioridade para as ações que visam à permanência material em detrimento da destinação de orçamento para ações que vislumbrem a permanência simbólica. Diante disso, podemos tecer algumas constatações que suscitem reflexões posteriores, haja vista a limitação dos dados a que tivemos acesso para a construção deste trabalho.

A primeira constatação diz respeito à centralidade da concessão de auxílios aos estudantes para as mais diversas demandas. Isso pode acarretar um processo de estranhamento por parte dos estudantes referente ao entendimento do que seja de fato o PNAES e a Política Estudantil do IFPB. Essa perspectiva prejudica o entendimento do direito que lhe assiste para contribuir com as ações que visam a sua permanência condicionada apenas à dimensão financeira. Merece destaque também, também o cenário econômico do país, gerador de processos cada vez mais excludentes, podendo ocasionar a utilização de recursos públicos que visam à permanência dos estudantes na Instituição ser transposta para a manutenção das condições básicas de vida dos estudantes e seus familiares.

Outro destaque que nos chama a atenção no trato do financiamento se dá com a meta de reduzir as taxas de evasão e reprovação, sendo alocadas no período estudado o montante de R\$ 1.787.342,26. Entendemos que a perspectiva de redução das referidas taxas vai além da dotação orçamentária, mas acompanhadas de ações efetivas discutidas em conjunto com

profissionais habilitados para tal condução. Apesar de não aparecer de maneira explícita nas respostas dos estudantes como uma dificuldade para sua permanência na Instituição, mas, podemos constatar o trato dado a essa questão nos documentos institucionais e no orçamento destinado para essa finalidade.

Essa ação no planejamento orçamentário da Assistência Estudantil aparece como concessão de bolsas de monitoria, pesquisa e extensão. Apesar de avaliarmos como louvável essa iniciativa e defender a sua importância no processo de redução das taxas de evasão, questionamos qual o público que acessa a essas bolsas, pois visualizamos que o critério adotado para tais seleções não é preponderantemente socioeconômico. Nesse sentido, cabe a reflexão em estudos posteriores acerca do perfil dos estudantes monitores, extensionistas e pesquisadores, pois, julgamos que o custo com essas ações deveria ser contabilizado dos recursos do Programa de Assistência Estudantil apenas quando contemplasse os estudantes com maiores dificuldades, visando elevar as condições de permanência, atuando diretamente na evasão e reprovação. Caberia, pois, aos demais estudantes envolvidos sem tal perfil, uma previsão orçamentária própria, sem prejuízo dos recursos originalmente definidos para a Assistência Estudantil.

A limitação do número de profissionais em detrimento da demanda crescente e que tem se complexificado quanto aos atendimentos a serem realizados contribui para o não cumprimento dos objetivos institucionais preconizados pela Política de Assistência Estudantil, no sentido de não conseguir dar conta das situações adversas que chegam à Instituição diariamente, como dar enfrentamento as problemáticas elencadas cotidianamente nos espaços de discussão sobre a situação dos discentes, ficando ainda assim, lacunas quanto à atenção aos estudantes dos cursos superiores. Os dados encontrados nos suscitam reflexões, que poderão desdobrar-se em discussões e estudos posteriores, bem como no sentido de apontar sugestões para melhoramento das percepções tidas enquanto pesquisador do tema em questão.

Dessa forma, trazemos como sugestões para o avanço das ações previstas na Política de Assistência Estudantil:

1. Um olhar mais especial sobre os sistemas de informática que são adotados pelas equipes, para que estes possam estabelecer diálogo entre as áreas de atendimento aos estudantes e oportunizem uma melhor caracterização dos estudantes e suas demandas cotidianas;
2. A aproximação entre profissionais e estudantes, dialogando sobre suas necessidades de atenção para além do aspecto socioeconômico, mas englobando aspectos da cultura, do lazer e da sociabilidade;

3. A destinação de espaço físico adequado para o processo de trabalho das equipes e de sociabilidade entre os estudantes, no sentido de promover uma melhor integração entre os discentes e as equipes de atenção;
4. Ampliação das equipes multiprofissionais para atendimento das necessidades educacionais dos estudantes;
5. Destinação de pessoal da área pedagógica em número suficiente para garantir o desenvolvimento de estratégias de apoio e acompanhamento pedagógico aos estudantes dos cursos superiores de maneira sistemática, com vistas a identificar suas necessidades e as possibilidades de intervenção;
6. Criar canais de envolvimento dos estudantes dos cursos superiores em atividades esportivas, culturais e de lazer, visando o pleno desenvolvimento acadêmico;
7. Identificar as expectativas trazidas pelos estudantes no início do seu percurso formativo na instituição, buscando conhecer as lacunas trazidas por estes estudantes da formação recebida anteriormente;
8. Criar fóruns e espaços de debate acerca do processo de implementação da Política de Assistência Estudantil do IFPB junto aos estudantes e ao Movimento Estudantil, no sentido de ampliar o conhecimento e atuar no controle social nas ações destinadas e seu orçamento.
9. Ampliação do orçamento previsto para a Política Estudantil, identificando as demandas estudantis e a priorização das necessidades de atendimento as situações preventivas para a permanência e sucesso acadêmico para os estudantes do Ensino Superior da Instituição.

Nesse sentido, como forma de contribuição institucional após as constatações as quais chegamos nesta etapa de nossa pesquisa, faremos a apresentação dos resultados da pesquisa, seguindo com a construção de um fórum permanente de debates acerca da Política Estudantil, culminando com a construção da metodologia de implementação dos programas de Assistência Estudantil partindo da escuta e da contribuição dos estudantes. O desdobramento de tal metodologia servirá para subsidiar a construção do projeto estratégico do Departamento de Assistência Estudantil para os próximos 04 anos, período em que é previsto para a revisão da Política Estudantil do IFPB.

REFERÊNCIAS

ALVES, Jolinda de Moraes. **A Assistência Estudantil no âmbito da Política de Educação Superior Pública**. Paraná, 2004. Disponível em http://www.sservista.uel.br/c_v5n1_jo.htm. Acesso em 15 jul.2016.

ALVES, Sandra Cristina Santos. **Serviço Social e Educação Profissional**: análise do Serviço Social no CEFET-PB. 1964-1985. Dissertação (Mestrado). João Pessoa: UFPB, 2006.

ALBUQUERQUE, Rossana Maria Marinho. **A UNE e as Reformas na Universidade Brasileira**. In: ARAÚJO, Josimere de Omena; CORREIA, Maria Valéria Costa (org.). Reforma Universitária: a universidade pública em questão. Maceió: EDUFAL, 2005. P. 169-193

ARRUDA, Zoraida Almeida de Andrade. **O PROEJA no IFPB Campus João Pessoa**: um estudo sobre o acesso e a permanência do alunado. (Dissertação Mestrado). João Pessoa: UFPB/CE, 2012 . 143p.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL, **Lei nº 5.692**. Fixa Diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Brasília, 1971

_____. Constituição da República Federativa. Brasília, 1988

_____. **Lei nº 9394**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996

_____. **Lei nº 10172**. Aprova o Plano Nacional de Educação e da outras providências. Brasília, 2001.

_____. **Portaria Normativa nº 39**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 2007.

_____. **Lei nº 11982**. Cria a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e dá outras providências. Brasília, 2008.

_____. **Decreto nº 7234**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 2010.

_____. **Portaria Normativa nº 18**. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em Instituições federais de ensino. Brasília, 2012a.

_____. **Lei nº 12.711**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012b.

_____. **Lei nº 13.005.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, 2014.

_____, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. 1995

_____. IBGE, **Censo Demográfico 2010.** Disponível em www.ibge.gov.br Acesso em 15 set.2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. **Construindo o Estado Republicano:** democracia e reforma da gestão pública. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CAVALHEIRO, Josiela Silveira. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos federais gaúchos e o trabalho do assistente social:** alcances, perspectivas e desafios. Pelotas: UCPEL, 2013

CISLAGHI, Juliana Fiuza. SILVA, Mateus Thomaz da. **O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni:** ampliação de vagas versus garantia de permanência. Ser Social, Brasília, v.14, n. 31, p.489-512, jul/dez.2012.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização.** 2.ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLASCO, 2005.

CUNHA, Luiz Antônio. **O desenvolvimento meandroso da Educação Brasileira entre o Estado e o Mercado.** Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 809-829, out. 2007.

FERREIRA, Almiro de Sá. **Profissionalização dos excluídos: A Escola de Aprendizizes Artífices da Paraíba 1910-40.** João Pessoa, 2002

FONAPRACE. **Dez Encontros.** Goiânia, 1993.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 23.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JEZINE, Edineide; PRESTES, Emília Maria Trindade. **Democratização do Acesso à Educação Superior no Brasil.** In: Reformas Educativas, Educação Superior e Globalização em Brasil, Portugal e Espanha. RAMALHO, BETÂNIA, BELTRAN, JOSÉ, CARVALHO, MARIA EULINA & DINIZ, ADRIANA (org) Valência: Editorial Germânia [s.l.], p. 19-41, 2011.

KUENZER, Acácia Zeneida. **A Educação Profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão.** Educação e Sociedade, Campinas, vol. 27, n.96 – Especial, p. 877-910, out. 2006

IFPB, **Resolução nº 40.** Dispõe sobre a Política de Assistência Estudantil, 2011 Disponível em: <http://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes> Acesso em 30 mai. 2017

_____. **Resolução nº 151.** Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Transporte Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. João Pessoa, 2014 Disponível em:

<http://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes> Acesso em 30 mai. 2017

_____. **Resolução nº 155.** Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Moradia Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. João Pessoa, 2014 Disponível em: <http://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes> Acesso em 30 mai. 2017

_____. **Resolução nº 156.** Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Alimentação Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. João Pessoa, 2014 Disponível em:

<http://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes> Acesso em 30 mai. 2017

_____. **Resolução nº 277.** Dispõe sobre a aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. João Pessoa, 2014. Disponível em:

<http://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes> Acesso em 30 mai. 2017

_____. **Resolução nº 126.** Aprova a criação do Departamento de Articulação Pedagógica – DAPE e do Departamento de Assistência Estudantil – DAE, no Campus João Pessoa. João Pessoa, 2015. Disponível em: <http://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes> Acesso em 30 mai. 2017

_____. **Resolução nº 246.** Dispõe sobre o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba nos termos da legislação em vigor. João Pessoa, 2015 Disponível em:

<http://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes> Acesso em 30 mai. 2017

IMPERATORI, Thaís Kristosch. **A Trajetória da Assistência Estudantil na educação superior brasileira.** In: Serviço Social e Sociedade, n. 129, p.285-303, mai/ago.2017.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000200285&lng=pt&nrm=is&tlng=pt Acesso em 15 de jan. de 2018

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p Acesso em 30 de jun. 2017

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RICHARDSON, Jarry Roberto; PERES, José Augusto de Souza (et al.) **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** 3.ed., São Paulo: Atlas, 2009.

ROCHA, Maria do Socorro Vasconcelos. **A assistência estudantil no IFPB – Campus João Pessoa: uma análise do programa bolsa de trabalho demanda social/2008.** João Pessoa: [s.n.], 2009. 71p.

RISTOFF, Dilvo. **O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação.** Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v.19, n.3, p.723-747, nov.2014

SOUZA, Iris de Lima. **Dimensão educativa do assistente social na educação escolar.** Disponível em: <http://cress-sc.org.br/img/noticias/Dimens%C3%A3o%20Educativa%20do%20A.%20S.%20na%20Educac%C3%A7%C3%A3o%20Escolar.pdf> Acesso em: 30 mai. 2017

LIMA, Silvia Maria Amorim. **A permanência de estudantes negros (as) na Universidade Federal do Paraná: aspectos material e simbólico.** Dissertação (Mestrado – Mestrado em Educação), 127fl. Curitiba, 2016.

VASCONCELOS, Natalia Batista. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da Assistência Estudantil ao longo da história da Educação Superior no Brasil.** Ensino Em-Revista, Uberlândia, v. 17, n.2, p 599-616, jul./dez. 2010

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário – Estudantes

Prezado Estudante,

No sentido de buscarmos compreender a Política de Assistência Estudantil desenvolvida pelo IFPB, gostaríamos da sua colaboração em responder às perguntas abaixo.

1 CARACTERIZAÇÃO

Sexo: _____ Idade: _____

Forma de ingresso no Curso: () cotas () ampla concorrência
() outras. Qual _____

Trabalha: () sim () não Jornada semanal (caso trabalhe): ____ h

Turno do trabalho () Manhã () tarde () noite () flexível

Faz outro curso fora do IFPB? () sim () não

Caso afirmativo, onde _____ Curso _____ Local _____

Renda familiar: _____ Responsável pela renda familiar? _____

2 CONHECIMENTO SOBRE A AREA

1 O que é Assistência Estudantil?

2 Que programas de Assistência Estudantil o IFPB oferece para os estudantes?

3 Como você conheceu a Assistência Estudantil do IFPB?

4 Qual a importância da Assistência Estudantil?

5 Em que Programas você é atendido? Como você os avalia?

6 Há quanto tempo você é atendido?

() 01 ano () mais de um ano () menos de 01 ano

7 As ações desenvolvidas pela Política de Assistência Estudantil do IFPB têm contribuído para a sua permanência e conclusão no seu curso? Por quê?

8 Qual sua maior dificuldade para permanecer estudando e concluir seu curso no IFPB?

9 Que sugestão você daria para superar essa dificuldade?

Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr.(a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: **ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA: um estudo no *Campus* João Pessoa**, desenvolvida por **LEONARDO MONTE SILVA MONTEIRO DE FARIAS**, aluno regularmente matriculado no Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas, gestão e Avaliação da Educação Superior do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da professora Dra. Ana Paula Furtado Soares Pontes.

Os objetivos da pesquisa são: analisar a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – *Campus* João Pessoa na percepção dos estudantes quanto ao cumprimento de seus objetivos institucionais, além de apresentar os antecedentes históricos e marcos legais do IFPB com olhar sobre a evolução da Assistência Estudantil na Instituição; caracterizar o perfil socioeconômico dos estudantes do IFPB atendidos pelos Programas de Assistência Estudantil; analisar a dotação orçamentária prevista e executada para a Assistência Estudantil e as áreas priorizadas; analisar a percepção dos estudantes sobre os Programas de Assistência Estudantil desenvolvidos pelo IFPB; propor ações de melhoria e fortalecimento da Política de Assistência Estudantil do IFPB.

Justifica-se o presente estudo por se tratar de um estudo exploratório. A literatura sobre o tema é escassa e pouco divulgada, fato que despertou real interesse em estudá-lo e divulgá-lo.

A participação do(a) sr.(a) na presente pesquisa é de fundamental importância, mas será voluntária, não lhe cabendo qualquer obrigação de fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelos pesquisadores se não concordar com isso, bem como, participando ou não, nenhum valor lhe será cobrado, como também não lhe será devido qualquer valor.

Caso decida não participar do estudo ou resolver a qualquer momento dele desistir, nenhum prejuízo lhe será atribuído, sendo importante o esclarecimento de que os riscos da sua participação são considerados mínimos, limitados à possibilidade de eventual desconforto psicológico ao responder o questionário que lhe será apresentado, enquanto que, em

contrapartida, os benefícios obtidos com este trabalho serão importantíssimos e traduzidos em esclarecimentos para a população estudada.

Em todas as etapas da pesquisa serão fielmente obedecidos os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que disciplina as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil.

Solicita-se, ainda, a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos ou divulgá-los em revistas científicas, assegurando-se que o seu nome será mantido no mais absoluto sigilo por ocasião da publicação dos resultados.

Caso a participação de vossa senhoria implique em algum tipo de despesas, as mesmas serão ressarcidas pelo pesquisador responsável, o mesmo ocorrendo caso ocorra algum dano.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Eu, _____, declaro que fui devidamente esclarecido (a) quanto aos objetivos, justificativa, riscos e benefícios da pesquisa, e dou o meu consentimento para dela participar e para a publicação dos resultados, assim como o uso de minha imagem nos slides destinados à apresentação do trabalho final. Estou ciente de que receberei uma cópia deste documento, assinada por mim e pelo pesquisador responsável, como trata-se de um documento em duas páginas, a primeira deverá ser rubricada tanto pelo pesquisador responsável quanto por mim.

João Pessoa-PB, ____ de _____ de 2017.

Leonardo Monte Silva Monteiro de Farias
Pesquisador responsável

Participante da Pesquisa